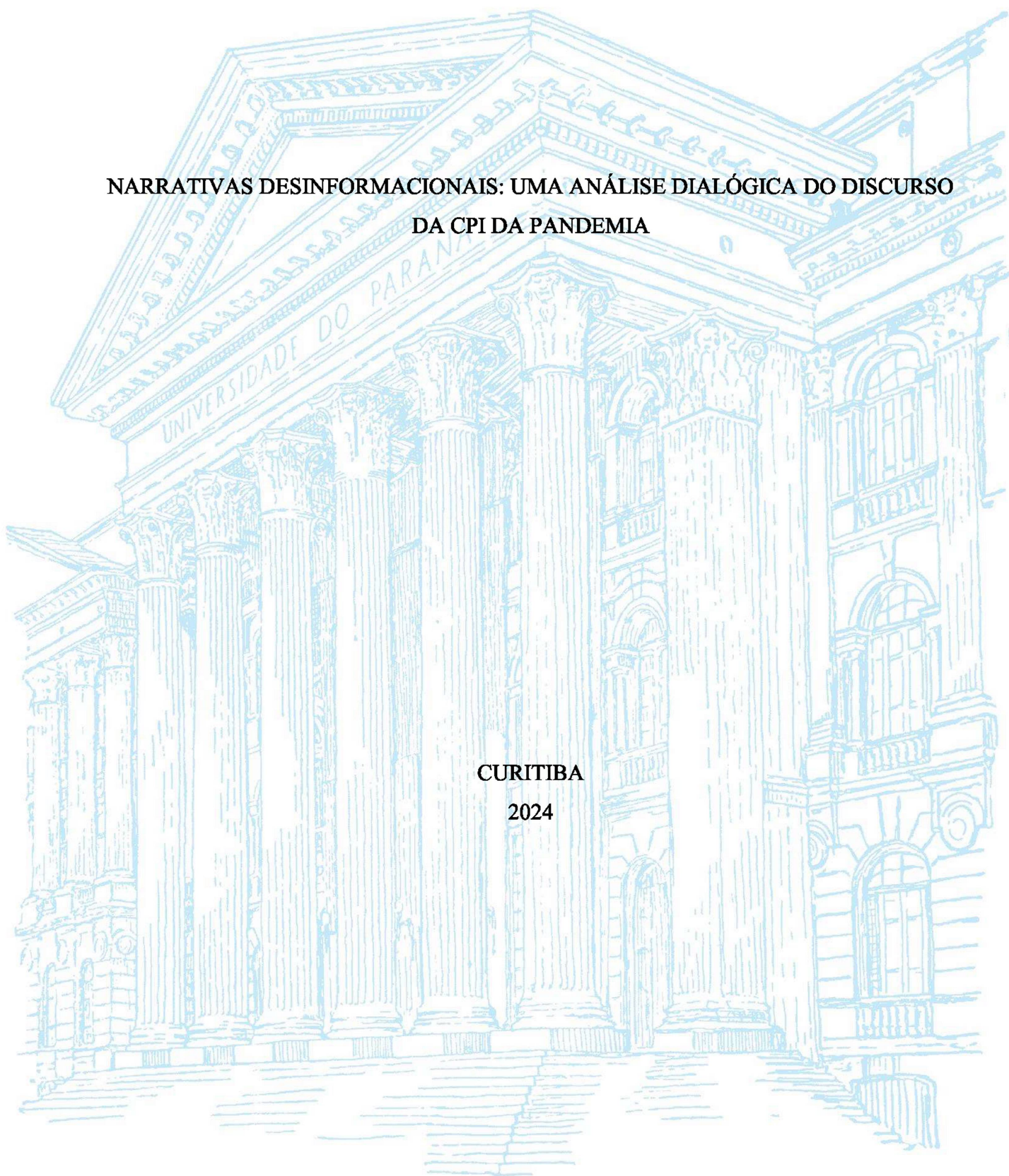


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
JOÃO VICTOR ALVES DA COSTA PEREIRA

NARRATIVAS DESINFORMACIONAIS: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO
DA CPI DA PANDEMIA

CURITIBA
2024



JOÃO VICTOR ALVES DA COSTA PEREIRA

NARRATIVAS DESINFORMACIONAIS: UMA ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO
DA CPI DA PANDEMIA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, linha de pesquisa Linguagens, Culturas e Identidades: ensino e aprendizagem.

Orientadora: Ana Paula Marques Beato-Canato

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Pereira, João Victor Alves da Costa

Narrativas desinformativas: uma análise dialógica do discurso da CPI da pandemia. / João Victor Alves da Costa Pereira. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Marques Beato-Canato.

1. Desinformação. 2. Análise do discurso. 3. CPI da pandemia.
I. Beato-Canato, Ana Paula Marques. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Bibliotecário: Dênis Junio de Almeida CRB-9/2092

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JOÃO VICTOR ALVES DA COSTA PEREIRA** intitulada: **Narrativas desinformativas: uma análise dialógica do discurso da CPI da pandemia**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Outubro de 2024.

Assinatura Eletrônica

30/10/2024 12:58:43.0

TERESA CRISTINA WACHOWICZ

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

08/11/2024 04:20:19.0

CLORIS PORTO TORQUATO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

06/11/2024 23:17:45.0

PAULA TATIANNE CARRERA SZUNDY

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

A todas as vidas, experiências, conhecimentos e afetos que perdemos em decorrência da
COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Os caminhos que percorremos na construção do conhecimento são sinuosos e nos levam a destinos não antes estabelecidos. A ciência, tal como a vida, é feita por mudanças. O quão mais intransigentes somos em relação ao conhecimento que construímos, mais dificultamos o nosso processo de crescimento individual e coletivo. O caminho pode até ser sinuoso, mas a jornada sempre será mais relevante que o destino. Porém, se o que importa é o caminho, mais importante ainda são aqueles que caminham conosco por ele.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora, Ana Paula Marques Beato-Canato, por lidar com muito carinho e paciência com um pesquisador que passou por muitas batalhas (internas e externas) ao longo da construção dessa dissertação. Em todos os momentos que desanimei, me senti inseguro ou incapaz de continuar, ela sempre esteve ao meu lado mostrando um horizonte de possibilidades e de conhecimentos.

Agradeço à minha mãe, Constancia Alves da Costa, por me apoiar ao longo de todos os trajetos que percorri ao longo da vida, por me ensinar o ato de ser humano, e por ser um dos meus maiores incentivos pela busca do conhecimento. Agradeço ao meu pai, José Luciano Gomes Pereira, pelo apoio em todos os momentos que tive obstáculos que pareciam impossíveis de serem transpostos. Agradeço ao meu marido, Rodrigo Augusto Borba, por me apoiar nessa empreitada que é o mundo acadêmico.

Agradeço às professoras e pesquisadoras que constituem a banca avaliadora: Clóris Torquato e Paula Szundy. Todas trouxeram contribuições que considero essenciais para a minha formação como pesquisador, professor e indivíduo. Sem seus apontamentos e suas sugestões, esse trabalho jamais seguiria o caminho a qual ele pertence. E mais um agradecimento especial à professora Teresa Cristina Wachowicz, nossa querida Teca, uma das minhas primeiras mentoras no mundo acadêmico, que aceitou presidir minha banca de defesa.

Agradeço à minha querida colega Susana Pinheiro da Cruz Prestes, que me trouxe contribuições valiosíssimas ao revisar este trabalho durante sua elaboração. Seus apontamentos foram cruciais para a distinção de certos conceitos e para o estabelecimento de pontos a serem explorados.

Agradeço aos amigos: Guilherme Souza, Milena Legroski e Lucas Vosch. Meu agradecimento vai muito além da parceria e ombro amigo, como também se estende às questões teóricas e epistemológicas. Obrigado por me tirarem da zona de conforto e por fazerem parte desse processo de escrita, ainda que não seja de maneira direta.

E um agradecimento especial a todos que trabalharam ativamente durante a pandemia da COVID-19 para salvar tantas vidas que foram negligenciadas por aqueles que deveriam proteger a população brasileira acima de tudo.

RESUMO

Este estudo analisa as relações discursivas entre desinformação e bolsonarismo no contexto da CPI da COVID-19, com foco na sessão de 11 de junho de 2021. Utilizando uma abordagem dialógica fundamentada nas teorias do Círculo de Bakhtin (Volóchinov, 2017 [1929]; Bakhtin, 2016 [1952]), evocando conceitos como Enunciado Concreto (Bakhtin, 2016 [1952]), Cronotopo (Bakhtin, 2018 [1938]) e Valor Social (Volóchinov, 2017 [1929]), o trabalho investiga as narrativas que circularam durante a CPI, especialmente aquelas relacionadas ao tratamento precoce e à cloroquina. A partir da transcrição e análise detalhada dos discursos proferidos pelos senadores e depoentes, foi possível identificar o papel central da desinformação na reafirmação da identidade bolsonarista (Santini et al., 2022) e na construção de uma lealdade política baseada na oposição à ciência e ao consenso internacional sobre as medidas sanitárias necessárias durante a pandemia. O estudo demonstra que a base bolsonarista instrumentalizou narrativas desinformacionais (Piovezani; Curcino; Sargentini, 2021) para manipular a opinião pública e fortalecer a agenda política do governo Bolsonaro. As análises contribuíram para o campo da análise do discurso ao evidenciar o caráter manipulador das narrativas desinformacionais e sua capacidade de fomentar o conceito de ignorância ativa (Medina, 2013) em contextos de crise. Estudos futuros são sugeridos para investigar outros momentos da CPI e ampliar a compreensão sobre a circulação de desinformação em diferentes esferas.

Palavras-chave: CPI da COVID-19, Análise Dialógica do Discurso, Bolsonarismo, Desinformação, Narrativas.

ABSTRACT

This study examines the discursive relationships between disinformation and Bolsonarism within the context of Brazil's COVID-19 Parliamentary Inquiry Commission (CPI), focusing on the session held on June 11, 2021. Using a dialogic approach grounded in the theories of the Bakhtin Circle (Volóchinov, 2017 [1929]), invoking concepts such as Concrete Utterance (Bakhtin, 2016 [1952]), Chronotope (Bakhtin, 2018 [1938]), and Social Value (Volóchinov, 2017 [1929]), the research investigates the narratives that circulated during the CPI, particularly those related to early treatment and chloroquine. Through detailed transcription and analysis of speeches by senators and witnesses, the study identified the significant role of disinformation in reaffirming Bolsonarist identity (Santini et al., 2022) and constructing political loyalty based on opposition to science and the international consensus on necessary health measures during the pandemic. The findings demonstrate how the Bolsonarist base instrumentalized disinformational narratives (Piovezani; Curcino; Sargentini, 2021) to manipulate public opinion and strengthen the Bolsonaro government's political agenda. The analysis contributes to the field of discourse analysis by highlighting the manipulative nature of disinformational narratives and their capacity to foster the concept of active ignorance (Medina, 2013) in crisis contexts. Future studies are suggested to investigate other aspects of the CPI and expand the understanding of disinformation circulation in different spheres.

Keywords: CPI da COVID-19, Dialogic Discourse Analysis, Bolsonarism, Desinformation, Narratives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Manchetes de jornal que ilustram o discurso de ódio promovido por Jair Bolsonaro.	16
Figura 2: O então Presidente, Jair Bolsonaro, imitando pessoas com falta de ar.	19
Figura 3: Jair Bolsonaro apresentando uma caixa de Hidroxicloroquina a uma Ema do Palácio da Alvorada.	20
Figura 4: Manchetes da Agência Lupa desmentindo <i>fake news</i> sobre a vacina	21
Figura 5: Claudio Maierovitch e Natália Pasternak na CPI da COVID-19.	26
Figura 6: Desordem da informação.	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COVID-19 - doença infecciosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2).

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO OU “[...] EU PRECISO EXPLICAR UM POUCO PARA OS SENHORES QUAL É O MEU TRABALHO E DE ONDE EU VENHO.”	12
1.1 “E, PARA DESCOBRIR O QUE DESENHARAM NO CHÃO, A GENTE USA UM MÉTODO.”	14
1.2 “ESPERO PODER TRAZER ALGUMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE E ESPECIALMENTE PARA AS DISCUSSÕES E PARA AS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS POR ESTA COMISSÃO”	15
1.3 ESTADO DA ARTE	27
2. “SERIA POR QUE CAIRIA POR TERRA TODA A NARRATIVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA?”	31
2.1 “ENTÃO, O DISCURSO É MUITO DELETÉRIO, PORQUE É UM DISCURSO QUE CAUSA UMA POLITIZAÇÃO QUE INCITA O ÓDIO, QUE INCITA A VIOLÊNCIA E É UM DISCURSO BASEADO EM NEGACIONISMO.”	32
2.1.1 ENUNCIADO	32
2.1.2 DIALOGISMO	36
2.1.3 GÊNERO DO DISCURSO	39
2.1.4 IDEOLOGIA	42
2.2 “[...]FOI ATROPELO EM CIMA DO ATROPELO POR NARRATIVAS POLÍTICAS”	46
3. “[...] NÓS NÃO TEMOS COMO MENSURAR QUANTAS PESSOAS MORRERAM DE DESINFORMAÇÃO[...].”	53
3.1 “QUAIS SÃO AS ANÁLISES DETALHADAS QUE TÊM SIDO FEITAS PARA REORIENTAR A POLÍTICA?”	61
4. “MAS EU QUERO FAZER AQUI UMA ANÁLISE, [...], PRINCIPALMENTE RELACIONADO À CPI.”	71
4.1 “ENTÃO, NÃO VAMOS CRIMINALIZAR UM PROCESSO QUE É UMA QUESTÃO POLÍTICA, IDEOLÓGICA E ECONÔMICA.”	73
4.2 “ALGUNS COLEGAS SENADORES, QUE SEM A MENOR CERIMÔNIA, TENTAM CONFUNDIR A OPINIÃO PÚBLICA. POR EXEMPLO, DIZER QUE O STF ATRAPALHOU.”	86
4.3 “NÃO FOI ÁGUA NÃO, COMEÇOU A CHOVER DENÚNCIA DE CORRUPÇÃO.”	

4.4 NÃO SE TRATA DE IGNORÂNCIA INOCENTE. É MENTIR EM NOME DE UMA AGENDA POLÍTICA OU IDEOLÓGICA.	94
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS.....	106

1. INTRODUÇÃO OU “[...] EU PRECISO EXPLICAR UM POUCO PARA OS SENHORES QUAL É O MEU TRABALHO E DE ONDE EU VENHO.”

“Dispostas lado a lado, as diferentes línguas mostram que, nas palavras, o que conta nunca é a verdade, jamais uma expressão adequada: pois, do contrário, não haveria tantas línguas.”

Friedrich Nietzsche

A pandemia da COVID-19 foi um evento global que impactou em larga escala a experiência humana como um todo. O mundo inteiro sofreu o impacto devastador da doença que levou à óbito mais de 7 milhões de pessoas de 2020 a 2024. Os desdobramentos desse fatídico evento se deram em diversas esferas da vida cotidiana. Nós - pesquisadores - ainda estamos identificando os impactos que a pandemia causou em nossas dinâmicas sociais. Urge a necessidade de pesquisas, em todos os diferentes campos científicos, sobre a pandemia em si e seus reflexos na sociedade atual.

Neste contexto, no Brasil, tivemos acirramentos políticos, circulação indiscriminada de desinformação e questionamentos das ações governamentais, especialmente do governo Bolsonaro e de seus apoiadores, com relação ao combate ao vírus, que nos levaram à instalação em nosso país de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (doravante CPI) da COVID-2019 para apurar a atuação da União, dos estados e dos municípios, a qual é objeto de estudo desta dissertação. O trabalho visa investigar discursos que circularam ao longo da pandemia da COVID-19, mais especificamente aqueles presentes na CPI da COVID-19. De maneira mais específica, tomaremos a CPI da COVID-19 como objeto de pesquisa, escrutinando discursos que constituíram a sessão do dia 11 de junho de 2021.

Com isto em mente, os objetivos de pesquisa são os seguintes:

Objetivo Geral

- Analisar as relações discursivas entre desinformação e bolsonarismo no contexto da sessão de 11 de junho de 2021 da CPI da COVID-19.

Objetivos Específicos

- Identificar e analisar as vozes sociais materializadas nos enunciados que constituem a sessão de 11 de junho de 2021 da CPI da COVID-19.
- Investigar as narrativas que permeiam a CPI da COVID-19.
- Examinar os processos de construção da lealdade e reafirmação da identidade bolsonarista através da desinformação.

Para atingir tais objetivos, realizei a transcrição da sessão da CPI do dia 11 de junho de 2021 em sua integralidade. O texto transcrito foi analisado em conjunto com o vídeo na íntegra da sessão em questão, em que eu destaquei termos e trechos que exigiam um olhar mais acurado para o que é comunicado. Alguns elementos se mostraram mais evidentes que outros, sendo eles: a (anti)ciência, a desinformação e as narrativas. Por conta de sua relevância ao longo do corpus, estes elementos foram utilizados como categorias de análise. Os trechos pré-destacados foram então separados dentre estas categorias e analisados com base no referencial teórico estabelecido e relacionando-os com outros enunciados do período pandêmico, estabelecendo assim uma relação dialógica entre os discursos que circularam durante aquele período. A presença de tais signos, utilizados de diferentes maneiras por políticos de situação / oposição e pelos depoentes, salienta a importância de se investigar seus usos de maneira mais minuciosa e detalhada. Desse modo, a pesquisa se constitui como documental, tendo a transcrição da sessão da CPI como dado, e as análises são realizadas em perspectiva dialógica, em termos bakhtinianos (Bakhtin, 2016 [1952]).

Visando estabelecer uma relação mais concreta entre conteúdo e estrutura, todos os capítulos e seções desta dissertação, com exceção do Estado da Arte, foram nomeados com trechos de enunciados da própria CPI. A introdução visa estabelecer uma narrativa que possa nos levar aos elementos que constituem o contexto da sessão de 11 de junho de 2021. O capítulo “Seria porque cairia por terra toda a narrativa que está sendo construída” estabelece o referencial teórico de linguagem que utilizei para formular minhas análises, explorando conceitos propostos pelo Círculo de Bakhtin e estabelecendo conexões com a noção de narrativa proposta por Bruner (2014 [2003]). O capítulo “Nós não temos como mensurar quantas pessoas morreram de desinformação” propõe um diálogo entre o conceito de desinformação e a noção de narrativa estabelecida no capítulo anterior, levando ao conceito de *narrativa desinformativa*. O último capítulo “Mas eu quero aqui fazer uma análise, [...], principalmente relacionado à CPI” desenvolve a análise propriamente dita, com base nos referenciais teóricos

previamente estabelecidos. Apesar de termos um capítulo dedicado à análise, ao longo da resenha teórica também temos pequenos trechos que foram analisados objetivando correlacionar teoria e objeto de estudo em todas as sessões aqui apresentadas.

Partindo do princípio que analisaremos narrativas desinformativas, nada mais justo que estabelecer uma narrativa para contextualizar o leitor sobre os caminhos que nos levaram ao dia 11 de junho de 2021. Convido-os a um breve relato, que parte da perspectiva e da subjetividade deste professor-pesquisador que vos escreve, sobre o período pandêmico no Brasil de Jair Bolsonaro.

1.1 “E, PARA DESCOBRIR O QUE DESENHARAM NO CHÃO, A GENTE USA UM MÉTODO.”

Considerando que nosso estudo se delimita dentro da CPI da COVID-19, tendo em vista que estamos falando de enunciados produzidos em um tempo-espaço definido pela circulação do vírus Sars-CoV-19, embasamos o processo de análise do discurso nas teorias apresentadas pelo Círculo de Bakhtin, identificando as relações dialógicas presentes nos discursos que circularam ao longo da CPI da COVID-19. Analisar discursos sob a ótica bakhtiniana implica estabelecer relações dialógicas entre o objeto de estudo e outros fatores que deem sustentação material para a circulação de tal discurso na nossa sociedade.

A sessão de 11 de junho de 2021 foi escolhida por conta do depoimento de dois profissionais que trabalham com o fazer científico, Claudio Maierovitch e Natália Pasternak, que foram convocados para discutir especificamente questões técnicas acerca do combate ao vírus, visto que tivemos uma alta circulação de textos desinformativos durante o período pandêmico, especialmente acerca da produção de vacinas e do uso de medicamentos como “tratamento precoce”.

Os enunciados foram analisados não apenas a partir do texto transcrito, mas também do vídeo utilizado como base para a transcrição (TV SENADO, 2021)¹. Desta forma, utilizando os pressupostos teórico-metodológicos propostos pelo Círculo de Bakhtin, entendemos que

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yMZy7HhEOq8&t=31693s> Acesso em 03 de setembro de 2024.

textos não se resumem apenas à expressão verbal, mas também englobam os elementos extralinguísticos que permeiam o processo de enunciação. “Cada palavra (cada signo) do texto leva para além dos seus limites. Toda interpretação é correlacionamento de dado texto com outros textos” (Bakhtin, 2017 [1959], p. 66).

O processo de análise se deu pela identificação de enunciados que mobilizam sentidos relevantes ao tema da pesquisa, no caso a desinformação, buscando compreender quais valores sociais foram mobilizados. Os enunciados em questão foram relacionados de maneira dialógica com outros enunciados que tratavam acerca do tema, objetivando responder como tais textos se relacionam com outras situações vivenciadas ao longo do período pandêmico, e com as teorias descritas nos dois capítulos iniciais da dissertação.

1.2 “ESPERO PODER TRAZER ALGUMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE E ESPECIALMENTE PARA AS DISCUSSÕES E PARA AS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS POR ESTA COMISSÃO”

Em dezembro de 2019, veículos midiáticos do mundo inteiro noticiaram, ainda de maneira tímida, que uma nova doença respiratória teria começado a se espalhar na região de Wuhan na China. A festa de ano novo de 2019 para 2020 ficou marcada como o dia em que recebemos a notícia de que a China havia notificado a OMS sobre um grupo de casos de doença pulmonar não identificada².

No Brasil, nós tínhamos acabado de completar um ano de governo do político de extrema-direita Jair Bolsonaro, o discurso conservador já havia se institucionalizado. Sua base de seguidores – conquistada por meio de uma propagação imensa de desinformação e apelo afetivo ao combate ao “inimigo”, somada a imensas doses de moralismo, anticiência, anticomunismo, extremismo religioso e discursos de ódio – seguia a mesma cartilha das eleições de 2018, como ilustra a Figura 1:

² Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2020-DON229>

CORREIO BRAZILIENSE Acervo

POLÍTICA

Pautas de costumes se sobrepõem à economia no governo Bolsonaro

Divisão entre o núcleo técnico e o moral do governo se aprofunda. Para especialistas, presidente precisa manejar, pois não foi eleito apenas com o voto de moralistas

Governo Bolsonaro usa fé cristã como eixo de política externa

Diplomatas e lideranças evangélicas falam em corrigir "erro histórico", mas especialistas criticam viés religioso

POLÍTICA

Governo Bolsonaro acelera a falência da ciência no Brasil

Redução drástica no orçamento coloca em risco o financiamento de pelo menos 11 mil projetos e 80 mil bolsas

POR DEUTSCHE WELLE

PODER360

Bolsonaro diz no MA que quer 'erradicar comunismo'; Dino ameaça processo

Zombou de guarnição nordestina

Governador do PCdoB, reage nas redes

Figura 1 - Manchetes de jornal que ilustram o discurso de ódio promovido por Jair Bolsonaro.

Fonte: Compilação do autor³

O discurso proferido pelos bolsonaristas à época era de culpar o povo chinês pelo surgimento do coronavírus, teorias da conspiração diziam que o “governo comunista da China”⁴ tinha criado a doença em laboratório como arma biológica. Nós vivíamos um cenário de crise iminente desencadeada pelo contato com o desconhecido, e o desconhecido é um terreno extremamente fértil para cultivar o medo e a insegurança das pessoas, especialmente durante crises.

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS classificou o coronavírus como emergência de saúde global⁵. A velocidade com que a doença se espalhava pelo globo indicava que era apenas uma questão de tempo até que ela chegasse ao Brasil. Em 11 de fevereiro de 2020, a doença ganhou o nome oficial de SARS-CoV-19 ou COVID-19⁶. Conforme o medo se espalhava, a

³ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/08/interna_politica,748059/pautas-de-costumes-se-sobrepoem-a-economia-no-governo-bolsonaro.shtml Acesso em 16 de agosto de 2024

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-bolsonaro-acelera-a-falencia-da-ciencia-no-brasil/> Acesso em 16 de agosto de 2024

<https://exame.com/brasil/governo-bolsonaro-usa-fe-crista-como-eixo-de-politica-externa/> Acesso em 16 de agosto de 2024

<https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-diz-no-ma-que-quer-erradicar-comunismo-dino-ameaca-processo/> Acesso em 16 de agosto de 2024

⁴ Eduardo Bolsonaro, filho do então presidente, fez uma declaração pública criticando a China que gerou uma crise diplomática. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-e-gera-crise-diplomatica.ghtml> Acesso em 20 dez 2024.

⁵ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>

⁶ Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20200211193937/https://www.channelnewsasia.com/news/world/wuhan-virus-coronavirus-who-new-name-12424116>

desinformação também se espalhava. Veículos de checagem de fatos trabalhavam incessantemente para desmentir cada nova peça de *fake news* que circulava em grupos de WhatsApp. Em 26 de fevereiro de 2020, plena Quarta-Feira de Cinzas, o primeiro caso de SARS-CoV-2 foi confirmado no Brasil⁷.

Em 11 de março, a OMS declarou oficialmente a COVID-19 como uma pandemia⁸. A partir de então, o Ministério da Saúde publicava diariamente atualizações sobre a disseminação da doença. Em 16 de abril de 2020, o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, foi demitido por Jair Bolsonaro, Nelson Teich assumiu o Ministério em seu lugar. A demissão de Mandetta seria, aparentemente, pelos conflitos entre ele e Jair Bolsonaro, que discordava veementemente da forma com que o ministro conduzia a pandemia. Menos de um mês após assumir o Ministério, em 15 de maio de 2020, Nelson Teich também foi demitido por Bolsonaro, pelo mesmo motivo da demissão de Mandetta⁹. O país passou duas semanas sem um ministro da saúde. Em 2 de junho de 2020, Eduardo Pazuello, general do exército brasileiro, assumiu oficialmente o Ministério da Saúde¹⁰. Diferente de seus antecessores, Pazuello não era médico, não discordava de Bolsonaro, e aparentemente seguia à risca sua cartilha negacionista. Pazuello ficaria no Ministério até o dia 23 de março de 2021, pior mês da pandemia até então, registrando 4 mil mortes diárias por COVID-19¹¹.

Ainda em março de 2020, a hidroxicloroquina (comumente referida apenas como cloroquina) era anunciada como uma forte candidata ao remédio que pode tratar o SARS-CoV-2. Um estudo do microbiologista francês Didier Raoult¹² publicado em 16 março, alegava que 100% dos pacientes acometidos pela COVID-19 foram curados após serem tratados com hidroxicloroquina. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump – frequentemente

⁷ Disponível em: [https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=Nesta%20quarta%2Dfeira%20\(26\),resultados%20negativos%20para%20o%20coronav%C3%ADrus.](https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=Nesta%20quarta%2Dfeira%20(26),resultados%20negativos%20para%20o%20coronav%C3%ADrus.)

⁸ Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/organizacao-mundial-da-saude-declara-novo-coronavirus-uma-pandemia11032020>

⁹ Disponível: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/mandetta-tambem-caiu-apos-discordancias-com-o-presidente-sobre-cloroquina-e-isolamento-vertical.ghtml>

¹⁰ Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-de-2-de-junho-de-2020-259865444>

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/31/brasil-registra-quase-4-mil-mortes-por-covid-no-dia-e-fecha-pior-mes-da-pandemia-com-668-mil-obitos.ghtml>

¹² Após alta rejeição da comunidade científica por conta de erros graves de metodologia, Didier Raoult retratou o famigerado artigo

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/maior-defensor-da-cloroquina-medico-frances-admite-pela-primeira-vez-que-medicamento-nao-reduz-mortes-24843829>

venerado por Jair Bolsonaro – chegou a dizer que a cloroquina seria um divisor de águas, algo que nos salvaria da COVID-19¹³.

Bolsonaro, canalizando seu espírito neoliberal subserviente aos Estados Unidos, também passou a defender e recomendar o uso da cloroquina para o tratamento da COVID-19. Não demorou muito tempo para que a comunidade científica encontrasse erros crassos de metodologia e análise na pesquisa efetuada por Raoult¹⁴, mas o caos já havia se instaurado. A cloroquina seria objeto de disputa política ao longo de todo o percurso da COVID-19 em território brasileiro.

Em suas *lives*, o então presidente fazia questão de frisar seu desprezo pelo isolamento social¹⁵, enfatizando que as pessoas possuíam o direito de ir e vir, e que apenas o tratamento com cloroquina poderia fazê-las retomar a vida normal. Para Bolsonaro, as mortes por COVID-19 eram inevitáveis. “Quem tem histórico de atleta vai sentir os sintomas de uma gripezinha, outros vão morrer, infelizmente”¹⁶. A cada fala nós podíamos sentir seu descaso com a vida, reproduzindo o discurso que alguns mereciam viver, outros não. As vítimas da COVID-19 eram desumanizadas nesse processo, não sobreviviam pois não possuíam histórico de “atleta”. Na foto podemos ver o então presidente Jair Bolsonaro (ao centro) imitando pessoas que estavam morrendo com falta de ar na cidade de Manaus.

¹³ Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7685699/>

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/09/03/medico-defensor-da-hidroxicloroquina-e-denunciado-na-franca.ghtml>

¹⁵ Disponível em: https://cultura.uol.com.br/videos/73920_COVID-19-bolsonaro-volta-a-criticar-isolamento-social.html

¹⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/infectado-pela-COVID-19-bolsonaro-colocara-a-prova-historico-de-atleta>



Figura 2: O então Presidente, Jair Bolsonaro, imitando pessoas com falta de ar.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=g4K_WlfUhuI¹⁷

Naquela época, escutamos por muitos dias nos telejornais que tivemos mais de mil mortes diárias, fato que infelizmente acabamos por normalizar. Perdíamos entes queridos numa frequência que não havíamos vivenciado. Pairava no ar a sensação de que nada era feito, que estávamos lutando cada um por si para sobreviver. O processo desumanizador se concretizava em julho de 2020, onde tivemos o registro fotográfico do presidente da república oferecendo uma caixa de hidroxicloroquina para uma das emas que habita o Palácio da Alvorada, conforme pode ser visto na figura 3:

¹⁷ Acesso em 03 de setembro de 2024



Figura 3: Jair Bolsonaro apresentando uma caixa de Hidroxicloroquina a uma Ema do Palácio da Alvorada.
FONTE: UOL¹⁸

Estávamos próximos de alcançar a marca de 100 mil mortes pela COVID-19 e o suposto remédio, que nunca teve eficácia contra a COVID-19, era metaforicamente oferecido aos animais. A extrema-direita bradava que a sociedade precisava contrair a doença o mais rápido possível para adquirir “imunidade de rebanho”¹⁹. O signo que equiparava as pessoas que sofriam com as incertezas acerca da doença, era o signo animalesco, uma ema ou um gado.

Além da ameaça que a COVID-19 representava, também tivemos uma infodemia durante o período pandêmico²⁰. Inúmeras informações de curas milagrosas e prevenções mirabolantes circulavam pela internet, os jornais se dedicavam em desmentir boa parte das peças de desinformação que chegava aos celulares de milhares de brasileiros. O debate sempre era pautado pela desinformação, a informação vinha como contraponto.

Ansiávamos por uma vacina que parecia estar em um horizonte próximo. Porém, em paralelo ao desenvolvimento do imunizante, o discurso antivacina reverberava dentro das comunidades negacionistas, a cada dia novas postagens circulavam na internet contestando a

¹⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/23/bolsonaro-exibe-caixa-de-cloroquina-para-emas-no-palacio-da-alvorada.htm> Acesso em 03 de setembro de 2024

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/17/bolsonaro-diz-que-contaminacao-e-mais-eficaz-que-vacina-estrategia-pode-levar-a-morte-diz-sanitarista.ghtml>

²⁰ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/05/desinformacao-e-fake-news-sao-entreve-no-combate-a-pandemia-aponta-debate>

eficácia da vacina. A figura 4 mostra alguns textos de desinformação que foram desmentidos pela Agência Lupa ao longo do ano de 2021.

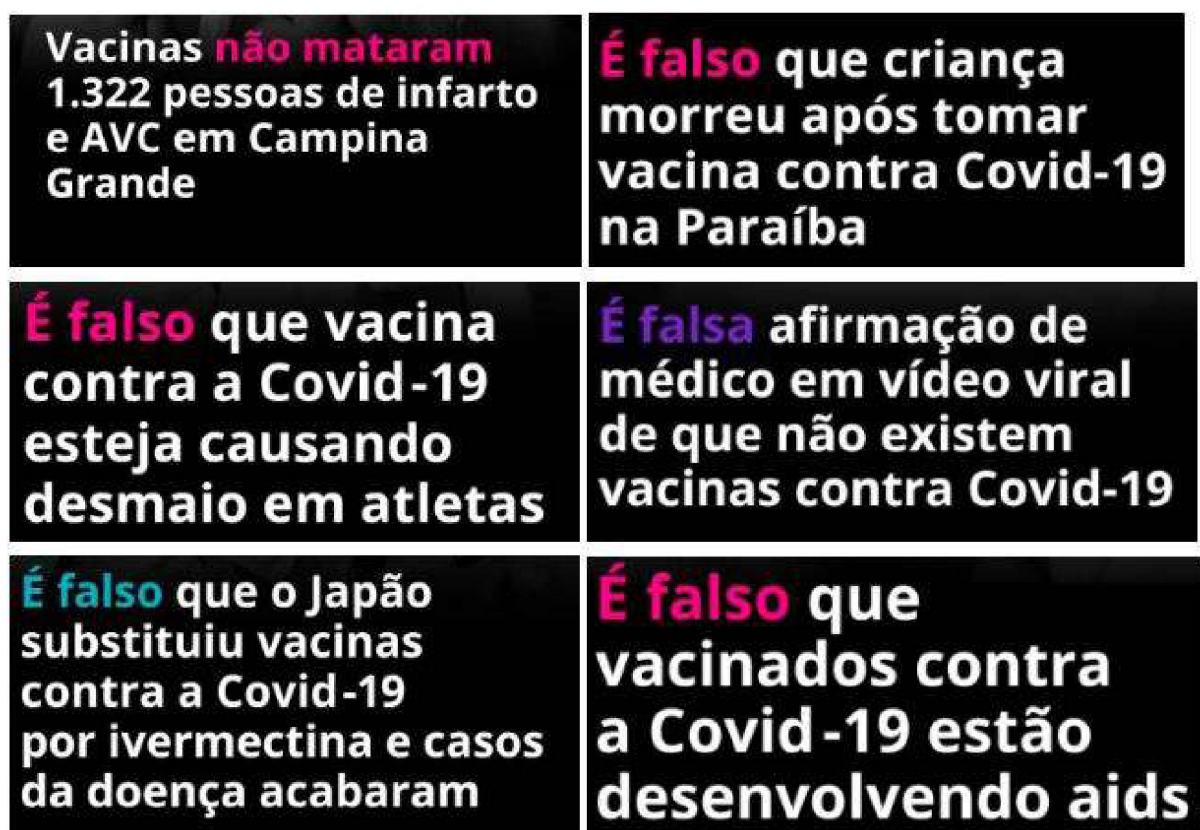


Figura 4: Manchetes da Agência Lupa desmentindo *fake news* sobre a vacina
FONTE: Instagram da Agência Lupa

Foi apenas em 8 de dezembro de 2020 que tivemos a primeira pessoa do mundo a ser vacinada contra a COVID-19, uma senhora de 90 anos que vivia na Inglaterra²¹. No Brasil, nós tivemos a nossa primeira vacinada em 17 de janeiro de 2021, uma enfermeira de 54 anos²² (Figura 5). Porém, a nossa vacinação caminhou a passos lentos. Em março de 2021, apenas 7,31% da população havia se vacinado com a primeira dose²³.

²¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-england-coventry-warwickshire-59566578>

²² Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/primeira-pessoa-e-vacinada-contr-a-covid-19-no-brasil/#:~:text=Ap%C3%B3s%20aprova%C3%A7%C3%A3o%20do%20uso%20emergencial,a%20Covid%2D19%20no%20Brasil.>

²³ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/03/28/brasil-aplicou-ao-menos-uma-dose-de-vacina-em-mais-de-155-milhoes-aponta-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

Havia pressão para a reabertura do comércio, para a reabertura de escolas, mas não havia vacina que garantisse um retorno com segurança às atividades presenciais. Além disso, a campanha de vacinação por parte do governo federal era quase nula, especialmente se comparada às inúmeras peças de desinformação sobre o imunizante que circulavam à época. Esse atraso e a ausência de uma campanha propriamente dita foi um dos gatilhos para a instauração da CPI da COVID-19 em 13 de abril de 2021²⁴.

A CPI foi formada por membros do legislativo, neste caso membros do Senado Federal, com o objetivo de investigar algum fato determinado – no caso, a inação do governo frente ao combate à pandemia – por um determinado período – 90 dias podendo ser prorrogada por mais 90 dias. Durante sua vigência, a comissão adquiriu poder de investigação próprio de autoridades judiciais podendo: inquirir testemunhas; ouvir suspeitos; prender (em caso de flagrante delito); requisitar informações e documentos da administração pública direta e indireta; tomar o depoimento de autoridades; requerer a convocação de ministros de estado, entre outros.

A CPI da COVID-19 foi formada em 13 de abril de 2021²⁵ e teve sua primeira sessão em 27 de abril do mesmo ano, encerrando suas atividades com a leitura do relatório final em 26 de outubro de 2021²⁶. A comissão era constituída pelos seguintes membros:

- a) Presidente da comissão: Omar Aziz (PSD-AM)
- b) Vice-Presidente da comissão: Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
- c) Relator: Renan Calheiros (MDB-AL)
- d) Membros titulares:
 - Eduardo Braga (MDB-AM)
 - Eduardo Girão (PODE-CE)
 - Humberto Costa (PT-PE)
 - Jorginho Mello (PL-SC)
 - Luis Carlos Heinze (PP-RS)
 - Marcos Rogério (DEM-RO)
 - Otto Alencar (PSD-BA)
 - Tasso Jereissati (PSDB-CE)

²⁴ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>

²⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>

²⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/26/apos-seis-meses-cpi-da-pandemia-e-encerrada-com-80-pedidos-de-indiciamento>

e) Membros suplentes:

- Alessandro Vieira (Cidadania-SE)
- Angelo Coronel (PSD-BA)
- Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)
- Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ)
- Jader Barbalho (MDB-PA)
- Marcos do Val (PODE-ES)
- Rogério Carvalho (PT-SE)

Devido à ausência de mulheres na composição da comissão, a bancada feminina no Senado fez um acordo com a presidência da comissão para que ao menos uma senadora pudesse participar de cada sessão, em formato de rodízio²⁷. As senadoras escolhidas pela bancada feminina foram as seguintes:

- Eliziane Gama (Cidadania-MA)
- Leila Barros (Cidadania-DF)
- Simone Tebet (MDB-MS/líder)
- Soraya Thronicke (PSL-MS)
- Zenaide Maia (PROS-RN)

As parlamentares, no entanto, não tinham direito ao voto ou de apresentar requerimentos à mesa diretiva.

Diante desta configuração dos membros da comissão, devemos delimitar aqueles que se situavam a favor ou contra as medidas tomadas pelo governo federal em relação à pandemia da COVID-19. Ou, como foi veiculado pela grande mídia, quem era situação ou oposição ao governo, respectivamente. Acho importante ressaltar que, diferente do que muitos acreditam ser o caso, a política não se configura apenas em lado X ou Y, mas em um espectro de diferentes posicionamentos políticos, econômicos e sociais. Isso implica assumir que, os senadores que

²⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/30/sem-vaga-na-cpi-bancada-feminina-faz-rodizio-para-acompanhar-trabalhos>

eram “oposição” não necessariamente concordavam com todas as abordagens a serem realizadas ao longo da comissão, sendo este conceito igualmente aplicável aos senadores da “situação”. Entretanto, para ilustrar tal cenário, utilizarei a classificação proposta pela grande mídia que dividiu os senadores entre *oposição* e *governistas*:

a) Senadores da oposição que integraram a comissão:

- Omar Aziz (PSD-AM)
- Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
- Renan Calheiros (MDB-AL)
- Eduardo Braga (MDB-AM)
- Otto Alencar (PSD-BA)
- Humberto Costa (PT-PE)
- Alessandro Vieira (Cidadania-SE)
- Tasso Jereissati (PSDB-CE)
- Angelo Coronel (PSD-BA)
- Jader Barbalho (MDB-PA)
- Rogério Carvalho (PT-SE)
- Bancada feminina (Eliziane Gama, Simone Tebet, Soraya Thronicke, Leila Barros e Zenaide Maia)

b) Senadores governistas que integraram a comissão:

- Eduardo Girão (PODE-CE)
- Jorginho Mello (PL-SC)
- Luis Carlos Heinze (PP-RS)
- Marcos Rogério (DEM-RO)
- Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)
- Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ)
- Marcos do Val (PODE-ES)

A CPI foi formada de tal modo que a oposição possuía maior força de ação que os defensores do governo, dado que os membros da bancada eram majoritariamente críticos ao governo Bolsonaro. O grupo composto por Omar Aziz, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues,

Otto Alencar, Humberto Costa, Alessandro Vieira e Rogério Carvalho era conhecido como o G7 da comissão. Isto é, o grupo possuía maioria na votação de requerimentos e encaminhamentos das investigações.

A implementação de uma CPI tende a ter um impacto político muito forte na base governista, especialmente se ela toma grandes proporções. O governo Bolsonaro não ter maioria na composição da bancada da CPI impedia que a base governista se utilizasse dos mecanismos institucionais – como o direcionamento dos investigados e dos depoimentos a serem tomados pela mesa – para “dominar a narrativa” acerca dos fatos investigados.

Em junho de 2021, menos de dois meses após a instauração da CPI, nós contávamos com 32,33% da população vacinada com ao menos uma dose²⁸, ainda muito aquém dos 70% recomendados para a retomada das atividades presenciais. Apesar disso, o ritmo de vacinação continuava lento se considerarmos que o nosso país possui um sistema de saúde único e com capilaridade, tendo uma das logísticas de vacinação mais eficiente do mundo. O então presidente da república, continuava desacreditando as vacinas e reforçando o uso de hidroxicloroquina como tratamento. Não apenas a hidroxicloroquina, mas um kit de remédios que ficou popularmente conhecido como “kit covid”, a ser utilizado no “tratamento precoce” da doença, isto é, como medicação para o tratamento da doença assim que o diagnóstico é confirmado. Vale destacar que nenhum destes remédios teve sua eficácia comprovada no tratamento da COVID-19. Como combater uma infodemia quando o chefe da nação continuava a contribuir para a disseminação de desinformação?

A desinformação foi utilizada de maneira constante ao longo da CPI por parte da base bolsonarista, em especial podemos citar o senador do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Heinze, que chegou a ser incluído no relatório final como indiciado pelo crime de compartilhamento de informações falsas ao longo da CPI²⁹. No Brasil, até o momento, tivemos mais de 700 mil mortos pela COVID-19, número este que poderia ser menor caso as devidas providências tivessem sido tomadas para estarmos na média de mortes global.

Após os depoimentos de Mayra Pinheiro e Nise Yamaguchi, em 25 de maio e 1º de junho, respectivamente, duas defensoras do uso do kit covid como tratamento precoce e

²⁸ Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/24/junho-doses-aplicadas-vacinacao-covid.htm>

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/10/26/heinze-chama-de-absurdo-indiciamento-em-relatorio-da-cpi-da-covid.ghtml>

integrantes do gabinete paralelo³⁰ (grupo formado por médicos e empresários ligados à Jair Bolsonaro que propagavam negacionismo acerca da pandemia), a CPI recebeu em 11 de junho de 2021 a microbiologista Natália Pasternak e o médico Claudio Maierovitch para esclarecerem pontos acerca de conceitos científicos que a CPI considerou essencial para o desenvolvimento dos trabalhos. As 3 sessões citadas demonstraram como o embate político acerca de ações públicas baseadas em pesquisas científicas era importante naquele momento. Enquanto presenciávamos a reprodução de discursos anticiência por parte dos integrantes do governo federal, víamos uma defesa constante da oposição de que as medidas sanitárias a serem tomadas deveriam estar em consonância com aquilo que era pesquisado por especialistas em infectologia e saúde pública.



Figura 5: Claudio Maierovitch e Natália Pasternak na CPI da COVID-19.
Fonte: CNN BRASIL³¹

Sabendo das limitações impostas pelo tempo de desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica de mestrado, e visando uma maior profundidade das interpretações, é nesse dia em específico ao qual dedicarei às análises dessa dissertação de mestrado. Ao longo de 6 meses, a CPI realizou um total de 59 sessões, cada uma com aproximadamente 8 horas de duração. Era inevitável delimitar um período temporal para que a pesquisa pudesse ser realizada de maneira eficiente, sendo essa a sessão que mais me trouxe questionamentos acerca do uso da linguagem

³⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/19/relatorio-afirma-que-bolsonaro-e-gabinete-paralelo-estimularam-a-propagacao-do-coronavirus-uso-de-remedios-ineficazes-contracovid.ghtml>

³¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-ouve-os-cientistas-natalia-pasternak-e-claudio-maierovitch/>

Acesso em 03 de setembro de 2024.

e da circulação dos valores sociais nos discursos. Isso não diminui a importância em investigar outras sessões, ou até mesmo a CPI como um todo, apenas delimita o trabalho que acredito ser factível dentro de um mestrado acadêmico.

Buscando compreender melhor o referencial teórico que embasa este trabalho, a próxima seção explora as pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado elaboradas nos últimos 3 anos. Enfatizo aqui a importância de tais trabalhos para compreensão de fenômenos sociais de extrema relevância para este trabalho, como a desinformação, o bolsonarismo e a própria CPI da pandemia.

1.3 ESTADO DA ARTE

A presente pesquisa apresenta uma gama de elementos que constituem os discursos de seus participantes. Para além da CPI em si, os trabalhos teóricos aqui referenciados também versam sobre o bolsonarismo como movimento político e sobre desinformação, ambos no contexto da pandemia da COVID-19. Seleccionamos teses e dissertações por serem trabalhos desenvolvidos em pesquisas de pós-graduação, buscando a semelhança entre a estrutura textual e ao desenvolvimento do arcabouço teórico.

Apesar de ter acontecido há pouco tempo, já possuímos trabalhos acadêmicos de mestrado desenvolvidos acerca da CPI da COVID-19. Prado (2023) realizou uma Análise do Discurso Ecosistêmica sobre a representação feminina dentro da CPI, tendo como objeto de pesquisa as falas dos integrantes da CPI e de mulheres que foram convidadas a depor – em específico Mayra Pinheiro, Luana Araújo e Nise Yamaguchi – além de analisar também a repercussão midiática que tais falas tiveram em jornais eletrônicos, mídias sociais e o próprio site do Senado Federal. As médicas foram selecionadas como foco da pesquisa devido ao valor social que a profissão médica tem para a sociedade em que vivemos, especialmente se levamos em consideração a atuação dos profissionais da saúde dentro do contexto pandêmico. Suas análises demonstram que as mulheres em questão sofreram um maior julgamento por parte dos membros da comissão, da grande mídia e do público pelo fato de serem mulheres, não as isentando de responsabilidade pelos discursos proferidos que tiraram a vida de milhares de brasileiros. No caso de Nise Yamaguchi, médica citada na sessão que é objeto de análise desta dissertação, Prado analisa as relações estabelecidas entre os senadores e a médica,

demonstrando que, durante o período de arguição, os senadores não apenas exerceram a dominação dos turnos de fala, como também faziam perguntas que a induziam a fornecer respostas que confirmavam suas pressuposições, dificultando a interação discursiva por conta de uma postura machista por parte dos senadores aqui caracterizados como de oposição ao governo.

No espectro teórico que estuda o movimento bolsonarista dentro do contexto pandêmico, Francisco (2022) fez um mapeamento das construções de sentido do bolsonarismo ao longo da pandemia da COVID-19, analisando como a identidade bolsonarista era construída ao longo do cronotopo pandêmico, coletando 38 publicações e 1224 interações no Facebook para elaborar uma cartografia dos sentidos mobilizados por bolsonaristas. Para o autor, a base bolsonarista se identifica como tal a partir do outro, isto é, ao se identificar de maneira divergente daqueles que são alvos do bolsonarismo, passando de início por aqueles que se identificam com políticos de esquerda (em especial Lula e políticos petistas) até chegar a pessoas que defendem pautas mais progressistas (como o aborto, legalização do casamento LGBT, entre outros.). A identidade bolsonarista é constituída por meio do expurgo aos que representam uma ameaça à representação de mundo de pessoas que se identificam como de extrema-direita e / ou conservadoras.

Fora do contexto pandêmico, mas dentro do campo de estudos da Análise do Discurso e da desinformação, Viana (2022) realizou uma análise foucaultiana da ascensão do bolsonarismo em território brasileiro, discutindo questões de relação de poder, de constituição de sujeito, de biopoder e biopolítica dentro do movimento bolsonarista. Além disso, foram evidenciadas as práticas discursivas de propagação de *fake news* e debatido a utilização do conceito de pós-verdade por parte da base de apoiadores de Jair Bolsonaro, e do próprio ex-presidente. O corpus utilizado é constituído de matérias jornalísticas, lives de Bolsonaro e postagens em suas redes sociais entre o período de 2018 e 2022. A pesquisa enquadra – a meu ver, de maneira muito acurada – o bolsonarismo como um movimento neofascista, que legitima discursos autoritários, exclui do debate público grupos sociais considerados minoritários, promove a intolerância religiosa e reproduz slogans e discursos presentes na Itália fascista de Mussolini e na Alemanha nazista de Hitler. A autora destaca que o movimento bolsonarista não está necessariamente atrelado apenas à figura de Jair Bolsonaro, mas ao discurso propagado por ele e por seus seguidores.

Furtado (2022) analisou as narrativas propostas por Jair Bolsonaro acerca da pandemia da COVID-19 através de seu perfil na rede social Twitter. A pesquisa objetivou estabelecer relações entre o discurso proferido por Bolsonaro nas redes sociais e suas ações enquanto presidente da república durante o período pandêmico. Dentre os tweets analisados após 31 de março de 2020, Furtado identificou que os posts de Bolsonaro com o tema “saúde” empregado estavam permeados de desinformação segundo a classificação de Wardle e Derakshan. O autor indica que a desinformação propagada por Bolsonaro é um formato de narrativa, mas uma narrativa que inicia e encerra em si mesma. A instantaneidade e a efemeridade são características centrais da narrativa desinformacional bolsonarista. Furtado também aponta as características fascistas presentes no discurso de Bolsonaro, concluindo que o discurso de Bolsonaro e suas ações estavam sim em consonância, promovendo uma política que assumiu as mortes pela COVID-19 como parte do modelo de gestão do Estado.

Em um estudo com tema semelhante, Marques (2023) pesquisou as práticas desinformacionais e as narrativas propostas pelo governo Bolsonaro ao longo da pandemia da COVID-19. A autora salienta que a propagação de informação acerca do SARS-CoV-2 durante o governo Bolsonaro foi superficial, descontextualizada, tendenciosa e enganosa. Para Marques, a desinformação estabelece um terreno fértil através do processo de construção da identidade e demonstra que o conhecimento de narrativas factuais e com amparo científico não colabora no combate da desinformação, uma vez que os afetos mobilizados dentro da construção da identidade bolsonarista se torna mais relevante durante o processo de circulação de textos desinformacionais. Esse ponto dialoga diretamente com a pesquisa realizada por Francisco (2022), em que a construção da identidade bolsonarista se mostrou fundamental para o ecossistema da desinformação. A autora ainda demonstra que o jogo desinformacional do governo valoriza uma necropolítica instrumentalizada com viés fascista, utilizando artimanhas estratégicas no âmbito discursivo para esconder seus erros de gestão pública.

Carvalho (2021) analisou as normas jurídicas das respostas do governo Bolsonaro ao longo do ano de 2020, sob uma perspectiva de ciência e anticiência. O autor compreende que, através das normas jurídicas, o governo tomava por vezes posições científicas e, por outras, posições anticientíficas. Ou seja, o governo Bolsonaro apresentava um discurso científico para defender suas ações, como os artigos acadêmicos que promoviam o uso de hidroxiclороquina como forma de “tratamento precoce” da COVID-19, e um discurso anticientífico para desqualificar os dados que contrariavam as ações do governo. Desta forma, Carvalho classifica tal movimento político como uma negacionismo instrumental, isto é, que adere ou rejeita o

saber científico quando lhe convém. Indica uma possibilidade de que tal movimento seja uma nova tendência no capitalismo global, caso esse padrão seja verificado em outros governantes de extrema-direita mundo afora.

Essas pesquisas dialogam diretamente com este trabalho de dissertação, pois seus temas e desdobramentos teóricos vão ao encontro dos elementos aqui analisados. As contribuições de Marques (2023) e Furtado (2022) ajudam a construir um arcabouço mais robusto para compreender a desinformação como fenômeno social. Carvalho (2021), Viana (2022) e Francisco (2022) contribuem para a caracterização do bolsonarismo como movimento ideológico de massas. Prado (2023) colabora com a construção do cenário político da CPI da COVID-19. A pesquisa de Francisco (2022) foi utilizada como forma de embasamento para desenvolver a noção de construção da identidade bolsonarista em meio a circulação das narrativas desinformacionais. Além disso, o trabalho de Furtado (2022) foi essencial para caracterizarmos os textos de desinformação como “narrativas desinformacionais”, contribuindo igualmente para o direcionamento das análises em torno do conceito de narrativa.

Os próximos capítulos visam explorar conceitos teóricos ao mesmo tempo em que aplicamos tais conceitos dentro do contexto da CPI. “SERIA POR QUE CAIRIA POR TERRA TODA A NARRATIVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA?” é um capítulo que versa sobre os conceitos de linguagem utilizados, utilizando trechos da CPI que demonstram como tais conceitos são expressos dentro da prática social. Exploramos conceitos provenientes do Círculo de Bakhtin como “Enunciado Concreto” (Volóchinov, 2017 [1929]), “Cronotopo” (Bakhtin, 2018 [1938]), “Valor Social” (Bakhtin, 2016 [1952]), “Forças Centrífugas e Centrípetas” (Bakhtin, 2016 [1952]) e “Narrativa” (Bakhtin, 2015 [1930]).

O capítulo “[...] nós não temos como mensurar quantas pessoas morreram de desinformação[...]” estabelece um diálogo entre os conceitos de linguagem e a teoria desinformacional proposta por Wardle e Derakshan (2017), além de explorar mais a fundo a noção de narrativa desinformacional. Tal como o capítulo anterior, temos trechos da CPI que são analisados para localizar o leitor na aplicação dos conceitos teóricos durante a análise.

Por fim, o capítulo “Mas eu quero fazer aqui uma análise, [...], principalmente relacionado à CPI.” é dedicado a análise da CPI em si. O processo de análise também evoca conceitos teóricos que devem ser desenvolvidos para uma melhor compreensão do objeto de estudo, portanto o capítulo de análise também contará com o desenvolvimento de conceitos teóricos.

2. “SERIA POR QUE CAIRIA POR TERRA TODA A NARRATIVA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA?”

“Jamais diga uma mentira que não possa provar.”

Millôr Fernandes

O presente capítulo é dedicado a explorar os conceitos de linguagem utilizados ao longo deste trabalho para a elaboração da análise. Iniciaremos com uma breve discussão sobre linguagem como prática social, perpassando por noções deveras importantes para que possamos situar o processo de análise orientada pelas teorias do Círculo de Bakhtin. Além disso, estabeleço uma relação entre a teoria do Círculo de Bakhtin e a noção de narrativa proposta por Jerome Bruner (2014 [2003]) para entender o que de fato são narrativas e como elas podem ser compreendidas dentro do contexto da CPI da COVID-19.

O conceito de linguagem que utilizo foi desenvolvido pelo Círculo de Bakhtin, o qual entende a linguagem como prática social. Em outras palavras, aqui não explorarei a ideia da língua como um sistema de regras abstrato alheio ao seu uso cotidiano, tomarei a linguagem como algo que só pode ser realizado na interação social. As realizações linguísticas, que acontecem no cotidiano, são construídas por meio de processos de interação social, ou seja, nossas formas de expressão na língua são estabelecidas e desenvolvidas graças aos ciclos de convivência que vamos criando durante nossa vida. Não obstante, a linguagem aqui é concebida a partir de uma perspectiva histórica, cultural e social.

A função primária da linguagem é a comunicação, mesmo ambiente em que ela é concretizada. A comunicação utilizada nesta abordagem não se refere apenas a “alguém falar algo a outro alguém”, mas a uma realização concreta de uma interação. A prática social é estabelecida através de interações, aqui denominadas de *interações discursivas*. Nenhum processo da linguagem se dá de maneira isolada ou monológica, portanto, a interação discursiva necessita que ao menos dois sujeitos interajam de alguma maneira (direta ou indiretamente) para determinar o seu estabelecimento. Na seção seguinte abordaremos os conceitos do Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2015 [1930]; 2016 [1952]; 2018 [1938]; Volóchinov, 2017 [1929]; 2019 [1930]) que são fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, sendo eles: enunciado, signo, responsividade ativa, cronotopo, gêneros do discurso, forças centrífugas e centrípetas.

2.1 “ENTÃO, O DISCURSO É MUITO DELETÉRIO, PORQUE É UM DISCURSO QUE CAUSA UMA POLITIZAÇÃO QUE INCITA O ÓDIO, QUE INCITA A VIOLÊNCIA E É UM DISCURSO BASEADO EM NEGACIONISMO.”

2.1.1 ENUNCIADO

Podemos dizer que o enunciado é uma unidade, necessariamente contextualizada, de comunicação e de significação (Faraco, 2005). Ou seja, todo enunciado ocorre dentro de um espaço-tempo contextualizado, exigindo ao menos dois participantes para a realização da interação discursiva. Mesmo que não haja outro sujeito físico presente no processo de interação, o próprio sujeito cria a imagem de um interlocutor com o qual ele dialoga. Volóchinov (2017 [1929]) ilustra o processo de construção do enunciado no seguinte trecho:

Efetivamente todo enunciado se forma entre dois indivíduos socialmente organizados, e, na ausência de um interlocutor real, ele é ocupado, por assim dizer, pela imagem do representante médio daquele grupo social ao qual o falante pertence. A palavra é orientada para o interlocutor, ou seja, é orientada para quem é esse interlocutor: se ele é integrante ou não do mesmo grupo social, se ele se encontra em uma posição superior ou inferior em relação ao interlocutor (em termos hierárquicos), se ele tem ou não laços sociais mais estreitos com o falante (pai, irmão, marido etc.). Não pode haver um interlocutor abstrato, por assim dizer, isolado: pois com ele não teríamos uma língua comum nem no sentido literal, tampouco no figurado. (Volóchinov, 2017 [1929], p. 204-205)

Poderíamos dizer, em termos simplistas, que um enunciado é uma frase, mas tal definição não contempla o conceito de enunciado em si se não estabelecer que tal frase precisa de um contexto para acontecer, de um sujeito que enuncia, e outro sujeito que interage com o enunciado proferido de maneira direta ou indireta. Mesmo quando interagimos com nós mesmos, projetamos um outro no processo de enunciação. Tomemos como exemplo a escrita de um bilhete pessoal, para lembrarmos de algum compromisso próximo. Mesmo que o bilhete não seja lido por outras pessoas, ele é escrito para uma representação do próprio sujeito como se fosse um outro. Ao ler o bilhete em um momento futuro, o sujeito interage com seu eu passado, novamente projetando a imagem do outro. Antes mesmo do *eu* se constituir como *eu*, ele precisa ser o *você* de alguém - um *outro*. Por mais individual que o ato enunciativo possa parecer, ele sempre acontecerá em um contexto de interação.

De fato, o ato discursivo, ou mais precisamente o seu produto – o enunciado – de modo algum pode ser reconhecido como um fenômeno individual no sentido exato dessa palavra, e tampouco pode ser explicado a partir das condições psicoindividuais e psíquicas ou psicofisiológicas do indivíduo falante. *O enunciado é de natureza social.* (Volóchinov, 2017 [1929], p. 200) grifo do autor.

Toda interação discursiva é um evento único e, portanto, irrepetível. A estes eventos únicos, o Círculo de Bakhtin dá o nome de ***enunciado concreto***, para definir tal conceito, recorro a Volóchinov (2019 [1930]):

O enunciado concreto (e não abstração linguística) nasce, vive e morre no processo da interação social entre os participantes do enunciado. O seu significado e a sua forma são determinados principalmente pela forma e pelo caráter dessa interação. Ao separar o enunciado do solo real que o nutre, perdemos a chave tanto da forma quanto do sentido, restando nas nossas mãos ou o invólucro linguístico abstrato, ou o esquema do sentido, também abstrato (a famigerada “ideia da obra”, dos antigos teóricos e historiadores da literatura): duas abstrações que não podem ser unidas entre si, pois não há terreno concreto para uma síntese viva delas. (Volóchinov, 2019 [1930], p. 128)

Os enunciados concretos ocorrem no processo de interação verbal e para que essa interação ocorra os participantes devem, necessariamente, ser reais (como os senadores integrantes da CPI) ou presumidamente reais (como os espectadores da TV Senado). Todos os participantes do enunciado concreto são sujeitos que estão situados de maneira sócio-histórica e contribuem direta ou indiretamente para que os enunciados se constituam da forma como se apresentam.

Ou seja, todo enunciado é direcionado a alguém, sendo também uma resposta a um ou a muitos enunciados previamente concretizados. Além disso, os enunciados antecedem respostas futuras que podem ser geradas a partir dele. Todas as escolhas lexicais, de gênero discursivo, de estilo e de signos realizadas durante a fala são relevantes para que seu sentido seja construído de maneira concreta e o enunciado possa cumprir sua função comunicativa.

Isso nos leva a compreender o outro no processo enunciativo como um participante ativo da interação discursiva. Ou seja, este outro da interação discursiva não é passivo no processo de comunicação. Ao interagir com um enunciado anteriormente proferido, o outro também age como produtor de sentidos, pois ele responderá a mensagem inicial de alguma forma, em um processo chamado ***responsividade ativa*** (Bakhtin, 2016 [1952], p. 24-25), o que

significa dizer que nenhum enunciado é compreendido da mesma maneira por todos os interlocutores, já que inúmeros fatores influenciam sua compreensão. Por isso, nessa perspectiva, entende-se que os sentidos não estão isolados nos textos, eles dependem de todos os participantes da interação discursiva produzindo e negociando sentidos.

Um bom exemplo, dentro do nosso objeto de análise, para determinar a interação discursiva, é a fala de abertura de Natália Pasternak durante seu depoimento na CPI da COVID-19. A fala de abertura da microbiologista pode ser entendida como uma resposta a discursos anteriores, especialmente aos que promoviam o negacionismo científico no âmbito da CPI. A microbiologista foi convidada justamente para esclarecer pontos acerca das pesquisas científicas desenvolvidas para combate à COVID-19 que estavam em disputa ao longo da CPI. Vale salientar que Pasternak reproduz em seu discurso uma visão positivista de ciência, isto é, uma visão onde a ciência busca a “descrição da realidade” e não uma interpretação ou uma construção da realidade. Essa visão positivista de ciência não confronta a visão proposta pela base bolsonarista, a disputa é estabelecida no âmbito do estabelecimento de políticas públicas baseadas em ciência, mas o conceito de ciência não é disputado pelos participantes. Para alcançar tal objetivo, a pesquisadora inicia sua fala explanando sobre o que é considerado ou não conhecimento científico.

Natália Pasternak Para isso, a gente precisa entender um pouco do que, afinal, a gente quer dizer com ciência, quando a gente fala de defender a ciência. A ciência, então, é vista por nós, cientistas, como um processo, um método. É um processo de investigação da realidade, que pressupõe a nossa capacidade de mudar de ideia diante de novas evidências, desde que essas evidências sejam robustas, e da crítica dos nossos pares, quando apontam alguma falha metodológica, algum erro no nosso trabalho. Com isso, a gente consegue produzir a melhor descrição possível da realidade em um determinado momento histórico, com as melhores ferramentas que a gente tem na mão naquele momento.

Considerando o tempo-espço de sua fala, avaliamos que há uma tentativa de validação de conhecimentos da pesquisadora acerca do tema debatido – no caso, a pandemia do COVID-19 – e estabelecimento de um plano comum de diálogo entre os participantes. Podemos notar que os sujeitos dessa interação discursiva não se restringem apenas aos senadores que estavam no recinto colhendo o depoimento de Pasternak, mas também todos os espectadores da TV Senado que estavam acompanhando a sessão em tempo real. Os sentidos da fala de Pasternak continuam reverberando em outros sujeitos, mesmo três anos após a sessão em questão, já que

ainda possuímos o registro da interação em vídeo e podemos acessá-lo em plataformas da internet. Talvez pensando na proporção que uma fala destas pode tomar, a pesquisadora preparou uma explicação muito detalhada de conceitos que ela considera cruciais para se compreender os aspectos epidemiológicos que cercam o vírus da COVID-19. Estando em uma CPI, imaginamos que Pasternak sabia que sua fala traria diferentes responsabilidades, seja das pessoas envolvidas na CPI, seja daquelas que cobravam uma maior agência do governo federal sob os cuidados da pandemia, daquelas que são defensoras do governo de Bolsonaro e de outras pessoas que poderiam ter acesso a seu discurso.

Natália Pasternak Quando a gente está falando, por exemplo, de uma intervenção de saúde pública, do teste de um medicamento, como, por exemplo, a cloroquina. Vou usar a cloroquina como exemplo porque, infelizmente, ela causa muita confusão no nosso país até hoje. Então, vamos avaliar. Como que a gente faz os 6 ou o 9 da cloroquina? *[acelera o ritmo de fala]* Como que a gente investiga se um medicamento funciona pra (sic) uma doença ou não? A primeira coisa que a gente tem que ver é se existe plausibilidade biológica. Existe um mecanismo celular? Existe um mecanismo biológico que esse fármaco pode agir nessa doença? Ele pode impedir a entrada do vírus na célula? Ele pode impedir a replicação no vírus? O que ele pode fazer?

No trecho acima vemos a pesquisadora utilizando a cloroquina como exemplo para elucidar como se dá o processo de investigação científica acerca da produção e eficácia de medicamentos para o combate de doenças em larga escala. Entendemos que o uso da *cloroquina* como exemplo ilustrativo se dá pela alta circulação de desinformação acerca do medicamento promovida por Jair Bolsonaro e seus apoiadores, conforme o que expomos no capítulo de introdução desta dissertação. Esse termo estabelece um diálogo não apenas com os defensores do famigerado *tratamento precoce*, mas também com seus críticos. Ao utilizar esse signo em específico como ilustração, Pasternak apresenta os processos de pesquisa de maneira contextualizada, provocando respostas (positivas ou negativas) nos outros sujeitos que participam da interação discursiva. O signo está carregado de diferentes sentidos por aliados e opositores, o que contribui para que os sentidos do enunciado de Pasternack sejam interpretados de formas diferentes, causando repúdio ou apoio.

Essas escolhas que são feitas ao longo do processo de enunciação estão atreladas a noção de *signo ideológico*, isto é, a materialização da comunicação dá existência ao signo, uma vez que essa comunicação é estabelecida entre sujeitos sócio-historicamente situados. É da natureza do signo que este também seja sócio-historicamente situado, o signo refrata e reflete a realidade

de cada enunciação concreta em que ele é manifestado. O signo reflete uma visão de mundo ideológica do falante inserido num meio social, ao mesmo tempo em que ele refrata ideologias do falante dentro de sua singularidade (Bakhtin, 2016 [1952]) . Podemos dizer que é um processo de (re)produção do discurso. Ao mesmo tempo em que o falante reproduz (reflete) um discurso socialmente localizado, ele também produz (refrata) uma singularidade sobre este discurso.

Todo signo está sujeito a categorias de avaliação ideológica (falso, verdadeiro, bom, ruim, justo, injusto etc.) e, portanto, todo signo também passa pelos processos de reflexão e refração no ato enunciativo (Volóchinov, 2017 [1929]). Sendo assim, as escolhas dos signos que compõem um enunciado não são aleatórias tampouco neutras; são escolhas ancoradas em valores sociais que, em conjunto, constituem os sentidos do enunciado. Tal constituição leva a diferentes responsabilidades ativas, a depender do interlocutor. No caso de Pasternack, há apoio ou repúdio, por exemplo.

Segundo Faraco (2005, p. 67), todo enunciado existe em e como resposta a outros enunciados. A linguagem não parte de um vazio absoluto, ela dialoga com outros enunciados que se estabelecem por meio da interação social, evocando um senso de responsividade de nossos interlocutores. Não apenas respondemos ao que fora dito, mas também ao que (ainda) não foi dito. Da mesma forma, nenhum enunciado é criado em um vácuo livre de variáveis, por mais monológico que um enunciado possa parecer, ele ainda assim estabelecerá relações dialógicas com outros enunciados e outros interlocutores. Esse processo, na perspectiva bakhtiniana, é nomeado como *dialogismo* (Volóchinov, 2019 [1930]).

2.1.2 DIALOGISMO

O dialogismo é um processo intrínseco da linguagem que implica como eu percebo o outro, como eu acredito que o outro me percebe, e como eu percebo a mim mesmo. Tudo o que diz respeito a mim só pode chegar a mim através da palavra do outro, o *eu* só existe ao estabelecer uma relação de distinção com o outro (Volóchinov, 2019 [1930], p. 273). Por mais monológico e longo que um enunciado possa parecer (como a fala de abertura de Pasternak, onde ela detém o momento de fala por cerca de 15 minutos), ele sempre estabelecerá diálogo com outros (conforme já estabelecemos anteriormente). Cada enunciado é um elo numa cadeia

da comunicação verbal (Bakhtin, 2016 [1952]); é no estabelecimento destes elos que podemos compreender como o dialogismo atua no processo de enunciação. Volóchinov enfatiza a ideia de que o dialogismo é uma característica fundamental da linguagem.

Obviamente, o diálogo, no sentido estrito da palavra, é somente uma das formas da interação discursiva, apesar de ser a mais importante. No entanto, o diálogo pode ser compreendido de modo mais amplo não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo. Um livro, ou seja, *um discurso verbal impresso* também é um elemento da comunicação discursiva. Esse discurso é debatido em um diálogo direto e vivo, e, além disso, é orientado para uma percepção ativa: uma análise minuciosa e uma réplica interior, bem como uma reação organizada, também impressa, sob formas diversas elaboradas em dada esfera da comunicação discursiva (resenhas, trabalhos críticos, textos que exercem influência determinante sobre os trabalhos posteriores, etc.). Além disso, esse discurso verbal é inevitavelmente orientado para discursos anteriores tanto do próprio autor quanto de outros, realizados na mesma esfera, e esse discurso verbal parte de uma determinada situação de um problema científico ou de um estilo literário. Desse modo, o discurso verbal impresso participa de uma espécie de discussão ideológica em grande escala: responde, refuta ou confirma algo, antecipa as respostas e críticas possíveis, busca apoio e assim por diante. (Volóchinov, 2017 [1929], p. 219)

Ou seja, os interlocutores durante o processo de enunciação não produzem seus discursos de maneira isolada, os outros participantes da interação discursiva, mesmo que seja uma interação da pessoa para consigo mesma, são levados em consideração no momento da enunciação. A interação discursiva não se resume apenas a comunicação de uma mensagem do falante para o ouvinte, o falante não detém o monopólio do significado, e os ouvintes desempenham um papel ativo na construção dos sentidos do enunciado. Ao mesmo tempo em que o enunciado responde à palavra enunciada, ele desencadeia outras respostas que são encadeadas em elos na grande corrente do discurso, algumas previstas ou não, outras indiretas, outras não. Cada resposta representa uma tomada de posição do sujeito enunciador e de interlocutores diretos ou não; tais respostas, podem ser de adesão, negociação, refutação, etc. Podemos dizer que este ato de responsividade ativa é aquilo que reconhece a coautoria do ouvinte/leitor na construção de significados, processo que ocorre como uma discussão ideológica, como aponta Volóchinov (2017 [1929]) na citação acima. A discussão ideológica é entendida como um embate entre vozes sociais, que nos levam a aderir a certo discurso, refutá-lo, complementá-lo, etc., em uma cadeia ininterrupta. Por isso, Bakhtin (2016 [1952]), na citação abaixo fala em compreensão responsiva e prenhe de resposta.

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante. A compreensão passiva do significado do discurso ouvido é apenas um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta real e em voz alta. É claro que nem sempre ocorre imediatamente a seguinte resposta em voz alta ao enunciado logo depois de pronunciado: a compreensão ativamente responsiva do ouvido (por exemplo, de uma ordem militar) pode realizar-se imediatamente na ação (o cumprimento da ordem ou comando entendidos e aceitos para execução), pode permanecer de quando em quando como compreensão responsiva silenciosa (alguns gêneros discursivos foram concebidos apenas para tal compreensão, por exemplo, os gêneros líricos), mas isto, por assim dizer, é uma compreensão responsiva de efeito retardado: cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte. (Bakhtin, 2016 [1952], p. 25)

Textos de desinformação, por exemplo, representam muito bem esse processo dialógico da linguagem. Os sentidos de textos como esse só podem ser atribuídos em resposta a algo que reverbera dentro do repertório pessoal do ouvinte/leitor. Tomemos como exemplo o uso da hidroxicloroquina como forma de tratamento precoce como proposto pela base bolsonarista ao longo da CPI da COVID-19. O ponto inicial dessa peça de desinformação provém de um artigo científico publicado pelo francês Didier Raoult³², onde ele indicava que os pacientes com COVID-19 tratados com hidroxicloroquina respondiam ao tratamento de maneira mais eficaz se comparados àqueles que não tomaram o medicamento. A comunidade científica reagiu a esse discurso apontando erros de análise e de metodologia presentes no artigo e após outros estudos, a eficácia da hidroxicloroquina não pôde ser comprovada, indicando que o tratamento com tal medicamento seria ineficaz e/ou prejudicial.

Os defensores do tratamento precoce, por sua vez, se agarraram a esse primeiro texto (o artigo de Raoult) e refutaram todos os achados científicos que apontaram erros na pesquisa de Raoult. Isso não é por acaso. De maneira geral, os produtores de textos de desinformação sabem com quem eles precisam estabelecer diálogo antes mesmo da circulação destes textos, e sabem que é preciso estabelecer uma conexão entre este texto e aspectos que evocam valores sociais consoantes com os de seus leitores, especialmente quando os textos de desinformação são criados com intenções específicas, como por razões políticas (Empoli, 2019, p. 17). Para avaliar se seus objetivos serão alcançados, os produtores de textos de desinformação como esses

³² Em 17 de dezembro de 2024, o artigo foi despublicado pela revista International Journal of Antimicrobial Agents por conta de inconsistências éticas e metodológicas. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2024/12/17/cloroquina-estudo-que-popularizou-o-medicamento-como-tratamento-para-covid-19-e-despublicado.ghtml> Acesso em: 22 de dez 2024

tendem a lançar prévias de seus textos em grupos de aplicativos de mensagens como WhatsApp e Telegram para acompanhar o engajamento de seus seguidores com o tema, conforme descrito por Santini et al. (2022) em sua pesquisa sobre a circulação de textos de desinformação em ambientes virtuais. No caso das informações sobre a eficácia da hidroxicloroquina, elas foram amplamente divulgadas em grupos de apoio ao governo. Desse modo, o alinhamento ideológico entre as pessoas participantes consolidava o discurso anticientífico e contrário ao isolamento social insistentemente repetido pelo presidente da república da época, fortalecendo assim seu governo, mesmo diante de números alarmantes de mortes diárias. Ou seja, a estratégia do governo parecia funcionar, fazendo com que ele insistisse em minimizar o vírus e suas consequências. As razões para isso serão discutidas com mais profundidade no próximo capítulo, porém, é importante termos em mente que tais atos não estão baseados numa lógica maniqueísta de bem/mal, as intenções bolsonarista com a propagação de desinformação estão intimamente ligadas com ganhos políticos, econômicos e sociais.

O dialogismo nos convida a ver a linguagem não como algo estático, mas como um campo de intercâmbio constante, onde o significado é moldado pelas vozes em diálogo, tornando-a uma expressão viva da comunicação humana. Sendo assim, podemos entender que, ao mesmo tempo que os enunciados são únicos e irrepetíveis, uma vez que integram uma interação discursiva específica, eles também são dialógicos, visto que eles também se relacionam com outros enunciados historicamente localizados (Volóchinov, 2017 [1929]). Sendo os enunciados unidades concretas de comunicação, eles dialogam constantemente com outros enunciados, “tecendo” sentidos. Esses enunciados que circulam em esferas sociais e situações sociais específicas estabelecem também relações dialógicas entre si, gerando, historicamente, modos sociais de dizer e agir, resultando no que Bakhtin (2016 [1952]) denomina de *gêneros do discurso*.

2.1.3 GÊNERO DO DISCURSO

Os enunciados, apesar de serem únicos e irrepetíveis, são constituídos historicamente através de práticas interativas; eles são determinados pelos gêneros, que legitimam a produção de novos enunciados, dotando-os de significados. Gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados determinados pela especificidade de um campo da comunicação humana (Bakhtin, 2016 [1952], p. 12). Os gêneros do discurso possuem uma diversidade infinita e inesgotável, dadas as complexas formas de interação humana, mesmo assim, Bakhtin (2016

[1952]) classifica os gêneros do discurso em duas esferas: os discursos primários (aqueles que fazem parte da comunicação cotidiana e atrelados à oralidade) e os discursos secundários (aqueles advindos da comunicação produzida a partir de códigos culturais mais elaborados, como os produzidos pela escrita). Saliento que a noção de primário e secundário, na perspectiva bakhtiniana, não estabelece uma relação hierárquica entre discursos primários e secundários, Bakhtin os separa para melhor explorá-los ao longo de sua teoria, ou seja, os primários não são mais relevantes que os secundários, eles possuem igual valor para a produção de enunciados nas interações discursivas.

Para Bakhtin (2016 [1952]), todo e qualquer gênero discursivo possui um estilo próprio de enunciação, fazendo com que o ato enunciativo seja permeado por duas forças distintas, chamadas de *força centrífuga* e *força centrípeta*. Essas forças trabalham dentro dos enunciados (e do discurso) de diferentes modos. A força centrípeta atua no processo de homogeneização do discurso, isto é, atua no processo de estabilidade do gênero discursivo, promovendo uma padronização que conflui com o discurso que nós consideramos hegemônico. As forças centrífugas, por outro lado, atuam no enunciado de modo a desestabilizar o discurso, tornando o enunciado mais heterogêneo em si mesmo. As forças atuam dentro do enunciado tanto num movimento de unificação e identificação (força centrípeta) como num movimento de separação e distinção (força centrífuga).

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso é um ponto de aplicação tanto das forças centrípetas quanto das centrífugas. Nela se cruzam os processos de centralização e descentralização, unificação e separação, um basta não só a sua língua como materialização discursiva individual como também basta ao heterodiscurso, é seu participante ativo. (Bakhtin, 2015 [1930], p. 42)

Podemos avaliar como tais forças atuam no discurso proferido pelo Senador Marcos Rogério (PL-RO), durante sua arguição:

O nosso objetivo aqui é estudar a pandemia dentro das características próprias de nosso país, analisando como se deu (*gagueja*) o enfrentamento. Eu tenho sempre defendido uma **análise ampla, conjuntural, do complexo estrutural e de realidades sociais e econômicas**. E não um foco exclusivo em eventuais **responsabilidades pessoais**, sem considerar as reais complexidades do problema. Aliás, considero uma **temeridade**, se não uma grande **irresponsabilidade**, tentar buscar (*enfático*) culpados, de preferência **previamente selecionados**, para um flagelo como uma pandemia de caráter inédito e absolutamente desafiador. (Senador Marcos Rogério, grifo nosso)

O senador em questão abre sua fala defendendo a análise da CPI em relação ao combate à COVID-19, afirmando que a investigação deve acontecer de forma idônea, buscando sentido dentro da complexidade que tal assunto demanda. Ao analisarmos o trecho “*análise ampla, conjuntural, do complexo estrutural e de realidades sociais e econômicas*” podemos observar que o senador traz a força centrípeta em seu discurso, isto é, confluindo com o objetivo final da CPI, buscando estabelecer um tom de neutralidade, apesar dessa suposta neutralidade não existir no que tange práticas discursivas (como veremos mais a frente ao falarmos de *ideologia*). Entretanto, logo após tal afirmação, o senador afirma que o foco da CPI não pode estar direcionado a uma responsabilização individual, talvez tentando induzir o ouvinte a compreender que o problema em questão se encontra num espectro sistêmico da administração pública. O emprego dos termos *temeridade, irresponsabilidade e culpados [...] previamente selecionados* caracteriza a CPI como uma comissão tendenciosa ao tentar investigar atos que podem criminalizar os investigados. Esse segundo movimento é um exemplo de como as forças centrífugas se manifestam no enunciado através do discurso. Ao mesmo tempo em que a força centrípeta estabiliza o discurso e demonstra confluência com os outros atores sociais ali presentes, a força centrífuga se encarrega de distanciar o senador de outros membros da comissão, se opondo às práticas de investigação propostas pelo grupo majoritário (o grupo de oposição ao governo). Nós sabemos que a CPI é um instrumento constitucional investigativo cujo propósito é procurar os responsáveis, ou culpados, por atos ilícitos dentro do ambiente da administração pública (atuação da força centrípeta), ao negar que o propósito da CPI seja esse, Marcos Rogério se opõe aquilo que fora pré-estabelecido, causando um processo de ruptura com o discurso vigente (atuação da força centrífuga).

Em suma, aqui partimos de uma noção de linguagem como interação social. Por ser uma interação social, ela advém de um ato comunicativo que aqui chamamos de interação discursiva. Toda interação discursiva se estabelece por meio de um enunciado concreto, e todo enunciado concreto é composto por diferentes signos. Essa composição de signos nos leva a construção de uma cadeia discursiva durante o ato enunciativo, isto é, todo enunciado é produzido em resposta a um outro enunciado prévio ao mesmo tempo em que espera a resposta de um enunciado futuro. Os signos, por sua vez, são intrinsecamente ideológicos, portanto, toda a interação linguística aqui apresentada, também é uma interação ideológica. Mas afinal de contas, o que é ideologia para o Círculo de Bakhtin?

2.1.4 IDEOLOGIA

O conceito de ideologia, dentro do Círculo de Bakhtin, parte da noção de ideologia proposta por Marx e Engels (2007 [1846]) em *A Ideologia Alemã*. No livro em questão, Marx e Engels apontam a ideologia como um sistema de ideias e representações que reflete e justifica a estrutura material e as relações de poder de uma sociedade. Para eles, a ideologia é uma "falsa consciência", ou seja, uma distorção da realidade que serve para manter as condições de dominação e exploração da classe dominante. O Círculo de Bakhtin, aqui expresso na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* de Volóchinov (2017 [1929]), critica a noção de ideologia como algo distante ou abstrato, argumentando que ela se manifesta diretamente nas interações cotidianas, principalmente na linguagem. As ideias e valores de uma sociedade não existem em um vácuo, mas são expressos e circulam na linguagem. A luta ideológica, então, ocorre nas palavras, nos discursos e nas formas como nos comunicamos, tornando a linguagem um campo de batalha para as diferentes vozes e pontos de vista sociais. A ideologia é sempre dialógica, ou seja, ela nunca é estática ou monolítica, mas está em constante processo de negociação e interação entre diferentes sujeitos sociais. Nesse sentido, o círculo de Bakhtin rejeita uma visão unidirecional da ideologia imposta de cima para baixo, como visto em Marx e Engels. A ideologia se forma na relação entre diferentes discursos e suas contradições, e os indivíduos, ao interagir na linguagem, participam ativamente da construção e transformação das ideologias.

Não há sentido fora da comunicação social da compreensão, ou seja, fora das reações unidas e mutuamente coordenadas das pessoas a um determinado signo. A interação social é o meio no qual o fenômeno ideológico adquire pela primeira vez sua existência específica, seu significado ideológico, sua natureza semiótica. (Medvedev, 1978 [1928], p.8)

Retomando o conceito de signo ideológico, é importante lembrarmos que ele está intimamente ligado à palavra. Isto é, na concepção do Círculo, toda palavra carrega ideologias. A ideologia é uma interpretação da realidade que não existe abstratamente, ela só existe se expressa, materializada.

Qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas, também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites. Tudo o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja, ele é um *signo*. *Onde não há signo também não há ideologia*. (Volóchinov, 2017 [1929], p 91)

Ou seja, o processo de reflexão e refração do discurso ocorre através da palavra, que está intrinsecamente ligada ao signo ideológico, que por sua vez representa valores sociais que são ao mesmo tempo socialmente localizados e singulares da perspectiva do falante. Alguns princípios bakhtinianos para o estudo da ideologia são:

- 1) *Não se pode isolar a ideologia da realidade material do signo* (ao inseri-la na “consciência” ou em outras campos instáveis e imprecisos).
- 2) *Não se pode isolar o signo das formas concretas da comunicação social* (pois o signo é uma parte da comunicação social organizada e não existe, como tal, fora dela, pois se tornaria um simples objeto físico).
- 3) *Não se pode isolar a comunicação e suas formas da base material*.

(Volóchinov, 2017 [1929], p. 110.)

Enfatizamos a importância da realidade material do signo no processo de estudo e análise das ideologias. A ideologia, por mais que pareça ser um conceito abstrato, se manifesta através da materialidade, não há uma ideologia desgarrada do mundo em que vivemos e das condições materiais de construção da realidade.

Todo produto ideológico e todo seu "significado ideal" não está na alma, nem no mundo interior, nem no mundo separado de ideias e pensamentos puros, mas no material ideológico objetivamente acessível - na palavra, no som, no gesto, na combinação de massas, linhas, cores, corpos vivos e assim por diante. Todo produto ideológico (ideologema) é uma parte da realidade social material que cerca o homem, um aspecto do horizonte ideológico materializado. Seja qual for o significado de uma palavra, ela está antes de tudo materialmente presente, como uma coisa proferida, escrita, impressa, sussurrada ou pensada. Ou seja, é sempre uma parte objetivamente presente do ambiente social do homem. (Medvedev, 1978 [1928], p.8)

O termo “*tratamento precoce*”, bastante empregado por parte de apoiadores do governo durante a pandemia para qualificar o uso da cloroquina, por exemplo, é um signo ideológico que pode assumir diferentes categorias de avaliação ideológica (positiva, negativa, indiferente, triste, feliz etc.), carregando diferentes valores sociais a depender do contexto. Para podermos analisar isso, precisamos identificar o emprego do termo “*tratamento precoce*” em um

enunciado concreto, não podemos apenas isolá-lo e idealizar interpretações de sentido, pois as palavras carregam valores dentro das interações sociais e é na análise do conjunto de signos que compõem um texto que conseguimos indicar para onde ele aponta, ou seja, os valores sociais que o constituem e que as palavras estão carregando. Isso significa dizer que o contexto, as formas concretas de comunicação e todos os diferentes elementos que compõem certa interação social fazem parte da construção de sentido e dos valores carregados por cada signo.

Portanto, não existe linguagem, e tampouco ideologia, fora de um contexto real de interação social. Isto não significa que não basta resumir a análise a apenas o que foi dito e com que palavras, mas que é necessário, a partir da materialidade linguística, construir sentidos sobre as ideologias que constituem as interações discursivas. A análise do conjunto de signos convocados para construir um enunciado em diálogo com o tempo-espço contribui para que possamos compreender os valores sociais presentes na comunicação. Para ilustrar, trazemos um excerto do Senador Luiz Carlos Heinze: *"Aqui tem 15.670.754 vidas salvas e o **tratamento precoce**, (enfático) sim, foi utilizado nesse processo aqui, se não fosse, Senador Renan, nós teríamos muito mais gente morta [...]"*

No excerto da fala do Senador Luiz Carlos Heinze, componente da base bolsonarista, temos o termo *tratamento precoce* com um valor social positivo. Tratamento precoce seria sinônimo de cloroquina, apontada como responsável pela recuperação de mais de 15 milhões de pessoas que foram infectadas pela COVID-19 até a data de 11 junho de 2021. O senador reproduz em sua fala uma valoração positiva para o termo, atribuindo um sentido de salvação e cura ao tratamento precoce. Isso se reflete na utilização do adjetivo *salvas* e do advérbio *sim* para enfatizar o uso do tratamento. Além da utilização da locução *"se não fosse"* para criar uma relação de causalidade entre uso do tratamento precoce e cura, ou seja, existe a premissa de que todas as 15 milhões de pessoas que foram salvas da COVID-19 receberam o tratamento precoce e foi o tal uso que salvou suas vidas. Tal tratamento defendido por Heinze teria sido feito com a administração da cloroquina, a respeito da qual não há comprovação científica que corrobore sua argumentação. Apesar disso e do fato de a divulgação de tal tratamento sem base científica ser um dos elementos fulcrais da CPI, o discurso de Heinze é construído com o uso do presente do indicativo, atribuindo valores de certeza ao que é dito, procurando convencer a quem o assiste que seu posicionamento é inquestionável. Ao fazer isso, o senador busca enfraquecer argumentos contrários ao uso de cloroquina e apontar sujeitos contrários ao tratamento como pessoas que não valorizam a vida, não valorizam o salvamento de tantas vidas pelo uso de tal

tratamento que, mesmo sem reconhecimento científico, foi o melhor recurso encontrado para a prevenção de 15 milhões de mortes, segundo ele.

Com um olhar diametralmente oposto, Natália Pasternak afirma: “*O kit covid, que inclui uma série de medicamentos que, **infelizmente**, estão sendo distribuídos para população como tratamento precoce, não tem nenhuma base científica que apoie o seu uso*”

Podemos analisar que, na fala de Pasternak, a distribuição de tratamento precoce recebe um outro tipo de valor social, um valor de pesar e de decepção, um valor social negativo associado a ele. Podemos dizer que a microbiologista atribui valor de verdade em seu enunciado ao utilizar o presente do indicativo (*inclui, não tem*) nas expressões verbais. Vemos, portanto, que tanto Pasternak quanto Heinze constroem discursos de verdade com relação ao mesmo medicamento, porém, como argumentos contrários. Os sentidos que os interlocutores constroem fogem do controle de quem diz e, no caso da CPI, cabe aos relatores avaliar quais valores fazem sentido e quais não têm fundamento. Cabe aos engenheiros do caos, nesse contexto, manter forte a circulação de desinformação para que a popularidade do governo não diminua e seus apoiadores continuem firmes defendendo o tratamento precoce e a não necessidade de isolamento. Ou seja, as disputas discursivas estão muito além do que acontece nas seções da CPI.

O uso do termo *kit covid* já vem com uma carga negativa em certos contextos. À época os pesquisadores lutavam para que o governo federal adquirisse mais vacinas de maneira mais célere e víamos dia após dia o governo divulgar o uso do kit covid – composto por cloroquina, ivermectina, azitromicina e outros – como a melhor forma de tratamento possível, discursos reforçados especialmente em grupos de Whatsapp e redes sociais. O uso do advérbio *infelizmente* por Pasternak no excerto reproduzido no final da página anterior está intimamente associado ao pesar tanto pela divulgação de desinformação quanto pela falta de comprovação da eficácia dos medicamentos ali presentes, pois dentro de uma perspectiva científica apenas a vacina poderia prevenir as consequências que a pandemia trazia para a sociedade. Assim, embora o kit estivesse sendo divulgado como salvador de vidas, ela afirma com pesar que tal enunciado não pode ser confirmado como verdadeiro. A frase que sucede o termo tratamento precoce “*não tem nenhuma base científica*”, além de desqualificar o termo, possui uma dupla negação nos advérbios *não* e *nenhuma*. Isto é, o discurso de Pasternak, que está pautado na ciência como forma de prevenção das mazelas da COVID-19, é o oposto daquele defendido pela base governista, embora ambos tragam afirmações sobre a prevenção da doença. Enquanto

Pasternak defende um tratamento que comprovadamente possa salvar a vida do maior número de pessoas possíveis, a base do governo continua trazendo afirmações duvidosas pautadas em um único estudo já colocado em xeque à época. Desse modo, ao contrário do que defendia a base governista, o kit covid poderia inclusive contribuir para a morte de um maior número de pessoas pela confiança no tratamento precoce, que acarretava a recusa pela vacinação e prevenção pelo isolamento social. Afinal, não seria necessária a espera da vacina nem o isolamento social nos termos defendidos por pesquisadoras como Pasternak e Maierovitch para o tratamento de uma *gripezinha*, como foi denominada a COVID-19 pelo presidente da república da época.

Assim, percebemos que as relações ideológicas acima descritas colaboram para a compreensão do fenômeno como um todo, especialmente no que caracteriza a constituição da identidade dos participantes da CPI da COVID-19 (falaremos mais sobre isso nos capítulos seguintes). Outro conceito fundamental para este trabalho, utilizado com bastante frequência pela base bolsonarista, e diretamente ligado com a noção de ideologia e com a desinformação é a *narrativa*.

2.2 “[...]FOI ATROPELO EM CIMA DO ATROPELO POR NARRATIVAS POLÍTICAS”

Narrativas são formas de expressão que permeiam o nosso cotidiano desde nossas primeiras interações linguísticas. Para além da classificação estritamente literária do termo, podemos perceber que as narrativas permeiam nossos diálogos cotidianos de forma contínua. Para o Círculo de Bakhtin, a narrativa está profundamente ligada à sua abordagem dialógica da linguagem. Ela não é simplesmente uma sequência de eventos contados de forma linear, mas também uma forma complexa de comunicação que reflete a natureza intrinsecamente social da linguagem e da vida humana (Bakhtin, 2018 [1938]).

Toda narrativa é essencialmente dialógica, ou seja, ela envolve um diálogo constante entre diferentes vozes, perspectivas e discursos, expressando diferentes pontos de vista, valores e intenções. Isso significa que as vozes dos personagens, do narrador e até mesmo do leitor interagem e se influenciam mutuamente, criando uma teia complexa de significados (Bakhtin, 2018 [1938]). Podemos observar isso em uma obra literária em que cada capítulo é contado pelo ponto de vista de um personagem diferente, ou até mesmo um livro com um narrador

onisciente que vai reproduzir discursos e visões de mundos que estão imbuídos na sociedade ou em certos grupos sociais.

As narrativas funcionam como uma forma de construção da realidade para o sujeito enunciador. Comumente tomamos uma noção estanque do que seria a realidade, como se fosse algo fixo, imutável e único a todos os seres humanos. Entretanto, podemos perceber através de diferentes narrativas que a realidade não é única, muito pelo contrário, cada indivíduo possui diferentes verdades, diferentes pontos de referência da realidade, que os difere dos outros habitantes do planeta Terra.

[...] o mundo real não é “realmente” desse jeito, que existem convenções narrativas regendo os mundos contados. Isso porque nós também nos agarramos a modelos narrativos da realidade e os utilizamos para moldar nossas experiências diárias. [...] a narrativa, incluindo a ficcional, dá forma para as coisas no mundo real e, muitas vezes, oferece credenciais de acesso à realidade. (Bruner, 2014 [2003], p. 17-18)

Os conceitos aqui elencados estão intimamente ligados à literatura, porém, não são exclusivos a ela, visto que narrativas permeiam o nosso cotidiano. Quando lemos uma notícia de jornal, ou assistimos a uma reportagem jornalística, estamos diante de uma narrativa acerca de um fato que está sendo veiculado. Quando lemos um relatório acerca de um tema, este relatório também apresenta uma narrativa.

As noções de autor e leitor acima descritas podem muito bem ser aplicadas ao conceito de interlocutores. A narrativa, numa perspectiva bakhtiniana, não se restringe a uma história contada e/ou inventada (ficcional), mas é entendida como uma enunciação de um conjunto de eventos encadeados em um espaço-tempo específico. A narrativa, nesta concepção, não se restringe ao ambiente literário formal, mas também ao ato de discorrer sobre eventos cotidianos ao longo de uma interação discursiva também cotidiana.

Essa localização no espaço-tempo é desenvolvida por Bakhtin no conceito de *cronotopo* (cronos = tempo / topo = espaço). Para Bakhtin, as noções de tempo e espaço no plano literário e linguístico não podem ser dissociadas uma da outra, elas estão intrinsecamente ligadas e contribuem ativamente para a construção da narrativa (o encadeamento dos eventos deve ser, até certo ponto, lógico para o ouvinte/leitor).

O início e o fim do acontecimento narrado (representado) e o início e o fim da narração (representação) desse acontecimento são acontecimentos completamente diversos, situados em diferentes universos e, antes de tudo, em diferentes cronotopos: no cronotopo das personagens, no cronotopo do autor (narrador) e no cronotopo do ouvinte (ou leitor). É muito complexa a inter-relação desses três cronotopos (no cronotopo do autor entra o cronotopo do ouvinte, que o autor procura antecipar e a quem se dirige com sua narrativa). Há uma diferença essencial entre a narração (o canto épico, o conto maravilhoso, a narrativa dos costumes, de um modo geral e os gêneros anteriores à escrita) e o manuscrito e sobretudo o livro para leitura (o romance). (Bakhtin, 2018 [1938], p. 238-239)

Aplicando tal conceito à interação discursiva, podemos perceber que temos a definição de diferentes cronotopos: o cronotopo do falante, o cronotopo do ouvinte e o cronotopo das participantes do ato narrativo. É certo que teremos percepções diferentes acerca de fatos narrados a depender de quem, onde, quando, como, e em que contexto essa narrativa é interpretada. Esse entrelaçamento de narrativas se dá pelo fato de, segundo Bakhtin, a linguagem ser essencialmente cronotópica. Os impactos de uma narrativa não estão necessariamente nos fatos narrados em si, mas nos possíveis desdobramentos de tal narrativa ao longo de nossa construção da realidade.

A linguagem é essencialmente cronotópica como um acervo de imagens. É cronotópica a forma interna do discurso, ou seja, aquele sinal mediador por meio do qual os primevos significados espaciais se transferem para a relações temporais (no sentido mais amplo). [...] Tudo que é estático-espacial deve ser descrito de modo não propriamente estático, mas ser incorporado à série temporal dos acontecimentos representáveis e da própria narração imagem. [...] a beleza de Helena não é descrita por Homero, mas é mostrado o efeito dessa beleza sobre os velhos troianos, e ademais esse efeito é revelado numa série de movimentos e atos dos velhos. A beleza é incorporada à cadeia de acontecimentos representados e, ao mesmo tempo, não é objeto de uma descrição estática. (Bakhtin, 2018 [1938], p 227-228)

O período da pandemia da COVID-19 no Brasil foi permeado por diferentes narrativas acerca da doença e dos atores políticos que estavam em evidência naquele momento. Com a instauração da CPI da COVID-19, pudemos observar que, em diferentes sessões, havia um embate de narrativas sobre as ações do governo federal em relação ao enfrentamento da pandemia. A narrativa estabelecida pelos grupos de oposição denunciava a inação do governo, ou negligência ativa, sobre processos básicos de combate ao vírus, tendo como força motriz os diversos discursos de cunho anticientífico propagados por Jair Bolsonaro. Podemos observar estas características em uma das falas de Claudio Maierovitch:

Claudio Maierovitch [...] o grande protagonismo dado ao consórcio Nordeste (*pausa*) pode nem ter sido pelas suas ações, mas muito mais pela (*ênfase*) **omissão** do governo federal em adotar políticas e adotar medidas de prevenção. Então, outro protagonista surgiu neste vácuo. (grifo nosso)

Já a base bolsonarista, por outro lado, estabelecia uma narrativa de que o governo federal fazia todo o possível para combater a pandemia, exceto quando era impedido de agir por força dos outros poderes da União (legislativo e, principalmente, judiciário). Tomemos como exemplo uma das falas do senador Marcos Rogério:

Marcos Rogério Bom, pelo que eu entendi, então, a (*gagueja*) coordenação nacional é no aspecto (*ênfase*) amplo, e a falta disso causa, justamente, o que eu chamei agora há pouco na visão que o senhor defendeu, a iniquidade. (*gagueja*) Pelo menos é o que eu entendi da sua fala. Confirmou que as medidas restritivas precisavam de um olhar pelo Brasil inteiro. E, (*enfático*) na minha visão, **o STF acabou tirando isso**. (grifo nosso)

Embora possamos ver diferentes narrativas emergindo durante o período pandêmico, a produção de sentido provocada pelo signo *narrativa* é frequentemente adotada pela base bolsonarista como método de relativizar o que fora dito pela oposição. O signo *narrativa* é empregado como uma estratégia de convencimento do interlocutor ao alegar que as críticas ao tratamento precoce foram feitas exclusivamente por questões políticas. Desse modo, a base aliada emprega a palavra narrativa para identificar *forças centrífugas* (aquelas que se opõem) no discurso do outro, ou seja, narrativa seria ficção e não realidade. Ao afirmar que a oposição tem uma narrativa, a base aliada parece tentar construir uma ideia de que *eles* (a oposição, os inimigos) criam uma história falsa (narrativa, de acordo com o sentido semântico-discursivo da base bolsonarista) com o objetivo de convencer o ouvinte a desacreditar o governo. A responsividade que é esperada do ouvinte é de que ele acredite que tal *narrativa* seja apenas uma calúnia, mantenha seu apoio ao governo e ao uso do tratamento precoce. Desse modo, não há necessidade de isolamento social e tudo pode continuar acontecendo como previsto sem que a economia, por exemplo, seja afetada por um vírus facilmente controlável pelo kit covid.

Ignora-se, dessa forma, a noção de que a vida é sempre narrada por interlocutores a partir de certos valores em um espaço-tempo específico. Desconsidera-se também o fato de que o encadeamento de eventos dentro do cronotopo em que a CPI está localizada ocorre de maneira cronológica, tendo em vista que a comissão está fazendo um trabalho investigativo, e que cada

acontecimento descoberto ao longo do processo investigativo altera o processo de construção da narrativa, tanto da oposição quanto da base bolsonarista. Isto é, deixa-se de lado a noção de narrativa como entrelaçamento de vozes sociais, para se sugerir uma noção monológica e autoritária de que apenas o discurso da base bolsonarista é válido, e as outras são ficção, como se o discurso da base do governo trouxesse a verdade e o discurso da oposição fosse apenas uma narrativa de intriga.

Vejamos um trecho da fala do senador Jorginho Melo (PL/SC) em que ele utiliza o signo narrativa desta maneira:

Jorginho Melo Outra questão (*pausa longa*) a suposta fala do presidente dizendo que não compraria (*ênfase*) NENHUMA vacina, inclusive mais (sic) se fosse chinesa. Nesse ponto reside uma questão interessante, o vídeo usado rotineiramente nessa comissão é cortado justamente na parte em que o presidente justifica sua fala (*pausa longa*) por que será que é cortado e editado? Seria porque cairia por terra toda a **narrativa** que está sendo construída?

Nesse trecho, em específico, o signo *narrativa* é utilizado para designar uma calúnia da oposição. A fala em questão faz referência a um vídeo de 2020 onde Bolsonaro afirma que “a vacina chinesa não será comprada”³³. O senador dá a entender que o vídeo fora editado para insinuar que o então presidente havia dado uma justificativa para não comprar tal vacina. A narrativa que cairia por terra, no caso, seria a de que o governo se recusava a comprar vacinas para o tratamento de COVID-19. Embora essa ideia seja divulgada pela oposição, dados levantados pela CPI no dia 27 de abril de 2021 (mais de um mês antes da sessão aqui analisada) mostram que o governo recusou por 11 vezes ofertas para a compra de vacinas³⁴.

Ao estabelecer uma narrativa, é necessário localizá-la em um tempo-espaco definido. Esse espaco-tempo é o que Bakhtin define como o cronotopo, característica da linguagem que assume diferentes formas para mobilizar discursos. Bakhtin explica que as formas do cronotopo “[...] visam a tornar real o que é tido como devido e verdadeiro, a dotá-lo de existência, a familiarizá-lo com o tempo, a contrapô-lo, enquanto algo de fato existente e ao mesmo tempo verdadeiro, à atualidade presente, também existente, porém má, não verídica” (Bakhtin, 2018

³³ Ver: https://www.youtube.com/watch?v=GU0YlhjIF_g&ab_channel=UOL

³⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>

[1938], p. 94). Ou seja, narrativas que são inseridas dentro de um determinado espaço-tempo buscam não apenas contar uma história, mas convencer o leitor/ouvinte que aquela visão de mundo, e por consequência da realidade, é sim verídica. A narrativa não se constitui apenas de um encadeamento de dois ou mais eventos, mas também de um processo de envolvimento do leitor/ouvinte na construção de sentido acerca do que está sendo narrado. A narrativa não é construída apenas pelo autor/falante, mas também pelo leitor/ouvinte num processo de convencimento de que aquela descrição ou reprodução da realidade é tão fiel quanto a realidade em si.

Assim, podemos dizer que toda interação discursiva está intrinsecamente ligada ao cronotopo. No caso das narrativas desinformacionais, vemos que elas estabelecem relação direta com o cronotopo ao precisar de um espaço-tempo bem definido para alcançar o seu objetivo de convencimento dos leitores / ouvintes. Muitas narrativas desinformacionais acabam se solidificando dentro do imaginário popular e chegam a perdurar por gerações a fio. É difícil estimarmos quantas pessoas morreram por não terem se vacinado contra a COVID-19. Segundo uma pesquisa realizada pela Universidade Estadual de Londrina, cerca de 75% das mortes por COVID-19 nos primeiros 10 meses de 2021 foram por falta de vacina³⁵. Não podemos afirmar quantas dessas pessoas se recusaram a tomar a vacina, mas sabemos que o discurso antivacina de Jair Bolsonaro e seus aliados levou muitos de seus seguidores a não procurar pelo processo de imunização e, consequentemente, levou à óbito algumas dessas pessoas. Em 2024, nós ainda estamos sofrendo os impactos da pandemia em nossa sociedade, portanto os textos de desinformação dessa época ainda reverberam em nosso cotidiano. Entretanto, muitos destes textos acabam sendo delimitados ao período de espaço-tempo em que aquela informação esteve em voga no debate popular.

Neste capítulo trouxemos os conceitos de linguagem como prática social, enunciado, dialogismo, gêneros do discurso, ideologia e narrativa. Procuramos analisar alguns excertos dos dados para ilustrar como a linguagem constrói sentidos e os discursos são elos na cadeia enunciativa. Ainda tentamos exemplificar como, ao longo de uma narrativa a veiculação de sentido se dá não apenas pela descrição dos eventos, mas também por seu impacto ao longo da interação discursiva, tomando forma e características intrinsecamente ligadas à passagem do tempo-espaço. Sob essa perspectiva, entender como essas narrativas político-institucionais são

³⁵ Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0196655322000955>

construídas torna-se fundamental para identificar as ideologias presentes no discurso. Portanto, resta-nos compreender a relação entre as narrativas desinformacionais, o contexto pandêmico e a política bolsonarista daquele período.

No próximo capítulo, estabeleço uma conexão entre os conceitos de desinformação e narrativa dentro do cronotopo pandêmico, explorando o conceito de infodemia e suas implicações na CPI da COVID-19. Também exploro como a base bolsonarista utiliza a desinformação e quais afetos são mobilizados no processo de disseminação de narrativas desinformacionais.

3. “[...] NÓS NÃO TEMOS COMO MENSURAR QUANTAS PESSOAS MORRERAM DE DESINFORMAÇÃO[...]”

“Há uma inocência na mentira que é o sinal da boa-fé numa causa.”

Friedrich Nietzsche

Em 1856 o escritor francês Gustave Flaubert lançou ao mundo um grande marco da literatura mundial. *Madame Bovary* entraria para a história como uma obra de impacto, sendo hoje considerada parte do cânone da literatura ocidental. A obra em questão repercutiu tanto entre a sociedade francesa, sendo duramente criticada pelos conservadores da época, que rendeu um processo judicial ao seu autor. Flaubert foi acusado de “ofensa à moral e à religião” porque a narrativa de seu livro não condenava as ações da personagem principal, Emma Bovary, uma mulher adúltera. Ao ser indagado sobre as pessoas que serviram de inspiração para a obra, Flaubert simplesmente respondeu *Emma Bovary c’est moi* (pt: Madame Bovary sou eu).

Tal caso é uma demonstração do impacto que as narrativas podem ter em nossa sociedade. Ao lermos / ouvirmos uma narrativa, refletimos sobre a exposição dos fatos, fazemos julgamentos, interpretamos. Construimos a realidade através de narrativas, pois estas também nos constituem como seres humanos. Somos constituídos desde a mais tenra idade pela habilidade de narrar (Bruner, 2014 [2003]). Narrativas fazem parte do nosso cotidiano em diferentes formas que ultrapassam os limites do gênero literário por si só. Informações, por exemplo, chegam para nós narradas dentro do gênero notícia. Ou ainda, como presenciamos com o advento das mídias sociais, informações também são narradas através do gênero postagem ou até mesmo o gênero mensagem. Quando nos deparamos com a propagação de desinformação, entramos em contato com uma narrativa desinformacional, um compartilhamento de informação errônea criada com a intenção de nos prejudicar.

Ao discutirmos o termo “desinformação”, precisamos trazer à tona alguns conceitos que naturalizamos com o passar do tempo. Um destes conceitos é a noção de “verdade”, visto que os padrões para classificar algo apenas como *verdadeiro* ou *falso* tendem a não ser muito explícitos, visto que a verdade é determinada pela enunciação em contexto sócio-histórico. Aquilo que consideramos verdade em um certo período pode se revelar como falso em outro, ou até mesmo, duas verdades contraditórias podem existir simultaneamente. Segundo Piovezani, Curcino e Sargentini (2021), as relações entre a linguagem e a produção das verdades

comportam uma série de variações interrelacionais, integrando uma rede complexa em que os seus elementos constitutivos são passíveis de divergências, atuando até de forma diametralmente oposta a depender da perspectiva empregada. Com isso, chegamos ao conceito que chamamos de pós-verdade, ou seja, vivemos em um mundo em que não existe mais uma verdade única que se sobrepõe a todas as outras. Pós-verdade é um neologismo que descreve a situação em que, na hora de criar e modelar a opinião pública, os fatos objetivos têm menos influência que os apelos às emoções e às crenças pessoais (Fontana, 2021). Quando falamos de desinformação, falamos de textos que circulam, atualmente de forma massiva pelas redes sociais, entre grupos que reproduzem relações de afeto baseadas em processos de construção da identidade (Santini et al., 2022).

Se pensarmos nos processos discursivos explorados no capítulo anterior, podemos observar que os enunciados mobilizam forças centrífugas e centrípetas para estabelecer relações de pertencimento e de oposição ao mobilizarem certos discursos. Não importa o que está sendo veiculado em si, mas por quem está sendo veiculado e como isso pode afetar aqueles que estabeleceram um afeto positivo acerca do grupo que proferiu tal (des)informação.

As afirmações, as relativizações e as negações das verdades não se processam fora da história. Elas têm causas e efeitos políticos e são fenômenos discursivos por excelência. [...] Na esteira dessa reflexão, poderíamos entender que as diversas relações entre a ordem do discurso e as verdades, sejam firmadas taxativamente, sejam objeto de crítica ou de adesão parcial, sejam ainda recusadas de modo absoluto, podem tanto libertar quanto assujeitar (Piovezani; Curcino; Sargentini, 2021, p. 12)

O governo federal tratou o material de prevenção da Covid-19 (informativos, campanhas publicitárias, ações comunitárias de saúde etc.) com descaso. Isso acabou facilitando a circulação de desinformação, intensificando o número de mortos pela COVID-19 no Brasil. Estudar a desinformação é buscar compreender os movimentos discursivos da desinformação, refletir sobre possíveis motivos pelos quais ela se propaga, e compreender o impacto que ela exerce sobre a nossa sociedade.

Durante o período pandêmico, o neologismo “infodêmico” ou “infodemia” foi criado. O termo Infodemia indica o excesso de informações que às vezes não são avaliadas com precisão, dificultando a orientação em determinada área. O Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, proclamou na Conferência de Segurança de Munique, em 15 de

fevereiro 2020: "Não estamos apenas lutando contra uma epidemia; estamos lutando contra uma infodemia".

A CPI da COVID-19, por exemplo, foi instaurada justamente por conta do alto número de mortes decorrentes da COVID-19 no Brasil, e dedicou boa parte de suas sessões para entender as narrativas desinformacionais que estavam em circulação, especialmente acerca da vacina e do famigerado tratamento precoce. Quando passamos por uma infodemia dentro de um evento pandêmico podemos estar frente a discursos que podem ser determinantes para a nossa sobrevivência individual ou como espécie.

Utilizo o termo narrativas desinformacionais (Leal, 2021; Szwako e Ratton, 2022), pois textos de desinformação são narrativas enganosas, que se espalham na forma de mensagens, notícias, vídeos ou fotos e servem para fins de manipulação dos leitores. Entretanto, elas não se caracterizam apenas como uma estrutura narrativa simples, existe um formato a ser seguido quando tratamos de narrativas desinformacionais. O algoritmo das redes sociais sempre compartilha aquilo que gera mais engajamento, isto é, quanto mais interações existem em uma postagem, por mais vezes ela será replicada para outros usuários da plataforma. "Naturalmente, como as redes sociais, a nova propaganda se alimenta sobretudo de emoções negativas, pois são essas que garantem a maior participação, daí o sucesso das *fake news* e das teorias da conspiração. (Empoli, 2019, p. 19)".

Essas narrativas desinformacionais utilizam o apelo às emoções. Knobloch-Westerwick (2015) diz que para chamar atenção da audiência os autores de textos desinformacionais mostraram que histórias que despertam emoções tendem a atrair mais atenção do público. Além disso, o estudo de Knobloch-Westerwick indica que o conteúdo emocional é mais "viral", ou seja, o assunto que evoca sentimentos intensos, como raiva, medo ou ansiedade, mobilizando afetos que amplificam a disseminação de tais textos. Essas narrativas são distribuídas principalmente por meio das redes sociais, pois um amplo público pode ser alcançado rapidamente. Notícias falsas são disseminadas por motivos pessoais, políticos ou financeiros.

[...]narrativas sedimentadas sempre são rediscutidas, questionadas, debatidas, pois não se fundamentam mais em nenhuma verdade irreduzível. Por isso é importante termos em mente que, no reino da política – assim como aludimos em nossa explicação sobre o imaginário, simbólico e real – não prevalece a verdade (ou a realidade), uma vez que cada esfera ideológica possui critérios de validação e legitimação para além do racional e do verídico. Na esfera política contemporânea, advinda da cultura digital, parece não haver mais espaço para verdades universais – se é que elas existem (Hissa, 2021, grifo da autora)

Quando pensamos, por exemplo, em um tema que permeou a nossa vivência pandêmica, e a sessão da CPI aqui analisada, lembramos do suposto tratamento precoce, termo propagado pela base bolsonarista que propunha um tratamento para o vírus da COVID-19 com base em medicamentos já existentes no mercado farmacêutico, como já discutido em outra parte da dissertação. Podemos perceber que nos primeiros momentos da sessão, o Senador Renan Calheiros (relator da CPI) indaga Natália Pasternak sobre a eficácia do kit covid:

Renan Calheiros O que pode ser observado e merece ser destacado em relação às pesquisas que frequentemente são apontadas como embasamento científico para o uso de medicamentos incluídos no chamado tratamento precoce?

Natália Pasternak Senador, infelizmente (*gagueja*) o kit covid, que inclui uma série de medicamentos que infelizmente estão sendo distribuídos para a população como tratamento precoce, eles não têm nenhuma base científica que apoie o seu uso e bem pelo contrário, quando nós falamos de reposicionamento de fármacos e Cláudio explicou aqui (*pausa*). Então, olhando cada medicamento isoladamente, a gente sabe que são medicamentos que já foram testados em humanos e tem a sua segurança testada em humanos. Então, hidroxicloroquina é um medicamento muito comum para malária e muito bom para malária e usado também para algumas doenças autoimunes, mas nunca foi testado (*enfática*) em conjunto com outros medicamentos, como a azitromicina, como a ivermectina, a nitazoxanida e outros componentes que aparecem e somem aí desse kit COVID.

Renan Calheiros faz tal pergunta, pois os defensores do tratamento precoce frequentemente recorriam a alguns estudos, publicados no início do período pandêmico, que defendiam a eficácia da hidroxicloroquina no tratamento da Covid-19. A pergunta parece vir com a intenção de invalidar tais argumentos por parte da base bolsonarista, defensora do uso de cloroquina. Podemos perceber o tom negativo que Pasternak utiliza ao mencionar o tratamento precoce. “*Infelizmente*” e “*nenhuma base científica*” reforçam o signo negativo presente na fala da microbiologista. Pasternak faz questão de salientar que os remédios que constituíam o kit são bons remédios se aplicados para outras enfermidades, mas que eles não possuem eficácia no tratamento de COVID-19 e o uso contínuo, somado a combinação destes fármacos, pode ter consequências clínicas ainda não vistas.

Para o questionamento sobre nós, se o tal kit covid nunca possuiu uma eficácia garantida e sempre foi desmentido por especialistas, por qual motivo Jair Bolsonaro e seus seguidores defendiam tanto o seu uso? Como dito acima, textos desinformativos são disseminados por motivos pessoais, políticos e/ou financeiros. Sendo assim, qual é o lastro que o bolsonarismo possuía para insistir, por tanto tempo, na difusão de uma informação errônea

que poderia, inclusive, matar parte significativa de sua base política? Qual era a intenção ao fazer isso?

Infelizmente, não temos como afirmar de fato a intencionalidade do ato, e nossos dados não trazem respostas concretas, porém podemos direcionar nossa percepção ao analisar elementos que apontam para a construção da intencionalidade com base em eventos que aconteceram dentro do cronotopo pandêmico. Na introdução desta dissertação citei que em março de 2020, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fez uma fala pública afirmando que a hidroxicloroquina seria a salvadora da humanidade durante a pandemia. Trump era notoriamente uma inspiração política para Bolsonaro, sendo a trajetória de ambos os presidentes muito similar em termos de narrativa política. Ambos mobilizaram massas para destruir “tudo isso que está aí”³⁶, utilizando o discurso de ódio como força motriz de suas campanhas presidenciais. Ambos foram presidentes durante o período pandêmico e estiveram no poder por apenas um mandato até o momento presente.

A influência de Trump sobre Bolsonaro não deve ser vista apenas como uma tietagem, como às vezes podia parecer, especialmente, por exemplo, quando viajou com filhos para visitar o presidente norte-americano³⁷, mas também como um alinhamento do discurso de líderes políticos de extrema-direita em escala global. Não obstante, Boris Johnson, na época primeiro-ministro do Reino Unido, reproduziu o mesmo discurso até ser acometido com a COVID-19³⁸. A influência da política neoliberal de minimização de gastos públicos impunha a estes líderes ações que não prejudicassem os lucros da grande burguesia e não inflassem os gastos públicos. A solução mais simples encontrada para tal problema parece ter sido evitar a todo custo um processo de lockdown e fazer com que o maior número de pessoas possíveis continuasse trabalhando em uma rotina “normal”, pegando ônibus lotado, por exemplo.

O uso do suposto tratamento precoce pode ter sido exatamente para garantir que tal objetivo fosse alcançado, pois tinha potencial para convencer as pessoas a tomar alguns medicamentos que supostamente preveniriam a infecção por COVID-19, dispensando assim tanto o isolamento social quanto a necessidade da vacina. Com isso, o modo de produção

³⁶ A frase é uma referência à campanha de Jair Bolsonaro, em que ele falava a frase “vou destruir tudo isso que está aí” como forma de propaganda política.

³⁷ O então presidente, em viagem oficial aos Estados Unidos, teria dito “I Love You” (lit: eu te amo) para Donald Trump. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-i-love-you-para-trump-que-desdenha-bom-te-ver-de-novo/> Acesso em 20 de setembro de 2024.

³⁸ Disponível em: <https://www.reuters.com/world/uk/former-pm-boris-johnson-defend-record-conduct-uk-covid-inquiry-2023-12-06/>

capitalista em que vivemos talvez ficasse inalterado, mantendo a força de trabalho ativa, os lucros garantidos e os gastos públicos em um patamar limitado. A narrativa do kit covid foi bem aceita por parte da população, que passou a fazer uso de tais medicamentos a ponto destes ficarem em falta nas farmácias³⁹. Tal uso indiscriminado fez com que muitas pessoas continuassem acreditando que poderiam circular socialmente sem riscos ou com riscos muito pequenos. A narrativa, portanto, foi disseminada, apesar de ser questionada cientificamente desde o início. Por essa razão, é possível dizer que ela era apenas uma narrativa desinformativa, pois não havia e nem nunca houve remédios disponíveis para evitar a contaminação da COVID-19. Durante a sessão da CPI em análise, Pasternak explana sobre a dificuldade de se elaborar um remédio antiviral durante as perguntas do relator, Renan Calheiros:

Natália Pasternak Doenças virais são tradicionalmente, historicamente, combatidas com vacinas. Remédios antivirais são difíceis de obter, não são fáceis como antibióticos para infecções bacterianas, que a gente tem uma gama enorme para escolher. Antivirais, eles são difíceis de obter justamente porque o vírus é um parasita intracelular, ele se aproveita do nosso mecanismo celular para se reproduzir.

A fala de Pasternak não traz novidades do ponto de vista científico. Porém, no âmbito da CPI, ela contribui para desconstruir a ideia de que a defesa ou não do kit covid é apenas uma questão política, como alguns senadores tentaram defender ao longo do processo. Ou seja, mesmo sabendo destas informações, por conta dos especialistas em saúde pública que compõem a estrutura governamental, o presidente Jair Bolsonaro continuou insistindo na narrativa de que esses remédios serviriam para combater o vírus e, ao longo da CPI, a mesma narrativa ainda circulava como se fosse uma possibilidade, a qual estava sendo refutada apenas por questões políticas. A explanação do senador da base bolsonarista, Luiz Carlos Heinze, em resposta à Pasternak e Maierovitch no trecho abaixo exemplifica como a base bolsonarista insistia nessa narrativa, mesmo na CPI:

Luiz Heinze A cloroquina, doutora Natália, doutor Cláudio, e a hidroxicloroquina **não matam o vírus diretamente**, (*rápido*) nunca foi dito isso. O que os médicos

³⁹ Os medicamentos, por vezes, eram comprados de maneira isolada, mas também eram vendidos em conjunto, conforme podemos verificar na matéria do portal Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2021/04/farmacias-venderam-mais-de-52-milhoes-de-comprimidos-do-kit-covid-na-pandemia/> Acesso em 20 de setembro de 2024.

entendem, **(enfático)** que entendem o assunto e tratam a doença de fato, explicam é que a cloroquina e hidroxiclороquina conseguem, por mecanismos ainda em estudo, **dificultar ou impedir a reaplicação viral intracelular**. Com isso, a carga viral acaba decaindo até chegar a níveis indetectáveis ou zerar de fato. (grifo nosso)

Destaco o aposto que Heinze aplica ao justificar a procedência de sua afirmação, ela está ancorada na opinião de médicos (argumento de autoridade) que tratam a doença de fato (argumento voltado à práxis). Ou seja, Heinze afirma que existe uma diferença de conhecimento entre aqueles que estudam o vírus em um laboratório e aqueles que tratam a doença diretamente com os pacientes, estabelecendo uma estrutura hierárquica em que os médicos que estão na lida diária com os pacientes possuem mais conhecimento acerca do vírus que pesquisadores especializados na análise laboratorial. Além disso, o argumento parece fazer sentido, pois ele utiliza a força centrípeta como recurso discursivo para alinhar a sua fala com a de Pasternak, a microbiologista afirmou que o remédio não combate o vírus por sua ação intracelular e o senador concorda com tal afirmação. A força centrífuga atua distanciando o discurso de Heinze ao de Pasternak quando o senador afirma que os remédios do kit covid atuam para impedir a reaplicação viral no mecanismo intracelular. Ou seja, ao estruturar sua enunciação, Heinze utiliza estratégias discursivas que vão ao encontro do que fora dito por Pasternak, suplementadas por um suposto argumento de autoridade que diverge daquilo que fora exposto pela microbiologista, enquanto utiliza um jargão científico para defender uma posição que ainda não possui uma comprovação por parte da comunidade científica. O senador põe os cientistas em um patamar hierárquico inferior ao dos médicos, pois isso mascara a fragilidade de seu argumento. Vemos um discurso anticientífico utilizando uma indumentária científica para encontrar validação entre seus pares. A ideologia em disputa é em torno do que é ou não científico e de quem pode ou não validar o científico.

Ou seja, a base bolsonarista (incluindo o próprio Jair Bolsonaro) buscava justificativas para defender uma narrativa desinformativa como se estivesse cuidando das possíveis vítimas da COVID-19. O inimigo, neste caso personalizado nas figuras de Pasternak e Maierovitch, quer impedir que as pessoas se ditem para viver suas vidas normalmente. Enquanto a comunidade científica defendia o isolamento social e a compra de vacinas, que afetam diretamente a vida da população, a base bolsonarista defendia um grupo de remédios com uma ação supostamente imediata. A população não precisa se isolar, ou parar de trabalhar, se estiver tomando todos os seus remédios diariamente, segundo eles. O que podemos observar nesse quesito é um ganho político por parte da mobilização de afetos e da construção da identidade bolsonarista e uma manutenção da ideologia política hegemônica, no caso o neoliberalismo. A

disseminação de narrativas desinformacionais também funciona como forma de filiação afetiva ao líder político:

Por trás do aparente absurdo das *fake news* e das teorias da conspiração, oculta-se uma lógica bastante sólida. Do ponto de vista dos líderes populistas, as verdades alternativas não são um simples instrumento de propaganda. Contrariamente às informações verdadeiras, elas constituem um formidável vetor de coesão. “Por vários ângulos, o absurdo é uma ferramenta organizacional mais eficaz que a verdade”, escreveu o blogueiro da direita alternativa americana Mencius Moldbug. “Qualquer um pode crer na verdade, enquanto acreditar no absurdo é uma real demonstração de lealdade – e que possui um uniforme, e um exército.” (Empoli, 2019, p. 20-21)

A disseminação de narrativas desinformacionais, portanto, proporciona não apenas ganhos materiais, ela também visa um ganho de capital político. A circulação dessas narrativas fomenta o ecossistema desinformacional, gera mais material para que os seguidores da base bolsonarista estejam engajados com o movimento em que participam. Ao intensificar o engajamento, os ideólogos do bolsonarismo reforçam o senso de lealdade e de identidade de seus seguidores. A narrativa desinformacional, portanto, une através da divisão. A coesão do movimento se dá justamente pela negação do discurso do outro, a política se faz por meio da crença, não pela razão. Sendo assim, podemos perceber que o movimento de explicação racional das pesquisas científicas desenvolvidas pode até atingir opositores e indecisos, mas ela não atinge a base bolsonarista, uma vez que a crença se sobrepõe à razão em processos argumentativos (Baptista e Grasseli, 2023). Dito isto, é importante ressaltar que não estamos estabelecendo uma dualidade binária entre razão e crença, os dados de Baptista e Grasseli (2023) apontam para uma crítica do uso da “razão pura” (se é que esta de fato existe). O discurso aparentemente lógico e racional de exposição de dados não irá se sobrepor a uma relação estabelecida por crenças e afetos, pois o lógico racional também é desenvolvido através de crenças e afetos.

Por conta dessa construção de identidade baseada na negação do outro, visando a manutenção de sua imagem política, Bolsonaro não podia simplesmente alinhar seu discurso com o discurso proferido pela esquerda. “[...] o efeito patêmico visado pela discursivização de tais ‘inimigos imaginários’ é a mobilização de uma tópica da emoção, a fim de persuadir, de despertar o pathos, a indignação do eleitor.” (Araújo e Mazzaro, p. 111, 2023). Os seguidores de Jair Bolsonaro basearam seus afetos na revolta política e no expurgo do outro, do diferente, tomando a esquerda (assim, num sentido mais amplo) como o inimigo a ser combatido. Alinhar o discurso com o *inimigo*, especialmente numa situação alarmante como uma pandemia, representaria um enfraquecimento político do então presidente, uma vez que ele se colocaria

em posição de igualdade às figuras que ele veementemente rechaça, um impacto direto em sua imagem de líder combatente.

De toda forma, podemos observar que Bolsonaro visava lucros (políticos, financeiros e pessoais) em seus discursos e ações ao longo do período pandêmico. Porém, independentemente de suas intenções, as ações do governo foram responsáveis pela morte de muitas vítimas da COVID-19, seja por falta de ação de direta no combate à pandemia, seja por desinformar a população expondo-a a uma doença com altos índices de contaminação e letalidade. Segundo Matos (2020, p. 05) “frente a pandemia, certas atitudes errôneas podem comprometer amplamente a saúde coletiva. Dessa forma, gera-se perda da eficácia de medidas preventivas (como o afastamento social) e / ou são gerados falsos alardes ou falsas esperanças para o leitor”. Na seção seguinte exploraremos os aspectos teóricos intrínsecos à desinformação, e como tais teorias se desdobram dentro do nosso estudo.

3.1 “QUAIS SÃO AS ANÁLISES DETALHADAS QUE TÊM SIDO FEITAS PARA REORIENTAR A POLÍTICA?”

Dentro dos estudos de desinformação, a obra mais utilizada como referencial teórico é um relatório de 2017, elaborado por Wardle e Derakshan, em que os pesquisadores afirmam que nós estamos passando por um momento em que o volume de rumores e histórias falsas é consideravelmente alto numa escala global, mesmo que a propagação de informações sem lastro na realidade sejam eventos bem documentados ao longo da história. Utilizamos corriqueiramente o termo *fake news* para designar notícias de cunho falso. Entretanto, os pesquisadores contestam o termo *fake news*, visto que ele não identifica o fenômeno atual de maneira apropriada. Outro ponto levantado por Wardle e Derakshan é o fato de figuras políticas se apropriarem do item lexical *fake news* para desmerecer o trabalho de jornalistas e veículos de comunicação. Os autores citam o estudo de Tandoc et al. (2017), “Defining ‘fake news’: A Typology of Scholarly Definitions”, publicado pela revista Digital Journalism, em que foram examinados 34 artigos acadêmicos que utilizaram o termo *fake news* entre 2003 e 2017. Segundo Wardle e Derakshan, dentro deste intervalo de 15 anos, o termo *fake news* foi empregado para diferentes fenômenos como sátiras, paródias, fabricação e manipulação de informação, publicidade, propaganda etc. Isso nos leva a concluir que o termo acaba sendo muito genérico. Wardle e Derakshan sugerem que, em vez de *fake news*, o mais apropriado seria utilizar o termo desordem da informação.

Para analisar eventos que se encaixem no fenômeno da desordem informacional, Wardle e Derakshan (2017) propõem um quadro conceitual que seja capaz de identificar três tipos de distúrbios da informação, sendo eles: Informação Incorreta, Desinformação e Mal-Informação. Segundo os pesquisadores, ao identificarmos informações falsas que são compartilhadas, mas que não possuem o intuito de causar mal a alguém, as classificaremos como Informação Incorreta. Caso identifiquemos informações falsas que foram compartilhadas com o intuito de causar dano, as classificaremos como Desinformação. E caso tenhamos uma informação genuína que é compartilhada para causar dano, teremos uma Mal-Informação.



Figura 6: Desordem da informação.
Fonte: <https://www.manualdacredibilidade.com.br/desinformacao>

Vale salientar que, dentro do esquema proposto por Wardle e Derakshan, nem todo texto desinformacional é composto apenas por mentiras, muitas vezes temos elementos reais que são distorcidos, ou postos em contextos diferentes do original, para validar o discurso veiculado, uma forma de criar narrativas para gerar engano. Isso colabora para a associação entre a desinformação e a pós-verdade, visto que ambas caem na mesma categoria de manipulação do discurso vigente.

Dentro da CPI da COVID-19, por exemplo, muitas das falas eram apenas recortadas, ou seja, tiradas de seu contexto original de enunciação, e divulgadas nas redes sociais como

forma de comunicação política. Esses recortes serviam para sustentar a narrativa de que um lado estava ganhando o debate em relação ao outro. Esses recortes contribuem para a manutenção das narrativas desinformativas, apelando às emoções do leitor / ouvinte para se posicionar de acordo com o enunciado proposto. Se não há um contraponto ao argumento, arbitrariamente removido nos cortes para mídias sociais, o que é dito é tomado como verdade para aqueles que consomem tais cortes. Tal estratégia é aplicada tanto por políticos de direita, como políticos de esquerda, visto que a propagação da mensagem em vídeos curtos se torna mais eficaz em trechos de minutos em comparação a uma sessão com duração de cerca de 8 horas. As mídias sociais, portanto, desempenham um fator crucial no processo de distribuição e consumo de desinformação.

Os signos utilizados pelos produtores de desinformação reproduzem um senso de assertividade que leva o leitor / ouvinte a uma falsa sensação de segurança em relação à fonte, especialmente quando compartilhado por amigos ou familiares mais próximos (Wardle e Derakshan, 2017). O afeto tem um papel fundamental na sustentação da narrativa desinformativa, uma vez que estas narrativas não podem ser combatidas apenas com informações factuais.

Fatos objetivos não reverberam com a mesma intensidade que uma narrativa exposta por uma figura pela qual nutrimos afeto. A realidade, para muitos indivíduos, é construída a partir das interações que eles, em seu meio social, julgam como verdadeiras ou falsas. A informação advinda de uma figura considerada de autoridade é classificada como verdadeira independentemente da existência de lastro material ou não. Por outro lado, informações advindas de pessoas que eu rechaço são automaticamente classificadas como falsas. É possível que, dentro desta perspectiva, as interações sociais estabelecidas pelo indivíduo sejam as responsáveis por tecer a noção de verdade ou mentira acerca de um fato. Assim, podemos intuir que a noção de verdade é relativa ao processo de interação social, não sendo construída pelos fatos expostos, mas por quem expôs tal fato:

[...] Aquilo que conta como "verdade" ou "realidade" em qualquer momento histórico é sempre relativo (ou construído internamente) a um particular jogo de linguagem, ou a um contexto cultural específico de significados e valores. Isto é, "verdade" ou "realidade" são resultados do que uma sociedade aceita como "normal" neste determinado momento e neste contexto específico. (Moraes e Duayer, p. 67, 1998.)

A verdade, desta forma, se consolida através do processo sócio-histórico do ato enunciativo, dentro de círculos sociais, fazendo com que a desinformação seja considerada como fato por aqueles que a consideram como tal dentro de seu círculo social. Sendo assim, é mais fácil construir a verdade (ou a realidade) por meio de narrativas que apelam às emoções do leitor / ouvinte. Narrativas desinformativas são criadas e constituídas com o objetivo de propagar desinformação, compartilhadas como informação genuína, e reproduzidas pelos indivíduos que estabelecem alguma relação de identificação com esses textos.

Quando observamos na CPI da COVID-19 um movimento de defesa do tratamento precoce por senadores como Luiz Carlos Heinze, vemos que existe uma defesa de valores sociais alinhados à extrema-direita, ao conservadorismo e ao bolsonarismo. Utilizando certos recursos linguísticos, Heinze promove a manutenção de uma narrativa que fora estabelecida através de um compartilhamento de mensagens de forma massiva. Lembremos que, conforme apontado anteriormente, as narrativas desinformativas se iniciam e se encerram em si mesmas, porém, dentro do contexto da CPI, essas narrativas desinformativas, que foram pré-estabelecidas no meio digital, foram contestadas por outros agentes sociais, mas reafirmadas por quem fazia parte do grupo de base bolsonarista. Ou seja, apesar do texto ter sido criado de maneira efêmera, para se encerrar em si mesmo, o próprio cronotopo pandêmico exigiu que essa narrativa fosse sustentada por um tempo maior do que o esperado. Nesse processo, os políticos bolsonaristas procuraram formas de manutenção destas narrativas, especialmente quando uma investigação sobre o assunto foi instaurada pelo senado federal, confirmando sua lealdade, como apontado por Empoli (2019). Vejamos um exemplo de como Heinze sustenta tal informação:

Luiz Heinze Só fazer uma, primeiro, uma colocação. Doutor Cláudio fala que **o governo não fez nada**. Infelizmente, a nossa mídia mostra pouco. Aqui, BBC de Londres, 20 de maio. Paradoxo Brasil na América Latina, onde baixou a pobreza. Panamá e Brasil. BBC de Londres, 20 de maio. Aqui está o Wall Street Journal, também, isso aqui agora de 22 de junho, onde também fala que o Brasil está voltando a crescer **depois da pandemia**. **Alguma coisa foi feita, não foi por conta**. Então, só para lhe responder o que o senhor falou. Foi colocar aqui também que não fez nada. **Nunca se liberou tanto dinheiro** para a saúde como liberou em 2020 e continua liberando em 2021. O ano passado, para os estados brasileiros e municípios, foram 175 bilhões de reais. E mesmo assim, se vê a **farra do dinheiro**, onde respiradores, nesses consórcios do Nordeste, foram comprados numa **indústria da maconha**. O senador Girão insiste nesse assunto e deve falar nesse tema. Da mesma forma, acho que em Manaus, não sei aonde, **alguém que vende vinho está vendendo respirador**. E aí, é muito complicado. **Mas dinheiro houve e foi repassado aos estados e municípios**, também aos próprios hospitais. (grifo nosso)

Em um primeiro ponto, Heinze procura enfatizar que o país teve um crescimento econômico significativo utilizando como base índices econômicos apresentados por jornais de países anglófonos. Gostaria de ressaltar que talvez estes índices estejam corretos do ponto de vista econométrico, mas dentro da realidade material e econômica do povo brasileiro, eles estão longe de realmente se concretizarem, tendo em vista que durante o período pandêmico nós tivemos filas para que as pessoas comprassem osso em açougues⁴⁰. O crescimento econômico entra aqui como um ponto de argumentação para sustentar a imagem de eficiência do governo para sua base fiel, mas nem ele se sustenta como a notícia citada acima ilustra. Em continuidade, o senador afirma que nunca se liberou tanto dinheiro para a saúde como em 2020, e de fato nós tivemos um gasto muito superior a outros anos durante o período pandêmico, contudo, o número de mortes e a demora para a chegada das vacinas denunciam que o investimento realizado pelo estado não alcançou seus objetivos.

Ao abrir sua fala, utilizando como recurso o discurso indireto do que fora dito por Maierovitch acerca da inação do governo em relação ao combate da pandemia, o senador retoma o tópico em forma de resposta, demonstrando que a ação do governo foi a liberação de verbas para estados e municípios. Analisamos aqui um desvio de foco de responsabilidade ao utilizar os termos *farra do dinheiro* e *indústria da maconha*, apelando para dois movimentos discursivos que são constituintes da identidade bolsonarista: o combate à corrupção abstrata e uma pauta de costumes antidrogas. Ao citar que o dinheiro foi dado pelo governo para estados e municípios e que houve uma *farra do dinheiro*, Heinze insinua que o papel do governo federal é apenas repassar verba e que a gestão dos gastos é uma função exclusiva dos estados e municípios. A culpa da ingerência pandêmica sai do governo federal e é depositada nos entes federados. Não é citada nenhuma ação direta ao combate à COVID-19 além da liberação de verbas. A citação da indústria da maconha, além de ser um indicativo de pânico moral, dialoga diretamente com os seguidores de Jair Bolsonaro, que reproduzem um discurso moralista antidrogas.

Luiz Heinze Só vou fazer uma colocação aqui. [*Em tom sério*] Os Estados Unidos praticamente vacinou toda a população, senador Renan, preste atenção. Vacinou toda

⁴⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>

a população. O dado de ontem, 598 mil mortos nos Estados Unidos, com toda a população vacinada. Brasil, 476. Hoje, pouquinho mais. Então, também, não é a questão da vacinação.

Nesse trecho, Heinze descredibiliza o processo de vacinação, utilizando dados globais de mortos na pandemia nos Estados Unidos e no Brasil, para demonstrar que a vacinação não é a solução para o período pandêmico, diferente do que foi exposto por Pasternak em sua fala de abertura. A relação dialógica estabelecida por Heinze desinforma a população utilizando dados reais, pois o número de mortes por COVID-19 nos Estados Unidos até o início da vacinação era de 491.232 pessoas⁴¹. Ou seja, 82% das mortes que estão nos dados expostos por Heinze ocorreram antes do período de vacinação. O número de mortos é um dado real, tirado de contexto para favorecer a narrativa desinformativa do tratamento precoce, pois descredibiliza as vacinas, reforça a importância do suposto tratamento e isenta o governo federal de culpa pelo atraso na compra dos imunizantes.

Luiz Heinze Doutora Natália, a senhora considera **tecnicamente correto** afirmar que a ciência **comprova a ineficácia** da droga Ivermectina quando temos **cinco meta-análises** favoráveis, sendo duas já publicadas. Uma em maio, doutor Pierre Corey, e a outra agora em 6 de junho, doutor Timóteo (*gagueja*). Tendo um pré-print da doutora Tess Lowry, **uma das maiores especialistas do mundo em medicina baseada em evidências**, e o doutor Henry Hill, e a recente, doutor Carly, **da famosa clínica Mayo dos Estados Unidos**. A senhora saberia nos dizer se a meta-análise do doutor Corey, feita com o NIH norte-americano, desde janeiro de 2021, passasse a permitir o uso de Ivermectina off-label nos Estados Unidos? (grifo nosso)

Aqui podemos observar como Heinze utiliza uma retórica científica para sustentar a narrativa desinformativa acerca do tratamento precoce, visto que a ivermectina é um dos medicamentos que faziam parte da composição do kit covid. O senador utiliza qualificadores quantitativos ao citar o número de meta-análises e argumentos de autoridade ao citar os pesquisadores responsáveis por tais análises como sendo os mais respeitados dentro de seus campos. A citação aos Estados Unidos também sustenta um argumento de autoridade, visto que, dentro da lógica bolsonarista, os Estados Unidos são tidos como referência de superioridade. Ao utilizar tais dados dentro de seu processo argumentativo, Heinze tenta desqualificar as respostas de Pasternak que sejam contrárias àquilo que ele defende, uma forma

⁴¹ Disponível em: <https://www.cdc.gov/nchs/nvss/vsrr/covid19/index.htm>

retórica de intimidação e de desqualificação. Por mais que seus dados não possuam lastro material que os sustente, ou seja, por mais que eles não sejam eficazes no combate à COVID-19, Heinze utiliza esses artifícios discursivos para sustentar a narrativa que fora construída até o momento.

Em um segundo momento, Heinze tenta desqualificar Pasternak utilizando argumentos ad hominem:

Luiz Heinze Ainda falando em *ética*, eu entendi que a senhora se **autointitula** comunicadora científica, sendo graduada em biologia. Lhe pergunto, qual a sua experiência como cientista? Trabalhou onde antes de criar o seu instituto de questão de ciência? Qual o índice H do seu currículo profissional? (grifo nosso)

Heinze tenta invalidar a fala de Pasternak ao contestar sua autoridade como pesquisadora, insinuando em sua enunciação que a microbiologista seria uma pessoa antiética (dado o início da fala) e colocando o termo *autointitula* ao se referir à posição de Pasternak como comunicadora científica. O senador cita o termo *ética* apesar de sua pergunta tratar do currículo acadêmico da microbiologista. Ao abrir a fala com “*Ainda falando de ética*” o senador aponta que existe uma questão ética no seu questionamento acerca da experiência profissional de Pasternak, talvez uma tentativa de insinuar que a depoente não age eticamente ao falar sobre a pandemia, rebaixando suas falas até o momento. A utilização da construção “*eu entendi que...*” também indica um movimento de suspeição por parte do senador acerca do currículo e da credibilidade de Pasternak, finalizando com sua pergunta sobre o índice H⁴² da microbiologista. Não é ao acaso que esse movimento é feito. Inicialmente o senador utiliza uma argumentação que busca autoridade para validar suas narrativas desinformativas e segue com um argumento ad hominem para invalidar os argumentos apresentados por Pasternak ao longo de sua participação na CPI. Tratar Pasternak como um inimigo, especificamente um inimigo antiético, enfraquece a argumentação da cientista e sustenta o processo de construção de afetos bolsonarista, ao demonstrar sua lealdade às ações do governo. Se a lógica bolsonarista se baseia

⁴² O índice h é uma proposta para quantificar a produtividade e o impacto de cientistas baseando-se nos seus artigos mais citados. Em outras palavras, o índice h é o número de artigos com citações maiores ou iguais a esse número. Podemos citar dois exemplos para ilustrar o conceito: um pesquisador com h = 5 tem 5 artigos que receberam 5 ou mais citações; um departamento com h = 45 tem 45 artigos com 45 ou mais citações; e assim por diante. Fonte: Hirsch, J. E. An index to quantify an individual's scientific research output. *Proceeding of the National Academy of Sciences*. 2005. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.0507655102> Acesso em 20 de dez 2024

na união de seus seguidores em defesa daqueles que querem destruir a realidade como eles conhecem, é necessário caracterizar o inimigo de maneira enfática para que a base saiba identificar e invalidar tudo aquilo que o inimigo propõe. O excerto a seguir ilustra isso:

Luiz Heinze A cloroquina, doutora Natália, doutor Cláudio, e a hidroxicloroquina não matam o vírus diretamente, nunca foi dito isso. O que os médicos entendem, que entendem do assunto e tratam a doença de fato, e explicam é que a cloroquina e hidroxicloroquina (*enfático*) conseguem, por mecanismos (*em tom mais baixo*) ainda em estudo, dificultar ou impedir a reaplicação viral intracelular. Com isso, a carga viral acaba decaindo até chegar a níveis indetectáveis ou zerar de fato. Esse mecanismo conta nos livros de texto e medicina como Harrison Textbook of Medicine, cujo um dos editores é justamente o diretor do NIH, o americano, doutor Fauci. Portanto, a discussão da cloroquina matar o vírus é bobagem, perda de tempo e nunca foi o objetivo do tratamento, mas diminui a crise viral. [...] Então, não vamos criminalizar um processo que é uma questão político, ideológico e econômico. Tem muito dinheiro por trás disso. Então, só essa colocação que eu queria deixar no final aqui. Muito obrigado.

Nesse trecho Heinze, novamente, estabelece em seu discurso uma retórica científica para justificar as suas posições acerca do uso do famigerado kit covid. Ele utiliza argumentos de autoridade (Harrison Textbook of Medicine) e inclusive explica o processo celular de atuação do medicamento na prevenção da COVID-19. Entretanto, conforme explicado por Pasternak em sua fala de abertura, as únicas pesquisas que obtiveram resultados positivos para a utilização da hidroxicloroquina no tratamento de COVID-19 foram aquelas que aplicaram testagem *in vitro*. Todos os testes realizados em animais demonstraram que o medicamento não possuía propriedades de combate ao vírus de maneira direta. Heinze utiliza um dado verdadeiro, pesquisas que comprovam a eficácia do medicamento no ambiente controlado laboratorial, para dar suporte ao seu discurso e exclui todas as pesquisas que não corroboram com o seu argumento. Essa exclusão de contextos conflitantes para a sustentação de um ponto está em consonância com o processo desinformativo descrito por Wardle e Derakshan (2017), mais especificamente com a função de Falso Contexto. Ao ignorar essas outras pesquisas, o senador desinforma seus ouvintes utilizando um discurso que utiliza a retórica científica como forma de persuasão.

Ao final de sua argumentação, Heinze diz que a não adesão ao tratamento precoce é um processo *político, ideológico e econômico*. De fato, todos esses conceitos estão relacionados ao uso do kit covid, a narrativa desinformativa do kit covid foi posta em circulação por atores políticos da extrema-direita, utilizado como recurso ideológico para o fortalecimento da identidade bolsonarista e movimentação econômica na venda de medicamentos. Entretanto, analisamos a afirmação de Heinze como forma de vitimização, como se sua defesa do

tratamento precoce fosse algo rechaçado pela comunidade científica apenas por divergências de opiniões políticas. Ao utilizar dados de pesquisas científicas em um falso contexto, Heinze tenta validar seu posicionamento como pertencente ao discurso da comunidade científica, excluído apenas por questões políticas e não por conter dados errôneos.

Esse processo de vitimização bolsonarista é algo que podemos presenciar recorrentemente com a “defesa da liberdade de expressão”. Tanto os ideólogos do bolsonarismo como seus seguidores utilizam o termo “liberdade de expressão” como validação dos discursos de ódio proferidos por eles. Além disso, o termo também é utilizado para validar a disseminação de narrativas desinformacionais, como se o uso da desinformação como estratégia discursiva (ou a propagação de discurso de ódio) fosse apenas uma questão de opinião. Ao ser contestado, o sujeito bolsonarista recorre ao processo de vitimização, afirmando que é “perseguido” ou que possui sua “liberdade de expressão” reprimida, que está sofrendo uma injustiça por possuir certa opinião. Esse processo de vitimização também é uma estratégia mobilizadora de afetos, o sujeito bolsonarista angaria apoio de seus pares ao convocar o discurso da injustiça, reforçando sua identidade como pertencente ao grupo perseguido pelo inimigo.

Essas informações, apesar de não marcadas na fala de Heinze de maneira verbal, são convocadas através de recursos extralinguísticos (como a própria identidade bolsonarista, por exemplo), evocando conceitos que estão subentendidos pelos participantes do ato enunciativo que partilham dos mesmos valores sociais:

Devido à comoção causada pelo discurso de outrem, com o qual sujeitos compartilham pontos de vistas afins, as ideologias também ganham vozes na sociedade. O signo, portanto, como material linguístico-ideológico, orienta-se e é orientado pelas forças sociais, pelas relações entre os agentes discursivos na esfera social. Como um enunciado completo, no sentido bakhtiniano, uma desinformação perpassa o código, pois exige uma leitura de outros elementos extralinguísticos além de um entendimento do conteúdo subentendido. (Gomes e Lopes, 2021, p. 171-172)

Ou seja, dentro deste espectro, não importa necessariamente se a narrativa desinformacional possui lastro ou não, o que importa é por quem ela é dita, os afetos que ela mobiliza e contra quem ela é utilizada. Pasternak, no momento da arguição, é caracterizada como o inimigo, embora ela possua argumentos contundentes para desconstruir a narrativa estabelecida. Por este motivo, Heinze assume uma retórica científica para defender sua narrativa, tentando equipará-la ao movimento discursivo de Pasternak no início da sessão e em suas respostas, ao mesmo tempo em que tenta desqualificar Pasternak utilizando argumentos ad hominem para que os argumentos apresentados pela microbiologista se esvaziem de sentido

para sua base. Não se trata de um debate factual sobre o uso ou não de certos medicamentos, se trata de um processo discursivo de defesa da identidade bolsonarista que se pauta em narrativas desinformativas.

Neste capítulo passamos pelas características da desinformação como fenômeno e suas relações com as narrativas, buscando estabelecer maior solidez nos campos teóricos aplicados à análise. Além disso, exploramos noções extralinguísticas que permeiam a construção das narrativas desinformativas e seu propósito político como reforçador da identidade bolsonarista. Podemos observar que a desinformação permeia no imaginário popular através da construção de narrativas que evocam um senso de identidade por parte do ouvinte / leitor. Esse senso de identidade está atrelado às construções ideológicas do sujeito, evocando valores e crenças prévios que fazem com que o indivíduo rechace o discurso do outro e tome para si aquilo que foi exposto pelos membros de seu grupo de interação social. O capítulo seguinte é dedicado à análise da CPI em si, com base nas teorias que foram apresentadas nos dois primeiros capítulos. Os dados evocaram novos conceitos teóricos que serão explorados mais a fundo ao longo da discussão das análises.

4. “MAS EU QUERO FAZER AQUI UMA ANÁLISE, [...], PRINCIPALMENTE RELACIONADO À CPI.”

“As convicções são inimigas mais perigosas da verdade do que as mentiras.”

Friedrich Nietzsche

Ao longo deste trabalho, não podemos tirar do horizonte um contexto muito importante para o processo de interpretação: os eventos aqui analisados ocorreram durante a maior pandemia do século XXI até o momento. As ações e os discursos que circulavam à época estavam permeados por uma noção de espaço-tempo estabelecida pelas limitações que uma pandemia impõe à sociedade. Se a pandemia é o que está posto como realidade – neste caso, o vírus, a doença espalhada por várias partes do mundo ao mesmo tempo, a morte – os processos de enunciação, e por consequência de interação social, convergem para este tema (Rohling, 2020).

Conforme descrito em maiores detalhes anteriormente nesta dissertação, o tempo e o espaço, nesta configuração indissociável, promovem uma noção de movimento discursivo que pende à transformação dentro das interações humanas. Dentro do cronotopo pandêmico vimos diferentes formas de interação social tomarem um lugar rotineiro em nossa sociedade. Um exemplo vital para essa compreensão é a familiarização que tivemos com os meios digitais para desenvolver trabalhos que anteriormente eram efetuados em sua maior parte em atividades presenciais. O *encontro*, cronotopo mais significativo para o Romance, segundo Bakhtin, mudou sua configuração espacial para os meios virtuais. Cito o encontro como exemplo, pois para Bakhtin ele é a “[...] unidade indissolúvel (mas sem fusão) das definições de tempo e espaço [...] um caráter elementar, preciso, formal e quase matemático” (Bakhtin, 2018 [1938], p. 28). O cronotopo pandêmico exigiu, dentro de sua configuração, uma mudança intrínseca em outros tipos de cronotopo, onde o espaço físico cede lugar ao espaço virtual.

A morte, como símbolo social, também esteve presente com maior frequência em nosso cotidiano. O isolamento social não aconteceu apenas por uma necessidade burocrática, especialmente no contexto brasileiro, mas também pela letalidade que a doença apresentava. Tivemos, por um período de mais de dois anos, boletins diários que informavam o número de infectados e mortos pela COVID-19 em nosso país. O vírus, ao tomar o lugar de protagonista dos discursos vigentes, representava signos negativos de diversas formas. O cronotopo

pandêmico evocou imagens de isolamento, morte e sofrimento. Informações acerca do vírus circulavam intensamente nos noticiários e na internet. Entretanto, não tivemos apenas informações circulando, mas também desinformações. A tecnologia que nos permitiu diminuir, em certo grau, a solidão do isolamento também trouxe um fluxo de informação (e desinformação) muito mais intenso que o vivido em outros momentos pandêmicos na história humana.

Somado a isso, acompanhamos diversos embates entre o então presidente da república, Jair Bolsonaro, com autoridades médicas no que tangia a elaboração de políticas públicas acerca do coronavírus. Não apenas isso, como também acompanhamos o presidente diminuir diversos símbolos que remetiam à segurança durante o cronotopo pandêmico (não utilizar / ridicularizar: máscaras de proteção, isolamento social, vacinas, pessoas entubadas nas UTIs etc.). O jogo político, tal qual a morte, a tecnologia e a desinformação, também entrou na configuração do cronotopo pandêmico.

A CPI da COVID-19 ocorreu em um momento em que as pessoas utilizavam a internet com maior frequência, em contato diário com (des)informações sobre o vírus e sobre a política brasileira como um todo. As representações semióticas presentes nos discursos da CPI concentram todos esses elementos em seus enunciados.

Os valores sociais aqui analisados estão permeados por esses elementos do cronotopo pandêmico, os enunciados se concretizam num entrelaçar desses elementos (política, morte, tecnologia, desinformação). O processo dialógico da linguagem também é expresso ao longo dos enunciados, visto que muitos surgem como respostas a eventos que ocorrem em paralelo à CPI, mas que possuem relação direta com os temas debatidos ao longo da sessão.

Este capítulo é dedicado à análise da sessão, demonstrando certas questões diretamente ligadas ao contexto definido pelo tempo-espço em que a sessão tomou conta. Exploraremos um pouco mais o uso das narrativas desinformacionais como forma de construção e fixação da identidade bolsonarista, sua demonstração de lealdade através das narrativas desinformacionais e o insucesso em combater tal prática apenas pela lógica formal e pela racionalidade. Partimos da análise dos valores sociais que circularam nos discursos da CPI da pandemia identificando os movimentos das forças centrífugas e centrípetas (Bakhtin, 2016 [1952]). Partiremos então para uma análise das narrativas presentes na sessão do dia 11 de junho de 2021. Por fim, veremos como os processos de lealdade no bolsonarismo são reforçados através da circulação de texto de desinformação.

4.1 “ENTÃO, NÃO VAMOS CRIMINALIZAR UM PROCESSO QUE É UMA QUESTÃO POLÍTICA, IDEOLÓGICA E ECONÔMICA.”

Um dia antes da sessão da CPI em análise, 10 de junho de 2021, o então presidente da república, Jair Bolsonaro anunciou que o então ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, liberaria o uso de máscaras para aqueles que já estavam vacinados⁴³. O assunto repercutiu dentro da CPI, especialmente em um ponto em que Bolsonaro era frequentemente exposto por seu discurso negacionista.

Nos trechos abaixo, Randolfe Rodrigues e Tasso Jereissati referenciam o evento com o marcador temporal *de ontem*, sem reproduzir o discurso em si. A nominalização como *acontecimentos* e *atitude* demonstra uma escolha de signo que remete ao evento, mas sem especificá-lo de maneira direta (como por exemplo: “a fala sobre a liberação do uso de máscaras”).

Randolfe Rodrigues - Os acontecimentos **de ontem** são **lamentáveis** e só mostram a necessidade do serviço do trabalho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Cada vez mais o serviço dessa Comissão Parlamentar de Inquérito é imperioso para o Brasil e para os brasileiros. (grifo nosso)

Randolfe Rodrigues menciona o evento, mas não discorre acerca dele. O senador utiliza o evento como recurso retórico para validar o papel da CPI no contexto político em que vivíamos. O uso do categorizador *imperioso* demonstra a importância que o senador dá à comissão, e por consequência também ao ato de Jair Bolsonaro. Ao falar que aquele ato aumenta o valor de importância da CPI, o senador demonstra que existe uma importância significativa no ato em si.

Tasso Jereissati - E a atitude do presidente da república **de ontem**, por exemplo, está na direção quase de que, não vou dizer **uma palavra que está sendo usada muito aí**,

⁴³ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/10/brasil-passa-de-480-mil-mortos-por-COVID-19-bolsonaro-segue-campanha-contramascaras>

que eu acho muito forte, mas quase que de uma **provocação de casos e óbitos premeditada**. Quase que isso está acontecendo. (grifo nosso)

Tasso Jereissati, no entanto, utiliza recursos linguísticos em sua fala que parecem apontar para a palavra *genocida*, atribuída a Jair Bolsonaro durante o período pandêmico por seus opositores⁴⁴, ao referenciar *uma palavra que está sendo muito usada aí*. Tal recurso linguístico possibilita que Jereissati não afirme com suas palavras que Bolsonaro é *genocida* (trecho: *eu acho muito forte*), porém permite que interlocutores evoquem o termo. Ao classificar a ação de Jair Bolsonaro como *provocação de casos e óbitos premeditada* o senador atribui o mesmo valor social, sem necessariamente utilizar a palavra *genocida* propriamente dita. O senador finaliza o enunciado com o modalizador *quase que* para indicar que a ação de Bolsonaro se aproxima da representação de *genocida*, sem afirmar que suas ações se enquadram totalmente dentro da definição. A escolha de palavras é feita de tal forma que apesar do signo ideológico *genocida* não ser mencionado durante a sua fala, o seu significado permanece presente no enunciado. “As palavras ditas são repletas de subentendidos e do não dito. Aquilo que é chamado de ‘compreensão’ e de ‘avaliação’ do enunciado (a concordância ou a discordância) sempre abarca, além da palavra, também a situação extraverbal da vida” (Volóchinov, 2019 [1930], p. 129).

Dentro da sessão analisada, temos ainda outras citações que referenciam o ato de genocídio, como a fala de Renan Calheiros abaixo:

Renan Calheiros - Nós temos um Jim Jones na presidência da República. A diferença para o americano é que o americano induziu ao suicídio. E o que está na presidência da República do Brasil, ele induz à continuidade dessa tragédia e desse morticínio.

O senador faz uma analogia entre o então presidente da república e Jim Jones, estadunidense líder de uma seita, mais conhecido pelo assassinato (e indução ao suicídio) em massa de seus seguidores em Jonestown, 1978, Guiana. Calheiros ainda faz a distinção, dizendo que Jones induzia ao suicídio e que Bolsonaro induz à *continuidade dessa tragédia e desse morticínio*. Novamente, o signo *genocida* não é utilizado na fala do senador, mas o que diz

⁴⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/frente-ampla/sao-9-os-crimes-que-comprovam-bolsonaro-e-um-genocida/>

dialoga com o signo dentro da descrição de genocida. O signo *genocida* não é utilizado sequer uma vez ao longo das 8 horas de sessão, mas o sentido que tal signo carrega é veiculado diversas vezes em enunciados dos políticos de oposição. O não-dito significa tanto quanto o que é dito ao longo de um enunciado.

Uma fala do médico sanitarista Claudio Maierovitch dialoga com a comparação que Renan Calheiros fizera entre Bolsonaro e Jim Jones:

Claudio Maierovitch - Então, as pessoas estão entrando numa ansiedade, quer dizer, eu quero ter essa doença logo, porque aí eu não tenho mais o que pensar nisso, eu vou ficar protegido. Mas essa é uma atitude que, se a gente olhar do ponto de vista racional, é uma **atitude suicida**. Elas estão sendo **impelidas a desejos suicidas**, ainda que não tenham a consciência de que são desejos suicidas. Acho que isso é gravíssimo. (grifo nosso)

Podemos perceber uma relação, ainda que indireta, entre o discurso de Maierovitch e a fala de Renan Calheiros, ao citar a indução ao suicídio – prática realizada por Jim Jones – e os discursos de Bolsonaro acerca da prevenção da COVID-19. A figura do líder carismático que leva seus discípulos à morte é um signo que poderíamos designar tanto a Jim Jones quanto a Jair Bolsonaro. Por mais que Jair Bolsonaro não estivesse ativamente pedindo para que seus seguidores tirassem a própria vida, o presidente propagou narrativas desinformacionais sabendo que elas poderiam acarretar a morte de muitos. Ao fazer circular um discurso que pode levar as pessoas a se contaminarem, o então presidente leva essas pessoas a uma situação de risco epidemiológico. Ao atribuir valores negativos ao uso de máscara, às vacinas, ao isolamento social, deliberadamente induziu seus seguidores a um contágio que poderia ser mortal. Estando o então presidente Jair Bolsonaro em um patamar de figura pública, como representante da nação, seus discursos tomaram proporções maiores, pois a Bolsonaro é atribuída uma validação de argumentos como figura de autoridade.

Gostaria de retomar aqui um conceito abordado na seção de Estado da Arte deste trabalho. Conforme apontado por Francisco (2022), Viana (2022), Furtado (2022) e Marques (2023), o bolsonarismo é um movimento político-ideológico pertencente ao espectro político do fascismo. Tal definição pode causar certo incômodo aos leitores, dada a carga negativa que o termo *fascista* carrega; entretanto, podemos perceber que o fascismo, como conceito teórico, não possui apenas uma definição. Aqui tomamos como primeira premissa a noção de que o fascismo é um movimento de massas de extrema-direita, tal como é o bolsonarismo. Além

disso, Roger Griffin (2003) coloca que um elemento essencial para esse movimento de massas é o fomento do processo de fragmentação (nós contra eles) no discurso. Somado a isso, se seguirmos as definições propostas por Stanley (2018) percebemos que o bolsonarismo se encaixa em praticamente todas as categorias:

- (1) Valorização do “Passado mítico” (a ditadura empresarial-militar, no caso);
- (2) o uso da “Propaganda” política como forma de velar seus interesses escusos e angariar novos seguidores (como estamos explorando neste trabalho);
- (3) O “Anti-Intelectualismo” representado nos discursos contra a ciência e antivacina, por exemplo;
- (4) A produção da “Irrealidade” (ou desinformação) como forma de sustentação do “bem-estar social”, como exposto no capítulo anterior em relação aos argumentos de Luiz Heinze sobre o suposto “bem-estar econômico” brasileiro;
- (5) “Hierarquia” rígida e definida, como podemos observar durante as trocas de ministro da Saúde que supostamente não podiam ter mais destaque que o presidente;
- (6) “Vitimização”, conforme já explorado neste trabalho, como forma de justificar seus atos duvidosos;
- (7) A promoção de “Lei e Ordem”, fragmentando a população entre aqueles que merecem ou não justiça e enaltecendo a violência policial contra grupos minorizados;
- (8) “Ansiedade Sexual” como forma de reforçar estereótipos de gênero de maneira violenta;
- (9) A noção que cidades grandes são verdadeiras representações de “Sodoma e Gomorra”, onde os valores sociais reais podem estar apenas na vida tradicional no campo, e;
- (10) “Arbeit Macht Frei”, ou “o trabalho lhe liberta” em uma tradução mais direta, onde a fragmentação se estabelece entre aqueles que trabalham ou não, sendo aqueles que não trabalham traidores da nação.

Nós podemos até argumentar que o bolsonarismo se encaixa em todas as descrições dos 10 pontos que Stanley (2018) desenvolve em seu livro, mas podemos perceber que, apenas neste trabalho de dissertação de mestrado, estamos explorando no discurso bolsonarista os conceitos expostos em (2), (3), (4), (5) e (6), metade dos conceitos propostos. Levando em consideração os conceitos de “Propaganda” e “Irrealidade” propostos, nos inquieta pensar como uma estratégia política prejudicial à população pode se tornar tão popular entre os apoiadores de Bolsonaro?

O processo de mobilização de afetos na comunicação política fascista faz com que a unilateralidade (monologização, em oposição ao dialogismo) do discurso promova um ambiente não favorável à circulação de ideias ou ideais divergentes. Vale salientar que o dialogismo é uma característica intrínseca da linguagem, seguindo a perspectiva do Círculo de Bakhtin (Volóchinov, 2019 [1930]). Por mais autoritário e monológico que um discurso possa parecer, ele sempre estabelecerá relações dialógicas. Um exemplo dessa tendência à monologização do discurso que exploraremos mais a fundo em breve, é quando o senador Jorginho Melo diz: “Eu até não gostaria de tomar o tempo deles, *eu não gostaria de saber a opinião deles*, porque eu já sei que é contrário ao governo”. A opinião do adversário é sumariamente rejeitada, mesmo que a enunciação ocorra, o processo de responsividade do sujeito bolsonarista é direcionado à negação, não importa o que é dito, pois é dito por um inimigo que representa uma ameaça ao sistema de crenças desses sujeitos. O conteúdo prejudicial das narrativas desinformacionais é ocultado pelo cunho afetivo da mensagem. Utilizar máscaras de proteção de forma obrigatória é algo desconfortável, quando um líder político, do qual se nutre um afeto, diz que não devemos usar máscaras, ele respalda o incômodo do indivíduo. As ações providas de narrativas desinformacionais também são configuradas como símbolo de virtude pelos bolsonaristas, fortalecendo a sua identidade perante o grupo. Ou seja, mesmo que as ações possam trazer um prejuízo maior a longo prazo, os sujeitos preferem seguir à risca o recomendado pelo líder para intensificar o seu laço de união com o grupo. Evoco Stanley (2018) para elucidar tal conceito de maneira mais detalhada:

É difícil promover uma política que prejudicará um grande grupo de pessoas diretamente. O papel da propaganda política é ocultar os objetivos claramente problemáticos de políticos ou de movimentos políticos, mascarando-os com ideais amplamente aceitos. Uma perigosa e desestabilizadora guerra pelo poder torna-se uma guerra cujo objetivo é a estabilidade, ou uma guerra cujo objetivo é a liberdade. A propaganda política usa a linguagem dos ideais virtuosos para unir pessoas por trás de objetivos que, de outra forma, seriam questionáveis. (Stanley, 2018, p. 28)

A máscara, como símbolo de enfrentamento à pandemia se torna um símbolo de rejeição dos sujeitos bolsonaristas. Percebemos tal movimento na fala de encerramento de Claudio Maierovitch:

Claudio Maierovitch Então, acredito que não devemos ter pressa nenhuma em fazer a supressão do uso da máscara, e a minha impressão é de que isso ganhou um

caráter simbólico para o presidente e para muitos políticos seguidores, que fazem questão de ostentar o não uso da máscara como **um símbolo** de quem não dá importância para a pandemia, de quem acha que é apenas uma gripezinha que não merece ações de controle.

Dentro do cronotopo pandêmico, a máscara se tornou um signo de cuidado e proteção. A circulação de pessoas em espaços públicos estava sempre limitada ao uso de máscaras. Entretanto, Maierovitch aponta para o não-uso da máscara como um ato simbólico para Bolsonaro. Se de um lado tínhamos o uso como símbolo de cuidado, o não-uso passou ao ser um signo dos apoiadores de Jair Bolsonaro. Isto não implica dizer que todas as pessoas que não utilizaram máscaras durante a pandemia eram bolsonaristas, nem que todos os bolsonaristas se recusaram a usar máscara, mas que este signo foi utilizado como totem de identificação e de propagação do discurso de Jair Bolsonaro.

O signo, nesse caso, é também utilizado como forma de identificação daqueles que pertencem a um grupo. De maneira semelhante, a defesa do tratamento precoce e a negação das vacinas também passam a ser signos que identificam os bolsonaristas durante o período pandêmico. Esse recurso de construção da identidade bolsonarista passa por um processo que Stanley (2018) aborda em seu capítulo sobre a irreabilidade como característica de políticos de vertentes fascistas:

O que acontece quando as teorias da conspiração se tornam a moeda da política, e a grande mídia e as instituições educacionais estão desacreditadas, é que os cidadãos não têm mais uma realidade comum que possa servir como pano de fundo para a deliberação democrática. Nessa situação, os cidadãos não têm outra escolha a não ser procurar **referências para seguir que não apenas a verdade ou a confiabilidade**. O que acontece nesses casos, como vemos em todo o mundo, é que os cidadãos buscam políticas para **identificações tribais**, para lidar com queixas pessoais e para entretenimento. Quando as notícias se tornam esporte, o homem forte atinge certa medida de popularidade. A política fascista transforma as notícias de um canal de informação e debate racional num espetáculo com o homem forte como a estrela. (Stanley, 2018, p. 63, grifo nosso)

O líder fascista, aqui caracterizado na figura de Jair Bolsonaro, é aquele que determina quais signos devem ser reproduzidos para que seus seguidores sejam representados como defensores de uma causa. A distinção vem como uma forma não apenas de identificar aqueles que comungam da mesma ideologia que o líder fascista, mas também para os distinguir daqueles que são considerados o inimigo. As *lives* promovidas por Bolsonaro, por exemplo,

representam bem como a comunicação política dos líderes fascistas é voltada especificamente aos seus seguidores. O presidente da república possui a premissa de interromper a programação dos veículos de comunicação para realizar um pronunciamento oficial, mas durante todo o período pandêmico o então presidente realizou um total de doze pronunciamentos oficiais, enquanto suas lives foram realizadas semanalmente (com poucas interrupções) em um canal do YouTube. Os pronunciamentos de Bolsonaro como presidente não eram direcionados a todos os brasileiros, apenas a seus seguidores. O relator da CPI, senador Renan Calheiros, demonstrou como o governo agiu de maneira ativa combatendo portarias e leis que exigissem o uso obrigatório de máscaras

Renan Calheiros A senadora Simone Tebet, durante a semana, [pausa breve] senador Humberto, ela nos proporcionou um grande momento, porque ela fez uma pesquisa exaustiva, são [ênfático] muitas as informações dessa comissão parlamentar de inquérito, e constatou que de todas as iniciativas legislativas, de parlamentares e até do poder executivo mesmo, [ênfático] todas que tratavam de máscaras foram vetadas pelo governo.

Se o uso de máscaras foi considerado um signo de enfrentamento à pandemia, ação constantemente negligenciada por Bolsonaro durante seu período na presidência da república, o não-uso passa a ser um símbolo daqueles que apoiam as ações de Bolsonaro. Quem defende o uso de máscaras, portanto, é caracterizado como um inimigo potencial da política bolsonarista. O inimigo, “eles”, sempre será evocado dentro do sistema de afetos fascista para fortalecer a identidade e os valores sociais que aquele grupo partilha, por isso a distinção entre “nós” e “eles” é essencial para o desenvolvimento da política de massas fascista, como explicita Stanley no trecho abaixo:

O sintoma mais marcante da política fascista é a divisão. Destina-se a dividir uma população em “nós” e “eles”. Muitos tipos de movimentos políticos envolvem tal divisão. Por exemplo, a política comunista utiliza como arma as divisões de classe. Para fazer uma descrição da política fascista é necessário descrever a maneira muito específica pela qual a política fascista distingue “nós” de “eles”, apelando para distinções étnicas, religiosas ou raciais, e usando essa divisão para moldar a ideologia e, em última análise, a política. Todo o mecanismo da política fascista trabalha para criar ou solidificar essa distinção. (Stanley, 2018, p. 9)

A CPI, portanto, é instaurada em um cronotopo binário (a divisão de “nós” contra “eles”) promovido pela política fascista. Esse duelo binário é perpetuado ao longo da CPI, inclusive

representado pela mídia e neste trabalho entre os grupos de “oposição” e “governista”. A reprodução do discurso, e de seus signos de identificação, são essenciais para solidificar a identidade bolsonarista durante um período em que a imagem do presidente se encontrava extremamente fragilizada por conta de suas atitudes negacionistas frente à pandemia. O momento em questão exigiu uma solidificação da base bolsonarista, como forma de fidelização de seus seguidores tal qual o processo de comunhão é significativo nos ritos religiosos cristãos. É através desses atos discursivos que o movimento se unifica e se fortalece.

E como dinâmica de uma política fascista, não basta apenas identificar aqueles que são iguais, o “nós” (como define Stanley), é necessário também identificar quem são “eles”, os inimigos. Retomo aqui a forma como o senador Jorginho Melo, da base bolsonarista, se refere a Pasternak e Maierovitch ao longo do depoimento:

Jorginho Melo - Eu tenho materiais da imprensa que mostram que tanto a doutora Natália quanto o doutor Cláudio... *(pausa)* o depoimento é muito técnico, especialista, *(pausa)* depoimento bom. Eu não vou entrar no mérito do depoimento, mas **a forma política do tratamento, eles são literalmente adversários do governo Bolsonaro.** Isso está claro nos departamentos, nas manifestações deles na imprensa.

Em sua fala de abertura, o senador Jorginho Melo expõe os depoentes como *literalmente adversários do governo Bolsonaro*. Ao nomear Pasternak e Maierovitch como *adversários* o senador explicita em seu discurso que o valor social dos depoentes para aqueles que seguem as políticas de Jair Bolsonaro deve ser o de inimigo, e, portanto, seus argumentos devem ser rechaçados a priori. Existe um distanciamento que é estabelecido pelo senador que age de maneira explícita em seu discurso. Ao identificar o inimigo desta forma, o processo de identificação do “nós” se torna mais intenso, pois há um alvo que deve ser combatido, uma vez que ameaça a concepção de mundo daqueles que seguem Jair Bolsonaro. Indépende da autoridade de Pasternak como cientista, bem como de seus argumentos, sendo ela a inimiga, não há qualquer possibilidade de aceitarem o que ela diz. Assim é construído o senso de coletividade e lealdade e o ambiente emotivo para que todas as ações de Bolsonaro sejam vangloriadas e desinformações sejam tomadas como a única verdade a ser aceita para demonstrar lealdade ao presidente, apoiá-lo em momentos de fragilidade e fortalecê-lo. Quando o presidente da sessão, Randolfe Rodrigues, passa a palavra para Pasternak e Maierovitch responderem às afirmações de Jorginho Melo, o senador interrompe Randolfe Rodrigues e diz o seguinte:

Jorginho Mello Eu até não gostaria de tomar o tempo deles, [*enfático em tom mais alto*] **eu não gostaria de saber a opinião deles**, porque eu já sei que **é contrário ao governo**. [*em tom mais brando*] Então, eu respeito tecnicamente, já frisei isso e respeitosamente eu gostaria de [*enfático*] não ter de dar o tempo aos outros senadores que querem perguntar. (grifo nosso)

Jorginho Mello classifica mais uma vez os depoentes como antagonistas ao governo Bolsonaro e salienta que não gostaria de saber a opinião deles. Essa estratégia discursiva, além de intensificar a classificação de inimigo, também convoca aqueles que se identificam com o discurso de Mello a rechaçar os argumentos do adversário. O discurso aqui é autoritário e com características monológicas, indica que aquilo que é proferido pelo inimigo é automaticamente invalidado. O discurso de Mello visa cortar o diálogo entre sua fala e a fala dos depoentes. É uma estratégia linguística do processo desinformativo, a partir do momento que o discurso do outro é categoricamente eliminado apenas por pertencer ao outro, mesmo se os argumentos apresentados contêm informações com lastro material, não há um convencimento por parte do outro. Os afetos são de extrema importância para a construção desse processo desinformativo, como podemos observar na fala de Jorginho Mello, a negação do outro se dá em um processo de construção da identidade, sendo o outro uma ameaça direta à constituição da identidade. O que o outro fala não pode ser levado em consideração, pois afeta diretamente a noção do *eu* que fora construída.

Outro ponto que Jorginho Mello traz em seu discurso é o da definição de ideologia, ou ideológico, como sendo um signo atribuído apenas ao inimigo:

Jorginho Mello (*em tom irônico*) Eu quero só agradecer, presidente, por meio do meu tempo, agradecer o discurso ideológico e cumprimentar a qualificação dos dois.

Ao caracterizar a fala de Pasternak e Maierovitch como *discurso ideológico* o senador qualifica a posição dos depoentes como sendo uma opinião formada por ideologia, e não estamos aqui argumentando que exista discurso neutro, toda interação discursiva é necessariamente ideológica (Volóchinov, 2019 [1930]), mas o que chama atenção é o apontamento da ideologia no discurso do outro, como se o seu próprio discurso estivesse ausente de ideologia. A utilização do signo *ideologia* é utilizada de forma muito similar aos

ataques que políticos de extrema direita fazem aos veículos jornalísticos quando dizem que uma reportagem é *fake news*, ao atribuir esse qualificador em específico, o enunciador desqualifica o discurso do outro, novamente impondo uma rejeição ao conteúdo, as falas de Pasternak e Maierovitch podem possuir lastro na materialidade dos fatos, mas são automaticamente invalidadas por serem falas ideológicas.

Ou seja, dentro do ecossistema desinformativo, a mobilização de afetos e a construção da identidade bolsonarista são cruciais para que narrativas desinformativas circulem dentro e fora das esferas sociais que eles pertencem. O confronto destas narrativas por parte da CPI exige que elas sejam retomadas de maneira constante, uma narrativa que deveria ser efêmera é prolongada, estendida de tal modo que uma das poucas formas de a manter sob controle é por meio da negação do outro. Essa extensão da narrativa desinformativa requer uma tática de enfrentamento ao “inimigo” de maneira ainda mais incisiva, como feito pelo senador Luiz Heinze durante a sessão.

Luiz Heinze, como já citado no capítulo anterior, foi um grande responsável por levar textos de desinformação à CPI e por defender ferrenhamente ideais negacionistas com uma roupagem científica. Durante a sessão em questão, Heinze insistiu na defesa do tratamento precoce, trazendo exemplos de artigos científicos e países que, supostamente, serviam de base para o uso do kit covid, conforme pudemos identificar anteriormente. Em seu discurso, podemos verificar não apenas o processo de negação do outro, como quando tentou desqualificar Natália Pasternak por meio de suas perguntas, mas também podemos observar a manutenção das narrativas desinformativas propagadas pela base bolsonarista.

Após Pasternak responder ao senador, dizendo que os remédios do kit covid não possuíam eficácia contra o Sars-Cov-19, o senador respondeu, em tom forte, da seguinte maneira:

Luiz Heinze Essas 15.670.744 vidas têm cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, anita e ivermectina, que começaram com elas e vitaminas. Hoje tem 16, 17 drogas reposicionadas, sendo tratadas, que foram **responsáveis** por essas 15 milhões de vidas que salvo. (*enfático*) Muito obrigado.

A afirmação, além de categórica, é totalizante, no sentido que atribui ao tratamento precoce a recuperação de todos os mais de 15 milhões de sobreviventes da COVID-19 à época.

O senador é categórico ao afirmar que as 17 drogas são *responsáveis* por salvar a vida desses sobreviventes. O enunciado em questão desinforma o ouvinte, pois não havia um protocolo de saúde, ou sequer pesquisas que dessem respaldo, para que tal tratamento fosse aplicado em ampla escala no nosso país. O senador, inclusive, reitera sua afirmação em nova interação, desta vez com o senador Renan Calheiros:

Luiz Heinze Quando fala, por exemplo, aqui tem 15 milhões, 670 mil, 754 vidas salvas. E o tratamento precoce (*enfático*) **sim foi utilizado** nesse processo aqui. Se não fosse, senador Renan, **seria muito mais gente morta**. Inclusive, a crítica que a gente quer fazer, são aos médicos, aos cientistas que estão sofrendo bullying hoje dentro das universidades, na USP, por exemplo, Universidade Federal do Rio de Janeiro e outras tantas. As pessoas que **acreditam na ciência** e discutem e debatem esse procedimento. Então, isso é muito ruim. (grifo nosso)

Dessa vez o senador utiliza a palavra *sim* como intensificador de sua afirmação. O argumento utiliza um processo retórico de consequência, ao indicar que caso houvesse ausência do tratamento, mais vidas seriam perdidas no processo. Ao afirmar para Renan Calheiros que caso o tratamento precoce não fosse aplicado, *seria muito mais gente morta*, o senador enfatiza sua fala anterior. Porém, sendo o tratamento precoce uma narrativa desinformacional, o mérito é exatamente o oposto, dentre as vidas perdidas para a COVID-19 estão pessoas que seguiram este tratamento e vieram à óbito. Vidas que perdemos por conta de uma narrativa desinformacional. Pasternak faz uma referência a esse dado durante os questionamentos de Renan Calheiros, ainda no início da sessão:

Natália Pasternak - Muitas vezes a crença em tratamentos que não são homologados pela ciência leva pessoas à morte, porque elas deixam de se tratar da maneira adequada, **porque acreditaram num tratamento milagroso**. Foi isso, inclusive, que aconteceu com a fosfoetanolamina que o Cláudio trouxe. Muitas pessoas naquela época abandonaram os seus tratamentos de câncer, os seus tratamentos de quimioterapia, de radioterapia, porque acreditaram na pílula milagrosa. Nós nunca vamos saber, senador, quantas pessoas naquela época morreram de câncer porque abandonaram os seus tratamentos, ou seja, na verdade, elas morreram de desinformação. E aqui nesta pandemia também, **nós não temos como mensurar quantas pessoas morreram de desinformação**, porque não se protegeram adequadamente e acreditaram que existia uma cura fácil e milagrosa. (grifo nosso)

Em sua fala, a microbiologista emprega o verbo *acreditaram* para se referir ao processo de validação do uso de um *tratamento milagroso*. Sua fala expõe que o processo de validação

de uma narrativa desinformativa, neste caso o tratamento precoce, se dá por uma crença. Acreditamos, portanto, validamos. Ela também discorre sobre o caso do medicamento fosfoetanolamina, medicamento que em 2016 foi vendido como cura para o câncer, mas que não possuía eficácia real⁴⁵. Por conta da pílula, que não possuía comprovação científica, algumas pessoas pararam seus tratamentos contra o câncer para utilizar a fosfoetanolamina. A analogia entre a pílula e o tratamento precoce se dá por ambos serem narrativas desinformativas que levaram pessoas a óbito. Infelizmente, não há como mensurar o número de pessoas que faleceram em decorrência dessas narrativas desinformativas, mas podemos afirmar que, em mais de uma ocasião, os impactos da desinformação na sociedade se deram de maneira letal.

O processo da criação de narrativas desinformativas não se pauta apenas na criação de informações falsas, mas também na manipulação de informações verdadeiras induzindo o ouvinte / leitor a uma conclusão equivocada. Durante a sessão, o senador Eduardo Girão trouxe em sua fala uma pesquisa de opinião, que apresentava dados corretos, mas sem o contexto necessário para a interpretação adequada dos resultados de pesquisa:

Eduardo Girão Agora, o que não pode, no meu ponto de vista, é que a gente tenha, de um cientista que venha expor aqui, uma **posição clara política**, já de campanha para o ano de 2022, por isso que se perde muito nessa CPI, que ela está **derretendo a credibilidade** da população, quando hoje, inclusive, teve aqui já a pesquisa da XP, que mostra que 35%, só 35% acreditam na efetividade dessa CPI, ela vem **derretendo por esse viés político**. (grifo nosso)

O senador utilizou sua fala para desacreditar Pasternak e Maierovitch, atribuindo um viés político opositor ao governo em suas falas e práticas científicas, novamente caracterizando-os como inimigos. Girão aproveita o momento para também atacar a credibilidade da CPI, expondo uma pesquisa da XP⁴⁶ que dizia que apenas 35% acreditam na efetividade da comissão parlamentar de inquérito. Esses dados são parcialmente verdadeiros, uma vez que a pesquisa indica que 35% dos brasileiros acreditavam que a CPI atingiria seu principal objetivo. O senador Randolfe Rodrigues, pouco após a fala de Girão, trouxe os dados da mesma pesquisa para confrontar o que fora exposto:

⁴⁵ Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/04/03/fosfoetanolamina-de-pilula-do-cancer-caso-de-policia/>

⁴⁶ Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/06/pesquisa-xp-11jun2021.pdf>

Randolfe Rodrigues Eu quero também aproveitar a oportunidade para dizer que o senador Eduardo Girão, que todos os dias ocupa 15 minutos para tentar **politizar os trabalhos** da comissão parlamentar de inquérito, ele deve pedir desculpas, porque ele, **de propósito, citou um número errado** com relação à aprovação da comissão parlamentar de inquérito, em pesquisa hoje publicada pela XP, a comissão parlamentar de inquérito tem 62% de aprovação do povo brasileiro nos seus trabalhos, apenas 30 e poucos por cento, não lembro o número que ele falou, 35%, confio que essa comissão vai chegar a bom termo, responsabilizando quem deve responsabilizar.

Além disso, o senador omite que na mesma pesquisa 58% dos entrevistados desaprovaram a atuação de Bolsonaro ao longo da pandemia, 50% classificaram o governo como ruim ou péssimo e 45% disseram estar com muito do medo da COVID-19. Esses dados, que são desinteressantes para a base bolsonarista, são omitidos no momento da enunciação, e aquilo que pode tomar contornos favoráveis precisa ser distorcido para sustentar o argumento de que os senadores bolsonaristas eram perseguidos por seus opositores políticos. Além disso, Rodrigues utiliza o termo *politizar* para classificar a ação de Girão ao divulgar dados descontextualizados. Apesar de a CPI ser um instrumento da política institucional, conduzida por políticos, o termo *politizar* surge como um destaque negativo na fala do senador. Nesse trecho, *politizar* adquire um sentido semelhante ao de *polemizar*, isto é, divergir do ponto central para mobilizar emoções em sua base política.

Além disso, o processo de vitimização do movimento fascista, assim como o que fora efetuado por Girão, é considerado um dos pontos-chave para caracterizar o fascismo. “A política fascista prospera a partir do sentimento de perda e da vitimização resultante da luta cada vez mais tênue e difícil para defender um senso de superioridade cultural, étnica, religiosa, de gênero ou nacional.” (Stanley, 2018, p.78). A posição de vítima coloca políticos como Bolsonaro em uma situação de impotência promovida por terceiros, ao longo da CPI. Como, exemplo dessa vitimização, um dos argumentos apresentados pelos senadores da base bolsonarista era que o Superior Tribunal Federal (STF) havia limitado os poderes de ação de Bolsonaro. Essa impotência vem como uma justificativa para a inércia: não age, pois não deixam agir.

Na seção seguinte veremos como a base bolsonarista estrutura seu discurso para se isentar de culpa durante a sessão em questão e como essa vitimização reforça a construção da identidade bolsonarista. Analisaremos trechos de fala do senador Marcos Rogério e as respostas de Claudio Maierovitch durante o período interrogatório, demonstrando como existe um

processo discursivo que assimila o que fora dito pelo opositor, mas distorce o seu sentido original.

4.2 “ALGUNS COLEGAS SENADORES, QUE SEM A MENOR CERIMÔNIA, TENTAM CONFUNDIR A OPINIÃO PÚBLICA. POR EXEMPLO, DIZER QUE O STF ATRAPALHOU.”

Durante sua fala, o senador Marcos Rogério direcionou suas perguntas majoritariamente para Cláudio Maierovitch, principalmente pelo histórico do médico na formulação de políticas públicas em saúde. Rogério pautou suas perguntas de maneira a salientar a decisão do Supremo Tribunal Federal em garantir a autonomia de prefeitos e governadores para impor medidas restritivas durante o período pandêmico⁴⁷. A decisão do plenário do supremo aconteceu em 20 de maio de 2020, mais de um ano antes da sessão da CPI em questão. Uma das narrativas perpetuadas pelos bolsonaristas, era de que a decisão do STF impedia que o então presidente agisse de maneira direta sobre a pandemia, o que não é verdade.

Antes mesmo de fazer a primeira pergunta, Marcos Rogério já expõe essa questão:

Marcos Rogério [...] eu quero ressaltar uma abordagem do doutor Cláudio, que tem lembrado a estratégia de outros enfrentamentos, como da epidemia do Zika vírus em 2016, que contou com a coordenação nacional. De forma diferente no caso do coronavírus, **todos sabemos que estados e municípios forçaram a barra para terem o controle pleno das medidas de enfrentamento em seus territórios**, o que foi sancionado pela decisão do Supremo Tribunal Federal. (grifo nosso)

O senador cita a liberação utilizando a expressão *todos sabemos* como recurso de validação da informação veiculada, apelando para o senso-comum. Além disso, utiliza o termo *forçaram a barra* para indicar que houve um esforço dos governantes de estados e municípios para que eles pudessem adotar tais medidas com motivos escusos. O STF também é citado nominalmente como forma de explicitar o agente de tal determinação. Novamente, ressalto que tal decisão não impedia o governo federal de tomar medidas em âmbito nacional, mas assegurava que as medidas de estados e municípios poderiam ser mais rígidas que as impostas

⁴⁷ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442816&ori=1>

pelo presidente. A argumentação de Rogério, por outro lado, busca induzir Maierovitch a condenar o STF por tal medida e convencer a base bolsonarista que esse é o argumento próprio para tal confronto verbal:

Marcos Rogério O senhor já declarou que faltou em nosso país a adoção de **critérios homogêneos** definidos para o Brasil inteiro, porque a autonomia foi dada para cada estado e município. **Que isso pode parecer democrático, mas em uma pandemia deixa de ser democrático para produzir iniquidades.** O conceito de iniquidade em saúde é a adoção de políticas injustas e desnecessárias, que produzem impactos negativos com efeitos deletérios muitas vezes. O senhor é especialista em políticas públicas e gestão governamental e mestre em medicina preventiva e social. Lhe pergunto, que grau de impacto o senhor considera que **essa iniquidade** pode ter causado no caso específico da pandemia que estamos enfrentando hoje? (grifo nosso)

O senador utiliza a própria fala de abertura de Maierovitch para formular sua pergunta. Entretanto, quando Maierovitch cita que a falta de critérios homogêneos pode produzir iniquidades, ele aponta para a ideia de que esses critérios deveriam ser estabelecidos pelo governo federal e aplicados em todo o território nacional de maneira uniforme. Ao elaborar a pergunta, Marcos Rogério utiliza *essa iniquidade* como referenciador da decisão do STF, não da inexistência de um plano de ação do governo Bolsonaro. Isso ocorre, pois, a relação lógica apresentada pela narrativa bolsonarista era a de que o presidente não pode agir por conta da decisão do STF, não pode haver uma adoção de critérios homogêneos por parte do presidente se o STF o impediu de tal.

Em sua resposta, Maierovitch frisa a importância da decisão do STF e estabelece essa distinção de maneira explícita:

Claudio Maierovitch Em relação à liberdade de tomada de medidas por estados e municípios, nós temos uma estrutura legislativa no Brasil, a estrutura do SUS, em que há competências concorrentes para a adoção de medidas, como aquelas restritivas adotadas por estados e municípios. A União pode adotar medidas restritivas, os estados e municípios podem adotar medidas ainda mais restritivas, é isso que diz a nossa Constituição. Eles não podem o contrário, a União adota uma medida restritiva e o Estado flexibiliza essa medida restritiva ou o município flexibiliza. Este é o nosso ordenamento e acredito que o Supremo Tribunal Federal reestabeleceu isso com clareza quando afirmou a competência de estados e municípios para a adoção de medidas restritivas.

Entretanto, por mais que Maierovitch tenha deixado explícita sua opinião acerca da decisão do STF, o discurso bolsonarista continua sendo um discurso que pende ao monologismo. Isto é, independentemente da resposta apresentada por Maierovitch, a conclusão que Marcos Rogério tem permanece imutável. Mesmo que haja na resposta de Maierovitch uma distinção, estabelecida num curto espaço de tempo, o senador ainda assim insiste na narrativa que havia estabelecido.

Marcos Rogério Bom, pelo que eu entendi, então, a coordenação nacional é no **aspecto amplo**, e a falta **disso** causa, justamente, o que eu chamei agora há pouco na visão que o senhor defendeu, a iniquidade. **Pelo menos é o que eu entendi da sua fala.** Confirmou que as medidas restritivas precisavam de um olhar pelo Brasil inteiro. E, na minha visão, o STF acabou tirando isso. (grifo nosso)

Marcos Rogério utiliza *aspecto amplo* para definir o conceito de coordenação nacional exposto por Maierovitch, um termo vago que não estabelece a competência de implementação desta coordenação nacional. Até mesmo o termo *iniquidade* é utilizado pelo senador de maneira distinta daquela apresentada pelo médico ao longo da sessão. Ou seja, por mais que as palavras utilizadas sejam as mesmas, os signos que elas comunicam são diferentes e produzem movimentos discursivos diferentes ao serem empregadas. O senador ainda utiliza o pronome *disso* como referência para o termo *aspecto amplo* para justificar o seu argumento. A responsabilidade pela implementação de uma coordenação nacional – cujo nome implica em uma gerência do governo federal – é ignorada pelo parlamentar. O argumento que justifica tal movimento discursivo por parte do senador é a frase *pelo menos é o que eu entendi da sua fala*. Marcos Rogério expõe que o processo de interpretação dos enunciados se dá pela posição do leitor / ouvinte como sujeito ativo no processo de enunciação. Por mais compreensível que seja a exposição de Maierovitch, a conclusão de Marcos Rogério já estava pré-definida pelo deputado, mesmo que a resposta do médico fosse contrária ao que ele havia proferido minutos antes.

Os ataques ao poder judiciário foram uma das características marcantes do movimento bolsonarista mesmo após a saída de Bolsonaro da presidência da república. O judiciário ainda é visto pelo movimento como um inimigo. Stanley (2018) discorre sobre como os ataques ao sistema judiciário também são uma das características do movimento fascista:

É padrão na política fascista que as duras críticas a um poder judiciário independente ocorram na forma de acusações de parcialidade, um tipo de corrupção, críticas que, então, são usadas para substituir juízes independentes por aqueles que empregarão cinicamente a lei como um meio de proteger os interesses do partido no poder. (Stanley, 2018, p. 30)

Os ataques ao STF não terminam com a primeira pergunta de Marcos Rogério, na sequência o senador deixa mais uma vez explícita sua discordância com a decisão de autonomia:

Marcos Rogério Ainda que se queira negar a **realidade patente** em todo o país é que o que se viu com a decisão do Supremo foi a concessão de autonomia para que milhares de prefeitos tomassem **decisões sem o embasamento técnico justamente por faltar a eles, de forma óbvia, esse devido assessoramento**. Priorizou a autonomia de cada um dos entes, ignorando-se o que o senhor já disse, a necessidade de um enfrentamento a partir de uma coordenação nacional. **Será que o Supremo Tribunal Federal tomou essa decisão fundado em alguma evidência científica no mês de março e abril de 2020?** Eu, particularmente, nunca vi prefeitos e governadores terem tamanho poder, além de **toques de recolher**, alguns chegaram a **fechar as divisas** de seus territórios, de seus estados. (grifo nosso)

Mais uma vez, o senador assume que existe uma *realidade patente*, compartilhada entre os brasileiros, onde a falta de assessoramento técnico se deu por conta da decisão do STF, apagando a inércia do governo frente à pandemia. O trecho em questão reforça a ideia de vitimização que o bolsonarismo utiliza como escudo para blindar possíveis críticas acerca do desempenho de Bolsonaro como presidente. A tática também se mostra relevante, pois mascara a imagem negacionista do ex-presidente na lida com o coronavírus. A pergunta feita pelo senador sobre a decisão do STF também está em consonância com esse movimento. Questionar a fundamentação da decisão, utilizando como base do questionamento o uso de evidências científicas, chega a ser irônico se compararmos tal decisão com as medidas tomadas pelo governo federal ao longo da pandemia. Mas o uso de *evidência científica* nessa pergunta produz um sentido mais amplo, que reflete práticas negativas do movimento bolsonarista em seus adversários. Por mais que as atitudes do governo sejam atitudes sem embasamento científico, elas podem ser validadas, caso as ações de seus inimigos também fujam desse embasamento.

Mesmo após uma tréplica de Maierovitch acerca do mesmo assunto, Marcos Rogério insiste mais duas vezes na responsabilidade do STF em relação à pandemia:

Marcos Rogério Dando sequência, Sr. Presidente, para mim está obviamente claro que a decisão do Supremo Tribunal Federal teve impacto nessa equação. **O STF retirou a possibilidade** de o Ministério da Saúde dar o aparato técnico mínimo necessário e como o senhor disse na resposta anterior, produzir medidas inefetivas, medidas inefetivas produz efeitos negativos. (grifo nosso)

Marcos Rogério Já vou concluir, senhor presidente, e repito, essa balbúrdia produzida no Brasil não pode deixar de fora o Supremo Tribunal Federal. Acho que no enfrentamento à pandemia, todos erraram e todos buscaram acertar o tempo todo, mas acho que **essa decisão do Supremo acabou causando mais dificuldade do que soluções** Brasil afora. (grifo nosso)

A ênfase nessa questão não está apenas nos processos de vitimização e de caracterização do inimigo por parte dos bolsonaristas. A decisão do STF citada ao longo do diálogo entre Marcos Rogério e Maierovitch foi responsável por dotar prefeitos e governadores de ação para estabelecer as medidas restritivas e de distanciamento social (ainda que insuficientes) que tivemos ao longo do período pandêmico. O tema foi alvo de muita discussão por parte dos bolsonaristas, que sempre foram contrários a qualquer tipo de medida que promovesse o distanciamento social. Em sua conclusão, o senador deixa explícito que o problema na resolução do STF era de promover medidas restritivas “extremas”:

Marcos Rogério As decisões judiciais locais também precisam ser consideradas, porque **frustraram muitas medidas restritivas** Brasil afora. **E olha que eu sou até um crítico de certas medidas restritivas que são abusivas, que são desproporcionais.** Não adianta você mandar fechar tudo se você não usar essa oportunidade, essa cautela para você reestruturar os instrumentos públicos, a rede de saúde, a rede de atenção para atender a população. (grifo nosso)

Para o senador, o problema não está na falta de coordenação nacional, mas na criação de medidas restritivas que possam ser *desproporcionais* ou *abusivas*. O senador parece ignorar o fato de o distanciamento social, por muito tempo, ter sido a única forma que nós tínhamos de prevenir a contaminação por COVID-19, medida recomendada por órgãos de saúde e adotadas ao redor do mundo. Em consonância ao que ocorria em outros lugares, o uso dessa medida restritiva foi assegurado pela decisão do STF. Para a lógica bolsonarista, contudo, o isolamento sempre foi prejudicial ao país e por diversas vezes foi desencorajado pelo presidente⁴⁸. Os

⁴⁸ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-vai-ao-stf-contra-lockdown-e-toque-de-recolher-em-estados/>

argumentos de Marcos Rogério não são apresentados em diálogo com os de Maierovitch, eles surgem apenas para sustentar mais uma narrativa desinformativa promovida pelo bolsonarismo. Dessa forma, o movimento discursivo converge com o que é apontado por Stanley (2018) sobre o processo de construção de realidade no discurso de políticos fascistas, pendendo a um estado monológico onde apenas um enunciador semelhante pode possuir respaldo em suas falas. “A política fascista troca a realidade pelos pronunciamentos de um único indivíduo, ou talvez de um partido político. Mentiras óbvias e repetidas fazem parte do processo pelo qual a política fascista destrói o espaço da informação.” (Stanley, 2018, p. 53)

O senador Marcos Rogério deturpa a fala de Maierovitch pois seus seguidores darão mais atenção ao que ele diz, que aquilo que foi dito pelo inimigo. Mesmo que os signos utilizados na interação discursiva sejam diametralmente opostos em sentido, e que as conclusões que ambos cheguem também sejam diametralmente opostas, esse processo de antropofagização do discurso do outro culmina em um apagamento dos sentidos do outro, em mais uma monologização do processo discursivo. Na seção seguinte, veremos como o tema corrupção foi tratado ao longo da sessão da CPI, e como ele impacta a percepção sobre as narrativas desinformativas.

4.3 “NÃO FOI ÁGUA NÃO, COMEÇOU A CHOVER DENÚNCIA DE CORRUPÇÃO.”

Um dos temas que mobilizam a política fascista é o combate à corrupção. O tema, apesar de pertinente, tende a ser utilizado de maneira vazia, responsabilizando a corrupção pelos atos de ingerência do governo. A corrupção entra aqui como uma forma de pautar o debate de acordo com a vontade dos políticos bolsonaristas. Ao direcionar o foco para a corrupção, os senadores da base do governo evitam a discussão de temas que são sensíveis ao governo federal.

Durante a sessão em questão, Eduardo Girão toma para si o papel de trazer o assunto à tona:

<https://www.camara.leg.br/noticias/648065-pronunciamento-de-bolsonaro-sobre-isolamento-social-causa-polemica-na-camara/>
https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/17/interna_politica,1267431/bolsonaro-sobre-quem-cumprir-isolamento-social-idiotas.shtml

Eduardo Girão Então assim, é algo que quando a gente muitas vezes quer politizar, eu já vou me dirigir agora ao Dr. Cláudio, porque ele defendeu aí o **Consórcio Nordeste** como uma busca de alternativa. E a gente viu que, por exemplo, em Fortaleza, muita gente morreu porque procurou leito em Fortaleza, agora, nessa segunda onda já, e o hospital de campanha foi **fechado pela gestão local**. Inclusive eu fiz essa pergunta ao Dr. Elcio, se ele tinha autorizado, eu fiz essa pergunta ao ex-ministro Pazuello, se ele tinha autorizado e não, foi fechado o hospital de campanha, com cinco meses foram gastos quase 96 milhões de reais e foram simplesmente fechados quando começou a chover, sabe o que? Não foi água não, começou **a chover denúncia de corrupção**. Foi fechado o hospital quando o povo agora de Fortaleza, os fortalezenses precisaram de leito, não tinha leito. Então esse é um fato que a gente precisa, e o Consórcio Nordeste, Dr. Cláudio, que o senhor defendeu, e eu vejo que realmente está muito **politizado** tudo isso aqui. (grifo nosso)

Girão dialoga com a fala anterior de Maierovitch, onde ele defende a organização do Consórcio do Nordeste para a compra de vacinas. Girão utiliza este argumento para descredibilizar Maierovitch, fazendo alusão a uma prática de corrupção que pode ter ocorrido na compra de respiradores pelo Consórcio do Nordeste⁴⁹. A relação lógica estabelecida pelo argumento de Girão é centrada no valor social negativo que práticas relacionadas à corrupção produzem. Se o Consórcio do Nordeste agiu de maneira corrupta, e Claudio Maierovitch apoia o Consórcio do Nordeste, Maierovitch apoia práticas corruptas.

Essa relação lógica, além de errônea, produz um senso de convencimento naqueles que compactuam com a ideologia que Eduardo Girão reproduz. A pauta da anticorrupção é muito evocada por movimentos fascistas, pois mobilizam as emoções da população, apelando para um senso de injustiça por parte do dinheiro público usurpado, mas ao mesmo tempo é uma pauta politicamente vazia. Independentemente da posição em que um indivíduo se estabelece no espectro político, ninguém irá defender abertamente a prática de corrupção. Qualquer pessoa é contra a corrupção. Girão utiliza o argumento da corrupção em sua fala para caracterizar Maierovitch como um inimigo e descredibilizar seu posicionamento.

“Corrupção, para o político fascista, consiste na corrupção da pureza, e não da lei. Oficialmente, as denúncias de corrupção do político fascista soam como uma denúncia de corrupção política.” (Stanley, 2018, p. 29). O escândalo de corrupção citado pelo senador, não

⁴⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/os-detalhes-do-escandalo-de-r-48-mi-que-envolveu-nomes-do-pt-na-pandemia>

possui apenas o valor social negativo da corrupção atrelado a si, ele também é um escândalo que supostamente envolve uma empresa da indústria americana de cannabis.

Eduardo Girão [...] o consórcio do Nordeste, que é a **ideologia** defendida por muitos que estão conosco aqui, nesse momento, é uma ideologia que, infelizmente, causou **prejuízo** para o povo nordestino, só numa compra, 300 respiradores comprados da **indústria da maconha**, que até hoje não chegaram, e foi pago quase 50 milhões antecipados (grifo nosso)

Girão caracteriza o Consórcio do Nordeste como uma *ideologia*. Durante a interação discursiva, o senador desloca o argumento de Maierovitch, que havia elogiado uma ação promovida pelo Consórcio do Nordeste, para uma defesa do Consórcio como ideologia. O signo *ideologia* dialoga diretamente com o complemento *indústria da maconha* para intensificar a natureza impura da corrupção, conforme estabelecido por Stanley (2018). Não é apenas o desvio de dinheiro, caracterizado pelo signo *prejuízo* no enunciado de Girão, é também sobre o desvio de dinheiro para a promoção de uma prática considerada imoral (comprar equipamento da indústria da cannabis).

O Consórcio do Nordeste é utilizado como espantalho, para desviar o foco da questão central que está em debate. Durante o período pandêmico e infodêmico, muitas vezes precisamos corrigir informações errôneas que circularam em nossa sociedade. Essa ação era necessária para que a população não se deixasse tomar por atitudes prejudiciais por conta de uma narrativa desinformativa. Entretanto, ao fazer isso, estamos nos deixando levar pelo debate pautado pela extrema direita. Ao invés de discutirmos o problema em si, discutimos uma pauta alheia. A função da fala de Girão não é promover uma discussão acerca do que fora apresentado por Maierovitch e Pasternak, é trazer à tona uma pauta extra, desviar o foco do ouvinte / leitor para um ponto que não aborda um assunto sensível às práticas de políticos de extrema-direita.

O uso de cortinas de fumaça por parte do bolsonarismo já é algo recorrente em sua retórica. As proposições, além de mudarem o foco do ouvinte / leitor, mobilizam afetos de maneira persuasiva, fazendo com que a interação discursiva seja centrada em um elemento sógnico que corrobore para a construção de sua narrativa política.

[...] cortinas de fumaça resultam do enquadramento incendiário de Bolsonaro (e sua equipe). Meu uso de cortina de fumaça se refere à estratégia textual-semiótica de causar efeitos dispersivos no público - por meio de postagens escandalosas em mídias sociais, performances absurdas, linguagem ou imagens ofensivas, até mesmo pornografia - que desvia a atenção de acusações de corrupção, resultados econômicos escassos e outras notícias negativas. (Silva, 2020, p. 525, tradução nossa)

Podemos perceber que a mobilização de afetos atuou em muitos trechos analisados para efetuar a caracterização do inimigo e rechaçar as informações apresentadas pelo outro. Também podemos observar que um dos movimentos discursivos propostos pela base bolsonarista é de pautar o debate através das narrativas desinformacionais. Se a desinformação é a primeira informação a chegar ao público, a informação factual que contrapõe essa desinformação sempre possuirá um menor impacto na sociedade. Além disso, pautar o debate significa direcionar o foco dos interlocutores apenas para o assunto que é dominado pelos bolsonaristas, evitando assim que exista um contraponto que desqualifique seu discurso político.

Na próxima seção, exploraremos um princípio epistemológico proposto pelo filósofo José Medina (2013) chamado *vícios epistêmicos*. Atrelaremos tal conceito aos dados de pesquisa e iremos refletir acerca de um combate mais efetivo da desinformação.

4.4 NÃO SE TRATA DE IGNORÂNCIA INOCENTE. É MENTIR EM NOME DE UMA AGENDA POLÍTICA OU IDEOLÓGICA.

Para compreendermos a noção de vício epistêmico, primeiramente precisamos compreender em que situações eles surgem. Medina (2013) desenvolve a noção de vício epistêmico partindo de situações de opressão que são vivenciadas dentro da nossa sociedade. Para o autor, quando vivenciamos uma situação de opressão, isto é, em que temos alguém que exerce um poder opressivo sobre o outro, todas as nossas relações epistêmicas são prejudicadas.

Numa situação de opressão, as relações epistêmicas são prejudicadas. A desigualdade é inimiga do conhecimento: ela prejudica nossa capacidade de conhecer e aprender uns com os outros. Injustiças sociais geram injustiças epistêmicas; ou melhor, esses dois tipos de injustiça são dois lados da mesma moeda, sempre andando juntos, apoiando-se mutuamente e reforçando-se mutuamente. (Medina, 2013, p. 27, tradução nossa)

As formas como construímos o conhecimento, quando expostas a essas relações de opressão, são significativamente prejudicadas, uma vez que há uma propensão à negação do conhecimento daqueles que se encaixam na figura do oprimido. Os grupos oprimidos tendem a ter sua inteligência subjugada e sua autoridade questionada. Essas relações desiguais de poder reforçam a construção de vícios epistêmicos. Isso não implica dizer que apenas os que estão em uma posição de poder opressora desenvolvem vícios epistêmicos. Todos nós possuímos e desenvolvemos vícios e virtudes epistêmicas ao longo de nossas vidas, independentemente da posição social que ocupamos.

Esperemos que estas classificações consigam evitar a romantização dos sujeitos oprimidos e a demonização dos seus opressores a nível epistêmico. De fato, como veremos, sujeitos privilegiados podem ter virtudes epistêmicas, bem como vícios, e sujeitos oprimidos, vícios epistêmicos, bem como virtudes. Além disso, os vícios epistêmicos dos privilegiados e as virtudes epistêmicas dos desprivilegiados não são sua propriedade exclusiva; sujeitos em posições diferentes também podem tê-los. Mas, como veremos, esses traços de caráter epistêmico têm uma sociogênese distinta para sujeitos que ocupam uma posição social particular. Existem virtudes e vícios epistêmicos com linhas distintas de desenvolvimento social, e todos nós, de nossa própria posicionalidade social, podemos aprender algumas lições de um exame desses traços de caráter epistêmico e sua formação. (Medina, 2013, p. 30, tradução nossa)

Um vício epistêmico é “um conjunto de atitudes e disposições corrompidas que atrapalham o conhecimento” (Medina, 2013, p. 30). O bolsonarismo, tal qual outros movimentos políticos de extrema-direita, coloca os seus seguidores em um patamar de superioridade moral perante aqueles que são caracterizados como “o inimigo”. Essa posição de superioridade, onde o indivíduo está supostamente situado como opressor, fomenta uma presença maior de vícios epistêmicos (como a negação do discurso do outro) nos processos de construção do conhecimento. Os processos discursivos da base bolsonarista que descrevi durante a análise dos trechos da CPI corroboram para uma visão sobre os fatos que atrapalha o conhecimento como processo reflexivo e que prejudica o leitor / ouvinte pelo desconhecimento acerca de um fato por meio da mobilização de afetos. O processo de construção de narrativas desinformacionais, de invalidação do discurso daqueles que são *o inimigo*, a utilização de cortinas de fumaça para desviar o foco do debate, são estratégias discursivas que promovem a construção de certos vícios epistêmicos.

Vícios epistêmicos são falhas que não são incidentais e transitórias, mas estruturais e sistemáticas: envolvem atitudes profundamente enraizadas na personalidade e no funcionamento cognitivo de alguém. Vícios epistêmicos são compostos de estruturas atitudinais que permeiam toda a vida cognitiva de alguém: envolvem atitudes em relação a si mesmo e aos outros em trocas de depoimentos, atitudes em relação às evidências disponíveis e à avaliação que alguém faz delas, e assim por diante. Esses vícios afetam a capacidade de alguém de aprender com os outros e com os fatos; eles inibem a capacidade de autocorreção e de estar aberto a correções de outros (o que requer alguma quantidade de humildade epistêmica e transigência). (Medina, 2013, p. 31, tradução nossa)

Dentre os vícios epistêmicos descritos pelo autor estão: (1) *Arrogância epistêmica*; (2) *Preguiça epistêmica*; (3) *Intransigência epistêmica*. Vale salientar que todos nós possuímos esses vícios epistêmicos. Quando especificamos os processos fomentados pelo bolsonarismo, nós não atribuímos esses vícios exclusivamente aos indivíduos que compõem esse grupo, apenas explicitamos que o movimento, como parte de um coletivo de práticas sociais e linguísticas, fomenta e enfatiza essas práticas no cotidiano bolsonarista. A arrogância epistêmica é demonstrada no discurso bolsonarista, por exemplo, através dos ataques ao STF. Os ataques mobilizam o discurso com o sentido de impedimento, a ingerência do governo acontece porque um outro poder impede que o presidente atue da maneira correta. É construída uma noção de governança sem resistência, isto é, sem posições contrárias àquelas apresentadas pelo governante. Aqueles que detêm uma arrogância epistêmica agem como se fossem portadores de todo o conhecimento, relegando os outros a um patamar inferior de inteligência. O indivíduo, por estar em uma posição de poder privilegiada, desenvolve uma resistência ao conteúdo intelectual do outro, por ser considerado inferior, e por consequência acaba perdendo o interesse em áreas do conhecimento que possam contradizer a sua visão de mundo.

A preguiça epistêmica está ligada à arrogância epistêmica, pois a falta de interesse no discurso do outro, promovida pela arrogância epistêmica, faz com que os indivíduos que se encontram nesse patamar simplesmente parem de buscar informação. Se pensarmos em como a tecnologia aprimorou o ecossistema desinformativo, podemos perceber que o processo de recebimento de narrativas desinformativas acaba favorecendo a preguiça epistêmica. Bolsonaristas não precisam buscar informações ou notícias sobre o país ou a pandemia, eles podem simplesmente aguardar que algum companheiro (com reputação na comunidade) lhe envie as (des)informações que ele precisa conhecer. Para os adeptos ao bolsonarismo, sua reputação epistêmica é inquestionável, portanto, o conhecimento de quem não faz parte do grupo é rechaçado, talhando formas de conhecimento que divergem daquilo que está dentro de suas crenças.

Desfrutar de demasiada estima cognitiva — ter uma reputação epistêmica inquestionável — faz com que a perspectiva epistêmica e a ação de alguém se tornem tão distorcidas que se desista efetivamente da procura de conhecimento por falta de imparcialidade e de acesso objetivo ao mundo. (Medina, 2013, p. 32, tradução nossa)

Ao restringir as informações que são recebidas, a preguiça epistêmica acaba por desenvolver um bloqueio em relação aos discursos que são contrários às suas ideologias. Essa resistência, que tende a se intensificar de acordo com a imersão do indivíduo na estrutura social, caracteriza a intransigência epistêmica. O processo de aprendizagem do indivíduo é debilitado nesse período, os discursos que vão contra a representação da realidade são bloqueados pelo indivíduo num processo de autodefesa da constituição do eu:

Como um mecanismo de defesa, aqueles em uma posição de privilégio são frequentemente encorajados a esconder suas cabeças na areia como avestruzes com relação a certos aspectos, pressupostos ou consequências da opressão que sustenta seu privilégio. Eles precisam ignorar certas realidades sociais. Eles precisam viver sem ter certas verdades presentes em suas mentes. Eles precisam se valer de cortinas para que não tenham que levar em conta certas coisas e certas perspectivas. Essa forma de autoproteção cognitiva que constitui a intransigência normalmente não é erguida aberta e conscientemente: isto é, as pessoas não dizem a si mesmas "Vamos nos tornar cegos para isso ou aquilo" ou "Vamos ignorar essas verdades desconfortáveis que podem minar nosso privilégio". A intransigência como uma estratégia de evitação é tipicamente um mecanismo de defesa inconsciente. Não resulta de uma decisão ou esforço consciente para ignorar, mas de uma socialização que leva alguém a ser insensível a certas coisas e imune a certas considerações. (Medina, 2013, p. 35-36, tradução nossa)

Os seguidores do bolsonarismo, nesse caso, não agem de maneira consciente para rechaçar o discurso alheio, eles o ignoram para preservar o seu processo de socialização. Existe uma diferença marcada entre o *não precisar saber* (características da preguiça epistêmica) e o *precisar não saber* (característica da intransigência epistêmica). *Não precisar saber* implica que aquela informação não parece relevante para o leitor / ouvinte. *Precisar não saber*, por outro lado, demonstra um conhecimento que pode necessariamente minar a perspectiva do leitor / ouvinte em relação a suas crenças pessoais.

A defesa do tratamento precoce proposta por Heinze, por exemplo, demonstra que o indivíduo que se identifica com o bolsonarismo *não precisa saber* do processo de construção do saber científico para se posicionar, basta ele escutar o discurso de um senador que é uma

figura respeitada em seu meio social. Em contraparte, quando Girão utiliza a estratégia de cortina de fumaça para mudar o foco do debate, ele demonstra um processo em que os seguidores do bolsonarismo *precisam não saber* aquela informação para que suas construções de identidade não sejam corrompidas.

A combinação desses três vícios epistêmicos leva a um estado de *ignorância ativa*. Esse conceito desenvolve a ideia de que o sujeito está ativamente agindo para manter o seu status de ignorância, ocasionando atitudes e hábitos epistêmicos que promovem a manutenção da ignorância em grupos sociais (Medina, 2013). Essas ações podem se dar de maneira consciente e voluntária, como é o caso dos senadores da base bolsonarista e dos ideólogos do bolsonarismo, ou inconsciente e involuntária, como pode ser o caso de seguidores do bolsonarismo.

Sujeitos ativamente ignorantes são aqueles que podem ser culpados não apenas por não possuírem partes específicas de conhecimento, mas também por terem atitudes e hábitos epistêmicos que contribuem para criar e manter corpos de ignorância. Esses sujeitos são culpados por sua cumplicidade (frequentemente inconsciente e involuntária) com injustiças epistêmicas que apoiam e contribuem para situações de opressão. (Medina, 2013, p. 39, tradução nossa)

O bolsonarismo como forma de expressão do fascismo brasileiro utiliza suas táticas de comunicação política de maneira ativa e consciente para desinformar a população, levando a um estado de ignorância ativa. O discurso vigente levou pessoas a uma situação de vulnerabilidade extrema, em que muitos perderam suas vidas por conta de narrativas desinformativas. A defesa de tais narrativas após o confronto com informações factuais demonstra uma agência desses sujeitos na manutenção de um estado de ignorância por parte dos bolsonaristas.

Os discursos e ações aqui analisados visam, como mencionado pelo senador Tasso Jereissati: “uma provocação de casos e óbitos premeditada”. Tal qual Stanley (2018) mencionara, uma propagação de uma política colonial e genocida, perpetuada de tal maneira que as vítimas de tal política não percebem que são eles quem de fato foram atacados por esse discurso.

Os conceitos epistemológicos aqui discutidos possuem uma pertinência excepcional se levarmos em consideração que um dos temas mais tratados ao longo da sessão é a própria ciência. Durante o período pandêmico, o nosso contato com a divulgação científica

(especialmente na área das ciências naturais) se tornou mais frequente, certos conceitos precisaram ser (re)ensinados ao longo da pandemia para que pudéssemos aprender a conviver com o vírus no período pré-vacinal. Na sessão em questão, enquanto Pasternak e Maierovitch foram exaltados pelos senadores de oposição por sua defesa da ciência, os senadores bolsonaristas condenaram uma suposta visão política da ciência, como podemos ver na fala do senador Eduardo Girão.

Eduardo Girão [...] Então esse é um fato que a gente precisa... [*em tom de comentário*] e o Consórcio Nordeste, Dr. Cláudio, que o senhor defendeu, e eu vejo que realmente está [*enfático*] muito politizado tudo isso aqui. Eu espero que na próxima sexta-feira, se veja, presidente Randolfe, **vão deixar a política de lado, vão deixar a política de lado porque isso faz com que a gente perca a razão, perca foco, perca a verdade.** Quando a gente politiza, sexta-feira que vem, se tiver algum cientista que seja bolsonarista, nós precisamos tirar, nós temos que ouvir cientistas que não têm vínculo político partidário, porque isso atrapalha, isso tira a credibilidade. O currículo do Dr. Cláudio é respeitável, eu não tenho uma vírgula para falar, acompanhei algumas palestras dele, ele está, inclusive, sendo agora transmitido, foi divulgado muito que ia ser transmitido pela TV PT, por vários outros organismos aí, CUT e tudo, e eu acho bacana que se dê publicidade. **Agora, o que não pode, no meu ponto de vista, é que a gente tenha, de um cientista que venha expor aqui, uma posição clara política,** já de campanha para o ano de 2022, por isso que se perde muito nessa CPI, que ela está derretendo a credibilidade da população [...]. (grifo nosso)

O conteúdo científico e a noção de ciência não entram em conflito nesses enunciados, o conflito está na posição política do sujeito enunciatador e a aplicação do conteúdo científico em políticas públicas. Antes mesmo da sessão em questão ser agendada, os senadores bolsonaristas defenderam um debate entre cientistas que são contra e aqueles que defendem o tratamento precoce. Podemos perceber que tal sugestão advém de uma estratégia discursiva: pautar o debate para que as informações contrárias ao tratamento precoce não tomassem o destaque durante a sessão. Uma queixa frequente dos senadores era o fato de estarem ouvindo “apenas um lado”:

Eduardo Girão Eu acho que esse assunto é um assunto que não é que **a ciência tem dois lados**, absolutamente. Eu não disse isso. Eu disse que **os cientistas estão divididos sobre o assunto.** E aqui essa CPI, já que é um dos focos, vê a questão de cloroquina, de tudo isso que aconteceu durante esse período, a gente precisa ouvir **os dois lados.** E o debate é o melhor formato. (grifo nosso)

Eduardo Girão inicia seu enunciado dizendo que a ciência não possui dois lados, mas que está dividida sobre o assunto. Porém, ele mesmo em seu discurso enfatiza a divisão binária.

Ao estabelecer que existem divergências acerca do assunto na comunidade científica, o senador expõe novamente a distinção entre *nós* e *eles* em seu discurso. Além disso, favorece o processo de preguiça epistêmica, já que não há necessidade de procurar a informação adequada, uma vez que existe divergência acerca do assunto.

Marcos Rogério Então eu queria aqui, para não me alongar, agradecer a contribuição dos dois convidados, espero que a gente tenha oportunidade de ouvir **do outro lado quem pensa diferente** para poder formar a visão de todos os membros da CPI, **ter os dois lados**, quem pensa de um jeito, quem pensa de outro.

Os senadores trazem essa questão para o debate como se estivessem democratizando o acesso ao conhecimento, propondo uma reflexão supostamente crítica ao público. Entretanto, não existia um debate acadêmico que divergia acerca do uso desses medicamentos durante o período pandêmico. Conforme Pasternak explicita em uma de suas falas “em junho e julho de 2020, a gente já tinha respostas suficientes de outros ensaios que foram feitos para testar a cloroquina e que já mostravam que ela não tinha plausibilidade biológica para funcionar e que não efetivamente funcionava em diversos estudos clínicos.”. O suposto debate já havia sido encerrado cerca de um ano antes da sessão da CPI em questão. A promoção de tais ideais partia apenas daqueles que se identificavam com o movimento bolsonarista. Não seria apenas um debate entre duas correntes epistemológicas diferentes, seria um debate entre pesquisadores especializados e negacionistas que promovem a anticiência.

Para os ideólogos do fascismo, produções acadêmicas, artísticas e culturais só possuem validade se produzidas por membros minuciosamente selecionados que confluem com o discurso de seu próprio grupo (Stanley, 2018). Nem todos podem fazer ciência, ela é restrita àqueles que possuem validação das forças hegemônicas vigentes. “O fascismo consiste na perspectiva dominante, e, assim, durante momentos fascistas, há um forte apoio no sentido de que se denunciem disciplinas que ensinam perspectivas diferentes das dominantes” (Stanley, 2018, p. 42). O debate proposto pelos ideólogos do fascismo não é um debate aberto para ponderar opiniões racionais acerca de um assunto, é um evento definido para disseminar o seu discurso e identificar o inimigo de maneira mais clara. Não há debate nessa conjuntura, apenas embate.

Eduardo Girão **Aqui o debate não é o ideal**, até porque não existe o debate. Ele fica prejudicado porque temos **somente uma visão** dos fatos, com falta dos necessários reparos, porque somos humanos e perfeitos, o que não contribui para o crescimento da ciência como todos defendemos aqui. (grifo nosso)

Aqui, vemos um exemplo de como o bolsonarismo mina a percepção crítica de seus seguidores ao estabelecer que existe um relativismo científico que dá base ao seu discurso. Ao mesmo tempo em que se lamenta a ausência de pesquisadores que corroborem com eles, os senadores bolsonaristas também desqualificam os depoentes caracterizando-os como adversários. Se existem dois lados, e o lado que defende os bolsonaristas não está presente, isso significa que os cientistas que participaram da sessão se encontram no lado oposto ao bolsonarismo. Existe uma promoção do discurso monológico, que leva a intransigência epistêmica, por meio de uma fala que se propõe como democrática. “Ao rebaixar as instituições de ensino superior e empobrecer nosso vocabulário comum para discutir políticas, a política fascista reduz o debate a um conflito ideológico.” (Stanley, 2018, p. 52). O debate proposto, caso acontecesse, não teria por objetivo apresentar diferentes pontos de vista, mas reforçar aquilo que já é dado como certo pelos seguidores do bolsonarismo.

Existe um movimento discursivo para indicar que os depoentes são cientistas com viés político, como se a prática da pesquisa científica não fosse, por si só, politizada:

Eduardo Girão [...] então eu só queria deixar claro que a gente **não pode politizar**, a gente tem uma responsabilidade grande com relação a isso, da nossa parte politicamente falando, até se aceita, de alguma forma, **não de forma politiqueria**, trazendo um debate 2022 para cá, agora, o que não se pode é ouvir de cientistas, e eu espero que sexta-feira nós não tenhamos **nenhum cientista que tenha viés político**, defendendo A, B, bolsonarista, lulista, para que a gente possa realmente ter um resultado coerente. (grifo nosso)

A visão de Eduardo Girão é de que a ciência deve estar descolada da prática política, apelando para um suposto senso democrático e, supostamente, neutro ao excluir cientistas bolsonaristas da equação em sua fala. Tal visão parte de um princípio de imparcialidade que deveria ser característico da ciência, como proposta pelo método positivista. O problema em questão entra na conciliação entre a reprodução do discurso científico e da práxis. Ao se deparar com um problema de ordem pública que abarque sua área de conhecimento, o cientista deve se posicionar acerca das (in)ações governamentais, pois desinformar o público acerca daquilo que se pesquisa é um princípio contraditório com o próprio fazer científico. A ciência também é um fazer político e ideológico, conforme Gramsci (1999 [1929]):

Colocar a ciência como base da vida, fazer da ciência a concepção do mundo por excelência, a que liberta os olhos de qualquer ilusão ideológica, que põe o homem em face da realidade tal como ela é, isto significa recair no conceito de que a filosofia da práxis tem necessidade de sustentáculos filosóficos fora de si mesma. Mas, na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. É possível dizer, contudo, que no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar privilegiado,

pelo fato de que sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento, sobretudo após o século XVIII, a partir do momento em que a ciência ganhou um lugar à parte na opinião geral. (Gramsci, p 175, 1999 [1929])

A reprodução de um discurso anticientífico não quer dizer que a base bolsonarista tenha uma visão de ciência diferente daquela apresentada por Pasternak e Maierovitch. Os depoentes apresentam uma visão de ciência pautada no modelo positivista tal qual o apresentado pelos senadores bolsonaristas. Apesar de seus discursos convergirem acerca do conceito de ciência, eles divergem no que tange a prática científica.

Sendo assim, podemos perceber que o combate à desinformação não parte apenas de uma estratégia de comunicação científica mais efetiva, mas de um processo educativo em que o debate precisa ser pautado antes mesmo da desinformação tomar conta da sociedade. O desenvolvimento de uma criticidade mais acurada no processo educacional (e aqui utilizo o termo educacional em um escopo que perpassa os limites físicos propostos pela escola formal) pode contribuir para uma reflexão maior acerca do que é consumido e compartilhado. Entretanto, mesmo que essa criticidade seja despertada, ainda assim precisamos nos embrenhar entre os grupos bolsonaristas e mobilizar afetos de tal forma que as verdades absolutas propostas por seus líderes não se tornem tão convincentes quanto elas pretendem ser. Desinformação não se combate com informação, desinformação se combate com política e com afeto.

Neste capítulo pudemos examinar como as narrativas desinformacionais fomentam o processo de ignorância ativa dentro do espectro bolsonarista, fazendo com que opiniões provindas de opositores ao que é defendido pelo ideal bolsonarista sejam rechaçados pela comunidade. Esse processo de ignorância ativa é estabelecido pela mobilização de afetos dentro da comunidade de prática bolsonarista. Podemos observar que as ações do governo Bolsonaro, e seus alinhados, estavam alinhadas com as características do fascismo descritas por Stanley (2018). O bolsonarismo, como movimento político-ideológico fascista, utiliza sua configuração de movimento de massas para promover sua agenda política de forma aparentemente impune.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo surgiu de um desconforto que me acompanha desde o meu trabalho de graduação. A desinformação, como fenômeno sociopolítico, tomou contornos mais distintos durante o final da década de 2010, período em que eu estava na graduação em Letras. Com base em uma concepção de linguagem advinda do Círculo de Bakhtin (Volóchinov, 2017 [1929]; 2019 [1930]; Bakhtin, 2018 [1938]; 2016 [1952]; 2016 [1952]; 2015 [1930]), investigamos as vozes sociais que emergiram durante os debates da CPI, com foco especial no uso de narrativas desinformativas e no papel dessas narrativas na reafirmação da identidade bolsonarista.

Partindo desses conceitos de linguagem, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos: a) Identificar e analisar as vozes sociais materializadas nos enunciados que constituem a sessão de 11 de junho de 2021 da CPI da COVID-19; b) Investigar as narrativas que permeiam a CPI da COVID-19; c) Examinar os processos de construção da lealdade e reafirmação da identidade bolsonarista através da desinformação.

Para alcançar tais objetivos o trabalho foi dividido em cinco partes, sendo elas: introdução, na qual estabelecemos o cronotopo pandêmico e a narrativa que permeia esta pesquisa, dois capítulos teóricos, que possuem elementos de análise ao longo do desenvolvimento da teoria utilizada, um capítulo dedicado à análise que também evoca elementos teóricos, e as considerações finais.

No primeiro capítulo estabelecemos um referencial teórico do campo da linguagem, baseada nas teorias do Círculo de Bakhtin, onde evocamos conceitos como enunciado concreto (Volóchinov, 2017 [1929]), responsividade ativa (Bakhtin, 2016 [1952]), dialogismo (Volóchinov, 2017 [1929]), valor social (Bakhtin, 2017 [1959]), forças centrífugas e centrípetas (Bakhtin, 2016 [1952]), cronotopo (Bakhtin, 2018 [1938]) e narrativa 2015 [1930]. Aqui buscamos estabelecer a linguagem como prática social e como as ideologias são mobilizadas no discurso. De igual forma, estabelecemos como a desinformação se encaixa nessa perspectiva teórica.

O segundo capítulo teórico explorou os conceitos de desinformação, como eles se aplicam no contexto da CPI e como estabelecer a correlação entre narrativa e desinformação. Analisamos como os textos de desinformação fazem parte do processo de construção da

identidade dos sujeitos bolsonaristas (Santini et al., 2022) e como a noção de verdade não é única e estanque (Piovezani; Curcino; Sargentini, 2021). A construção de um inimigo imaginário também corrobora para a propagação da desinformação e para consolidar essa identidade bolsonarista, como pudemos observar nas falas de Luiz Heinze analisadas ao longo do segundo capítulo.

O capítulo de análise também trouxe contribuições teóricas para a dissertação, o conceito de ignorância ativa, fomentado pelos ideólogos do bolsonarismo. Tal conceito surge a partir das análises, onde identificamos movimentos discursivos que indicavam aquilo que o público bolsonarista não pode saber, não precisa saber e também precisa não saber. Também passamos por um processo de enquadramento do bolsonarismo como um movimento fascista e as características presentes no discurso dos políticos da base ao longo da sessão da CPI de 11 de junho de 2021. Verificamos que as vozes sociais que mais se destacaram ao longo do nosso objeto de pesquisa foi a do bolsonarismo, tanto no papel de defensor de seus próprios valores sociais como no papel de acusado por parte dos membros da oposição. A presença da desinformação como tema central da sessão levou a um foco de tema em pautas que dão destaque e visibilidade para o público bolsonarista. O processo de desmentir a desinformação foi invalidado pelos políticos da base do governo Bolsonaro ao afirmarem que era apenas uma questão de opinião acerca dos fatos debatidos. A desinformação se estabeleceu como narrativa por entre diversos grupos sociais e para combatê-las é necessário mais que informações factuais, pois há um sistema de crenças e afetos estabelecido que evita visões de mundo diferentes daquela estabelecida pelos indivíduos que foram seduzidos por tais narrativas desinformativas.

Os resultados evidenciam que a desinformação não apenas permeou os discursos proferidos na CPI, mas também serviu como uma ferramenta para a construção e manutenção de uma base de apoio político. A narrativa da cloroquina, por exemplo, foi central para a promoção de uma agenda política que distanciava o governo da ciência e reforçava uma identidade de oposição ao "outro", seja esse outro representado por opositores políticos ou pela comunidade científica.

A pesquisa contribui, assim, para o campo da Análise Dialógica do Discurso, especialmente no que tange às interações entre política, desinformação e ciência em contextos de crise. Isso não quer dizer que não haja limitações impostas pelo arcabouço teórico-metodológico utilizado, uma outra base de análise poderia trazer novos resultados. Além disso,

acredito que um outro pesquisador dentro do mesmo quadro teórico-metodológico também traria contribuições diferentes acerca do mesmo tema, uma vez que a subjetividade do pesquisador é essencial para o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa com base nas teorias do Círculo de Bakhtin. Também podemos tirar da pesquisa noções mais sólidas sobre a constituição da identidade bolsonarista e como a política é mobilizada pelo afeto, e não por conclusões supostamente racionais.

Conclusões finais tendem a trazer mais questionamentos que afirmações. Percebo, ao longo do meu texto, que muitos aspectos que rodeiam a CPI da pandemia não foram explorados ao longo deste trabalho. As relações de gênero merecem ser exploradas, especialmente a maneira como os políticos homens se direcionam à Natália Pasternak durante a sessão. A noção de vícios epistêmicos no âmbito do bolsonarismo também se mostra como área de aprofundamento relevante, assim como a constituição da identidade bolsonarista.

Por fim, sugere-se que estudos futuros investiguem outros momentos da CPI, bem como ampliem o escopo para analisar como a desinformação circulou em outras esferas de poder e entre diferentes públicos. Limitações como a escolha de apenas uma sessão específica podem ser superadas com análises de longo prazo, abordando uma gama mais ampla de narrativas desinformativas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, San Thiago de; MAZZARO, Daniel. Inimigos imaginários: Deimos, Fobos, pathos e ethos em discursos bolsonaristas. **GLÁUKS ONLINE**, v. 23, p. 98-116, 2023.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance I: A estilística**. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. São Paulo: Editora 34, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do Romance II: As formas do tempo e o cronotopo**. São Paulo: Editora 34, 2018.
- BAPTISTA, João; GRASSELLI, Vanessa. Ethos, pathos e logos Análise comparativa do processo persuasivo das (fake) news. **Revista Internacional de Investigación en Comunicación y Educación**, 2020.
- BRUNER, Jerome. **Fabricando Histórias: Direito, Literatura, Vida**. São Paulo: Letra e Voz, 2014.
- CARVALHO, Luis Miguel Levy. **Negacionismo instrumental: as oscilações do governo Bolsonaro entre ciência e anticiência**. UFPEL, 2021.
- EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.
- FRANCISCO, Leonardo da Silva. **Bolsonarismo em isolamento: uma cartografia pelos sentidos do bolsonarismo em acontecimentos referentes à pandemia da COVID-19**. UNIVALE, 2022.
- FURTADO, Diego Freitas Iribarrem Icart. **Os mortos do capitão: a narrativa do presidente Jair Bolsonaro no Twitter em relação à COVID-19 durante o primeiro semestre de 2020**. PUCRS, 2022.
- FARACO, C. A. Enunciado / Enunciado Concreto / Enunciação. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto. 2005.
- GOMES, F. S.; LOPES, M. A. P. T. Infodemia e construção sógnica - movimentos responsivos sob a retórica da pós-verdade. **SCRIPTA**, v. 25, p. 158-189, 2021.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HISSA, D. L. A. Desmediatização, Infodemia e fake news na cultura digital. **SCRIPTA**, v. 25, p. 40-67, 2021.
- KNOBLOCH-WESTERWICK, S. Escolha e preferência no uso da mídia: avanços. In: **Selective Exposure Theory and Research**. New York: Routledge, 2015
- LEAL, Ana Regina Barros Rêgo. A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação. Entrevistadora: Ana Carolina Pontalti Monari. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 221-232, jan./mar. 2021.
- MARQUES, Juliana Ferreira. **Das práticas desinformativas ao regime de desinformação: as narrativas do governo Bolsonaro na pandemia de COVID-19**. UFPB, 2023.

MATOS, R. C. De Fake news frente a pandemia de COVID-19. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia** (Health Surveillance under Debate: Society, Science & Technology), v. 8, n. 3, p. 78-85, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1595>.

MEDINA, José. **The Epistemology of Resistance: gender and racial oppression, epistemic injustice and resistant imaginations**. New York: Oxford University Press, 2013.

MEDVEDEV, Pavel Nikolaevich. **The Formal Method in Literary Scholarship: a critical introduction to sociological poetics**. London: Johns Hopkins University Press, 1978.

MORAES, M. C. M.; DUAYER, Mário. HISTÓRIA, ESTÓRIAS, MORTE DO REAL OU DERROTA DO PENSAMENTO. **Perspectiva** (Erexim), FLORIANÓPOLIS/ CED/ UFSC, v. 16, n.31, p. 51-68, 1998.

PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. O discurso e as verdades: relações entre a fala, os feitos e os fatos. In: **Discurso e (pós)verdade**. 1ª edição. São Paulo: Parábola, 2021.

PRADO, Juliana Batista do. **A construção da representação feminina na CPI da pandemia pela perspectiva da análise do discurso ecossistêmica**. UFG, 2023.

ROHLING, Nívea. **CRONOTOPO PANDÊMICO E A PRODUÇÃO DE IMAGENS CORPÓREAS: REFLEXÕES INACABADAS**. Fórum Linguístico, v. 17, p. 5221-5237, 2020

SANTINI, Rose Marie; SALLES, DÉBORA; BARROS, CARLOS EDUARDO. **We love to hate George Soros: A cross-platform analysis of the Globalism conspiracy theory campaign in Brazil**. Convergence-The International Journal of Research into New Media Technologies, v. 29, p. 135485652210858, 2022.

SILVA, Daniel N. The pragmatics of chaos: parsing bolsonaro's undemocratic language. **TRABALHOS EM LINGÜÍSTICA APLICADA**, v. 59, p. 507-537, 2020.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

SZWAKO, José; RATTON, José Luiz. **Dicionário dos Negacionismos no Brasil**. São Paulo: Editora Autêntica, 2022.

TV SENADO. **CPI da Pandemia ouve Natalia Pasternak e Cláudio Maierovitch** – 11/6/2021. Youtube, 11 de junho de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yMZy7HhEOq8&t=4386s&ab_channel=TVSenado

VIANA, Shirlen do Nascimento. **Blitzkrieg bolsonarista: uma análise foucaultiana da ascensão da necropolítica no Brasil**. UFAM, 2022.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Editora 34. 1 ed. 2017.

VOLÓCHINOV, V. **A Palavra na vida e a palavra na poesia: Ensaio, artigos, resenhas e poemas**. São Paulo: Editora 34. 1 ed. 2019.

WARDLE, C. DERA KHSHAN, H. **Information disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em 29 out. 2024.

